



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

DHENIS SILVA MACIEL

“VALEI-ME, SÃO SEBASTIÃO”: A EPIDEMIA DE CÓLERA MORBO
NA VILA DE MARANGUAPE (1862-1863).

FORTALEZA
2011



DHENIS SILVA MACIEL

“VALEI-ME, SÃO SEBASTIÃO”: A EPIDEMIA DE CÓLERA MORBO
NA VILA DE MARANGUAPE (1862-1863).

Dissertação submetida à Coordenação do
Curso de Pós-graduação em História da
Universidade Federal do Ceará como
exigência para a obtenção do Grau de
Mestre em História Social. Sob a
orientação da Prof.^a Dr.^a Ivone Cordeiro
Barbosa.

FORTALEZA
2011

"Lecturis saltem"

Catálogo na Publicação

Telma Regina Abreu Vieira – Bibliotecária – CRB-3/593

tregina@ufc.br

Biblioteca de Ciências Humanas – UFC

M138v Maciel, Dhenis Silva.
"Valei-me, São Sebastião" [manuscrito] : a epidemia de cólera morbo na Vila de Maranguape (1862) / por Dhenis Silva Maciel. – 2011.
182f. : il. ; 31 cm.
Cópia de computador (printout(s)).
Dissertação(Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza(CE), 01/07/2011.
Orientação: Prof^a. Dr^a. Ivone Cordeiro Barbosa.
Inclui bibliografia.

1-GASTROENTERITE – MARANGUAPE(CE) – 1862. 2-EPIDEMIAS – ASPECTOS SOCIAIS – MARANGUAPE(CE) – 1862. 3-EPIDEMIAS – MARANGUAPE(CE) – ASPECTOS RELIGIOSOS – 1862. 4-POLÍTICA DE SAÚDE – MARANGUAPE(CE) – 1862. I-Barbosa, Ivone Cordeiro, orientador. II-Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em História. III-Título.

CDD(22ª ed.) 981.3104

DHENIS SILVA MACIEL

“VALEI-ME, SÃO SEBASTIÃO”: A EPIDEMIA DE CÓLERA MORBO
NA VILA DE MARANGUAPE (1862-1863).

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará como exigência para a obtenção do Grau de Mestre em História Social. Sob orientação da Prof.^a Dr.^a Ivone Cordeiro Barbosa.

Aprovada em ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ivone Cordeiro Barbosa (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof.^a Dr.^a Anny Jackeline Torres Silveira
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves
Universidade Federal do Ceará – UFC

Agradecimentos

Antes de todos, obrigado, Deus.

Este trabalho foi fruto de uma pesquisa intensa e que não teria conseguido chegar ao final se não fosse o apoio de inúmeras pessoas que com ele contribuíram seja em conversas de corredor, seja dentro das instituições de pesquisa ou mesmo dentro de minha casa, dando o suporte, o carinho e as demonstrações de confiança. Agradecer sempre é um risco, pois atos de carinho e lembranças ternas permanecem mesmo quando as vezes os nomes nos fogem. Então, a todos que participaram deste projeto, direta e indiretamente, meu muito obrigado.

Em meio ao processo de pesquisa houve momentos de angústia e solidão profundos, não pela ausência de amigos e de pessoas queridas ao meu redor, mas porque a escrita no final das contas é um trabalho solitário, mas, foi o barulho que vinha do lado de baixo da escada, o cheiro do café quente e o carinho materno que fizeram suportáveis estas horas, por isso e por tudo o mais, muito obrigado minha querida mãe Maria de Fátima.

Agradeço também ao meu querido pai Francisco José Carvalho Maciel, sempre com histórias maravilhosas e com uma dedicação fabulosa a nossa família. A quem tantas vezes aluguei perguntando de suas experiências de infância e das histórias de meu avô Antônio que fora feirante no mercado São Sebastião, onde vendia frutas que levava da serra de Maranguape para Fortaleza em lombo de burro.

Ao meu irmão Érico por ser um exemplo de luta e superação, por me mostrar que não existem limites para aqueles que se esforçam e sonham com seus objetivos.

Também reservo agradecimentos especiais a meu outro irmão Padre Rafael a quem consultei várias vezes para esclarecer questões de cunho religioso e que sempre que solicitado me atendia com atenção e carinho. Além de ser um exemplo constante de dedicação e fé.

As tias Dora e Alzirinha que, mesmo não morando em nossa casa, são parte contínua e indivisível desta família. A vocês todo o meu agradecimento e amor.

Aos meus amigos Dilson, Sidney, Fernanda e Jefferson, meus queridos Eimahs com quem podia contar sempre que o cansaço estivesse pesando. Que me davam incentivo sempre que mostravam sua fé em mim. Obrigado.

A Mardônio, irmão de alma. Companheiro em horas tristes e felizes que sempre acreditou em mim mais do que eu mesmo.

A Diego e Ailton, amigos de infância que sempre me estimularam a ir mais além.

A Juan Maia que atentamente se dispôs a revisar essa dissertação e a Marcos Luã pela última olhada salvadora.

A aquela que torna essa tarefa de agradecimentos mais difícil Mayara de Araújo, não sei como expressar em palavras toda a gratidão que lhe tenho, por ser quem é e como é. Por me dar colo, carinho e consolo em momentos difíceis. Por ler e reler inúmeras vezes os rascunhos deste trabalho muitas vezes deixando de lado seus afazeres para me ajudar. A você muito obrigado seria pouco. Te amo.

Aos colegas de mestrado Priscilla, Juliana e Ítalo a quem tanto aperreei, a quem tanto quero bem e com quem espero contar por toda a vida. Também minha gratidão aos colegas de mestrado e de graduação (Bruno, César, Gleilson, Cícera, Jana e tantos outros) com quem, por diversas, troquei ideias e indicações de fontes.

Não posso deixar de agradecer a todos os professores que colaboraram com este trabalho, a Frederico de Castro Neves quem primeiro acreditou nessa ideia. A Ivone Cordeiro por aceitar a tarefa de me orientar. A Almir Leal pelas conversas esclarecedoras. A Gerson Ledezma que me fez ter gosto pela pesquisa científica.

Aos funcionários de todas as instituições de pesquisa, sintam-se abraçados.

A Capes por ter financiado este projeto, me permitindo tranquilidade suficiente para levá-lo adiante.

RESUMO

No presente trabalho buscamos compreender a epidemia de cólera morbus na vila de Maranguape no ano de 1862 e como esta foi compreendida pelos sujeitos que compunham os saberes médico e religioso, bem como os usos políticos que a epidemia assumiu a partir do olhar dos partidos liberal e conservador. Focamos nosso olhar sobre as ações dos médicos que fizeram parte da comissão de socorros públicos, nos dois sacerdotes que atuaram na vila no período da doença e na ação dos administradores públicos. Objetivamos compreender a doença e seus significados a partir de uma leitura mais ampla do que era a vila de Maranguape no ano de 1862, das teorias médicas que norteavam e das respostas dadas pela religião. Para levarmos tal empreendimento a cabo, utilizamos documentos de caráter variado, tais como: relatórios de presidente de província, cartas enviadas pelos médicos comissionados, correspondências dos sacerdotes e dos membros da câmara da vila, leis provinciais, jornais e crônicas.

PALAVRAS-CHAVE: Cólera – Maranguape – Medicina – Política – Religião.

ABSTRACT

In this study we sought to understand the epidemic of cholera morbus in the village of Maranguape in 1862 and how this was understood by the individuals that comprised the medical and religious knowledge and the political uses that the epidemic has assumed from the look of liberal parties and conservative. We focus our attention on the actions of doctors who took part in the commission of public relief, the two priests who worked in the village during the illness and the action of public administrators. We aim to understand the disease and its meaning from a broader reading than was the village of Maranguape in 1862, the medical theories that guided and the answers given by religion. To bring out such a venture, we use varied character documents such as reports of the provincial president, letters sent by the commissioned doctors, letters of the priests and members of the chamber of the village, provincial laws, newspapers and chronicles.

KEY WORDS: Cholera - Maranguape - Medicine - Politics - Religion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
Preâmbulo	13
CAPÍTULO 1: ARANDO O SOLO.....	20
1.1: Às sombras da serra	20
1.2: Símbolos.....	38
CAPÍTULO 2: A HORA DA CEIFA	54
2.1: “O anjo do extermínio”.....	54
2.2: Médicos em (co)missão	77
2.3: Dos sujeitos Médicos	91
CAPÍTULO 3: “LIVRAI-NOS DE TODO O MAL”	114
3.1: “Valei-me, São Sebastião”	114
3.2: Uma pausa para as eleições	134
3.3: O último suspiro	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	166
BIBLIOGRAFIA	170
ARQUIVOS ELETRÔNICOS	179
CENTROS DE PESQUISA CONSULTADOS	182

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, intitulado “*Valei-me, São Sebastião*”: a epidemia de cólera morbo na vila de Maranguape (1862-1863), objetiva analisar os acontecimentos ocorridos durante a epidemia de cólera morbo, em 1862, na vila de Maranguape.

Também nos ateremos a questões circundantes a esse período, de modo a perceber o acontecimento como um momento de fratura da normalidade e prosperidade econômica pela qual a província cearense passava desde 1845. Apoiados no pensamento de E. P. Thompson, cremos que “Geralmente, um modo de descobrir normas surdas é examinar episódios ou uma situação atípicos”¹.

Uma das maiores dificuldades em trabalhar a epidemia de cólera em Maranguape foi o número diminuto de fontes que tratam especificamente do tema, e mais escassas ainda foram as que demonstraram o interior da vila durante o momento crítico. Tal constatação nos impõe o questionamento sobre as políticas de preservação documental que estão sendo postas em práticas no estado do Ceará e no município de Maranguape. Mesmo com essa dificuldade, cremos que conseguimos apresentar os sujeitos que participaram ativamente do combate ao mal colérico.

Para a nossa infelicidade, praticamente nenhum dos documentos tratava dos membros de classes menos abastadas; contudo, tentamos aqui apresentá-los através de um exercício de ler a documentação a “contrapelo”². Visualizamos homens e mulheres, pobres e escravos diante de um mal chamado desigualdade social, que, se já os oprimia no dia-a-dia, durante a epidemia de cólera se tornou o diferencial entre a vida e a morte. A doença acometera com imponente violência a vila, fazendo vítimas que, muitas vezes, não conseguiam tomar nem a primeira gota do medicamento. Não à toa médicos apontavam que um estoque de medicamentos era algo imprescindível

¹ THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história social”. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 235.

² BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da história”. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura / Tradução: Sérgio Paulo Rouanet*. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas, v. 1). p. 222-232. Disponível em: <<http://rae.com.pt/wb2.pdf>>. Acesso em: 30/05/2011.

para aquele que quisesse passar ileso pela epidemia. Como fazer isso se as condições de subsistência eram precárias e, muitas vezes, mal garantiam o alimento diário?

Dividimos a dissertação de modo a buscar entender algumas questões fundamentais: qual a importância econômica da vila para a província? Quais as teorias médicas que norteavam o pensamento e a ação dos médicos responsáveis pelo enfrentamento da doença? Quais as respostas que a fé dava para aquele momento deletério? Quais foram os usos e ressignificações feitos pelos políticos sobre a gravidade da epidemia de cólera?

Tais questionamentos nos levaram a dar uma disposição dos tópicos e capítulos que demarcou os seguintes eixos centrais no corpo da dissertação: no primeiro capítulo, atentamos para a vila, uma contextualização de Maranguape no espaço e no tempo de modo que pudéssemos vislumbrar quais questões se encontravam em debate quando da chegada da epidemia em 1862. Percebemos que a própria demarcação espacial da vila e os locais escolhidos para a construção de prédios públicos (cadeia, casa de câmara, cemitério e matriz) são demonstrativos de uma tensão entre grupos sociais e políticos que habitavam a vila.

Maranguape em 1849 foi elevada à categoria de sede de freguesia e em 1851 deixou de ser um povoado vinculado a Fortaleza e foi elevada à categoria de vila. A vila estava passando por um clima de prosperidade que creditamos ao crescimento econômico advindo da agroexportação do café e da cana-de-açúcar através do porto de Fortaleza. Onze anos após a edificação da vila, a peste chegou impiedosa e pôs novamente em evidência questões que haviam sido silenciadas pelo sucesso econômico pelo qual passava.

Daremos especial atenção à questão do padroeiro, uma vez que, quando da elevação da localidade à condição de freguesia, ocorreram disputas quanto ao local onde deveria ficar a Matriz e qual o santo a ser invocado. São Sebastião, antigo protetor do povoado, foi trocado por Nossa Senhora da Penha. Era o santo guerreiro invocado como protetor contra a peste repentina e o mal contagioso. Em um universo de representações cristãs católicas, como se viu a chegada da epidemia após esse abandono ao culto do santo?

O segundo capítulo foi dedicado a dar conta do olhar médico sobre a doença. Na tentativa de aproximar o nosso horizonte de expectativa ao dos

sujeitos analisados, iniciamos apresentando os embates entre as diversas teorias médicas que tentaram explicar o cólera no século XIX. A fim de termos um olhar mais detalhado sobre a epidemia e sobre o quadro de mortes rápidas e violentas que se apresentavam diante dos olhos dos sujeitos médicos, fazemos uma incursão na história explicativa do cólera demonstrando seus percursos dentro do corpo humano. Demarcamos até onde ia o conhecimento dos médicos naquele momento e fazemos uma análise da teoria miasmática a partir de um receituário publicado no jornal *O Cearense* pelo Dr. José Lourenço, uma vez que, assim como Ariosvaldo Diniz, “não entendemos a doença como um dado e sim como uma construção.”³.

Para além da doença, importa-nos conhecer os sujeitos que a combateram. Quando a epidemia acometeu Maranguape, foi instituída uma Comissão de Socorros Públicos composta por pessoas que ocupavam cargos públicos na vila, como é o caso de Joaquim Sombra, que era o líder da casa de câmara e do partido conservador e do Alferes Franklin Bellota, que assumiu interinamente a delegacia de polícia no momento mais grave da peste, porque o delegado titular Joaquim Feliciano encontrava-se acamado por ter contraído a doença. Também compuseram a Comissão vários médicos que são ricos em nuances e vinculações com a vila. Ao todo, sete médicos passaram por Maranguape nas três fases da epidemia que foram: de maio a agosto de 1862; de outubro a novembro do mesmo ano; e o último grande surto, que se iniciou em dezembro deste e durou até março de 1863. Procuramos observar as vinculações políticas e inclinações pessoais dos médicos e como estas influenciaram no relacionamento com o poder público.

A partir das cartas enviadas pelos médicos, conseguimos visualizar a vila durante o período epidêmico e as péssimas condições de trabalho com que tinham que lidar a fim de auxiliar os coléricos. Ao todo, havia na vila uma enfermaria – mantida pelo poder público –, comandada pelo Dr. Rufino de Alencar e pelo cirurgião Américo Fabiano, que, por sua vez, era ainda responsável por mais duas clínicas, que atendiam apenas ao público feminino. Para além dos locais de saúde pública, a ação da comissão de socorros

³ DINIZ, Ariosvaldo. “Artes e ofícios de curar nos tempos do cólera”. In: CHALHOUB, Sidney et al. (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 359.

públicos se baseava em visitas às casas dos empesteados; contudo, sobre o interior das moradias os médicos não dissertaram.

A partir de relatos dos médicos, buscamos apreender as artes de curar dos grupos populares que, sem acesso a medicamentos caros e, muitas das vezes, por nem confiarem nestes, utilizavam de sua sabedoria na busca da cura. O que pensavam médicos sobre as moedas de cobre pendentes nos bustos emagrecidos pela peste?

No terceiro capítulo, vislumbramos outras questões que se fizeram a partir da epidemia. Com a mesma linha metodológica com que historicizamos a ação dos médicos, analisamos os sacerdotes que passaram pela vila. Dois sacerdotes foram observados atentamente, e estes diferem bastante entre si. O primeiro, padre Pedro Antunes de Alencar Rodovalho, era pároco de Maranguape desde a fundação da freguesia no ano de 1849; quando da chegada da epidemia, já era um senhor de muitos anos e não conseguiria suportar o mal colérico, tendo morrido em decorrência da epidemia em 1862. Para substituí-lo, o presidente de província, José Bento Júnior, e o Bispo de Fortaleza, Dom Luís, enviaram o padre Galindo Cavalcante, que era um homem enérgico e ativo. Em um momento em que a epidemia esmorecia a confiança e a fé, uma vez que até mesmo o sacerdote havia sucumbido à moléstia, a chegada de padre Galindo é bem recebida não apenas pelos fiéis, mas até a comissão de socorros envia carta agradecendo a decisão dos mandatários civil e eclesiástico.

Ainda no que diz respeito à religiosidade buscamos, perceber como a questão dos santos volta à tona durante a epidemia. Se a ordem oficial era de que Nossa Senhora da Penha deveria ser invocada, a população que sofria com o mal colérico clamava por São Sebastião, seu antigo protetor, cuja ajuda estava habituada a procurar em momentos de necessidade.

Por fim, visamos completar a leitura do momento de fratura através das sequelas que este ocasionou na província e na vila. Tal abordagem foi feita através da compreensão dos usos políticos que a moléstia assumiu nas eleições que foram marcadas no período final da epidemia. Os últimos meses de 1862 e o início de 1863 foram agitados na vida política cearense, uma vez que o então senador Miguel Fernandes Vieira faleceu e foram feitas eleições para prover a cadeira que ele deixou vaga. A doença foi um dos pontos

centrais nos debates dos partidos quando da mobilização para essa eleição. A mesma doença era interpretada de modo distinto por liberais e conservadores. Ambos os partidos buscavam demonstrar-se como responsáveis por amortecer o impacto da peste nas localidades em que estavam à frente e acusar os adversários da culpa das mortes.

Dentro da vila de Maranguape, percebemos as interpretações que tentavam dar conta da insistência da epidemia em não se extinguir. Enquanto muitas vilas comemoravam a extinção do mal, em Maranguape, nos finais de 1862, continuava-se morrendo por conta da epidemia.

Tal recorrência levou a uma série de debates sobre o tamanho grandioso da freguesia, que seria um dos motivos pelos quais os sacerdotes não conseguiram dar a devida assistência aos moribundos. Também foi alvo dos debates o cemitério da vila, que não conseguira dar conta do número excessivo de mortos que lá foram enterrados em tão curto espaço de tempo. O campo santo teve que passar por reformas, e é nesta obra que podemos perceber como a economia da vila sofreu com a peste.

A doença foi vivida, lida e interpretada por diversos sujeitos, com posturas, pensamentos e atitudes distintas. Olhamos para a vila de Maranguape, buscamos entender as diversas interpretações dos sujeitos que foram atingidos pelo cólera e as impressões deixadas pelo incrível saldo de 2850 vítimas fatais.

PREÂMBULO

Amanheceu frio. Um dia nublado, com o vento que preconiza a chuva soprando forte e úmido. Sabia que o sol estava lá, bem atrás das nuvens.

Fechara a janela, não podia suportar mais aquilo, aquela sensação de frio já o solapava demais, sua carne e sua alma.

As lembranças fluíam em uma propulsão veloz e voraz, meio que mecanicamente abotoava a camisa, cobria-se de preto. A casa estava silenciosa, nem se parecia com aquela moradia cheia de vida de alguns meses atrás. A dor fora tamanha que o homem não lembrava ao certo o tempo que se passara desde aqueles dias de alegria. E não era sem motivos, depois de anos morando ali, a partir do ano de 1845 começara a assistir o sucesso da economia da vila. Não era mais um pequeno povoado de passagem.

O homem, comerciante, ia todas as quintas-feiras para o comércio do gado, que vinha de Canindé e rumava para Fortaleza. Pouco a pouco, as pessoas que frequentavam a feira mudaram, os pequenos vaqueiros e donos de poucas terras deram lugar a senhores bem arrumados e com sacolas mais cheias. A vila tornara-se uma grande produtora de gêneros. O porto que se instalara em Fortaleza passou a servir de escoadouro da produção de cana-de-açúcar que vinha dos distritos nos arredores do povoado, sem falar que em pouco tempo descobriram o cultivo do café. Foram bons momentos. Foram. Dezessete anos. Breves anos. Esse fora o tempo que levaram para transformar a aparência do pequeno aglomerado de casas.

A década de 1850 foi marcada por anos felizes, a economia crescia, a vila ganhava ares mais organizados e, logo na virada, entre 1849 e 1851, chegaram as notícias: eram vila e sede de freguesia. Nada mais justo, já que agora o lugar era um dos principais parceiros econômicos para a capital Fortaleza.

O homem terminou sua tarefa enfadonha com os botões e começou a caminhar pela casa. Em sua marcha lenta passava por quartos ainda escuros e fechados, salas e corredores estreitos, mas vazios, silenciosos. Ainda não podia acreditar que eles foram, e ele não.

De soslaio, olhava para o cômodo onde funcionava a sala. Podia ver sua esposa, que remendava mais uma vez o joelho da calça do filho mais novo. Era um moleque travesso, que passava os dias fugindo das tarefas, correndo pelo terreiro da casa atazanando a vida dos negrinhos que traziam os baldes de água do rio para a casa. Mas quando a vista desembaçou e as lágrimas terminaram de cair, enxergara a verdade: era apenas a cadeira, a mesma cadeira em que ela se sentava todos os dias para fazer suas costuras e reparos nas roupas dos moleques, mas ela não estava ali.

Resolvera sair da casa, tudo estava recente demais, não tinha condições de suportar aquilo. Caminhava pelas ruas bonitas do novo centro. Passava em frente à Igreja Matriz, com suas paredes grossas, seu átrio espaçoso. Era ela o maior símbolo de toda a mudança da vila. Quando em 1849 chegou a ordem do bispo e do presidente de província dizendo que agora Maranguape era a sede da freguesia muita gente ficou em polvorosa. Lembrava bem como aquele lugar era apenas um roçado alto no meio de alguns poucos pés de cana. Já havia uma igrejinha na vila, mas ela era muito acanhada, quase decadente, ficava do outro lado do rio, na “Outra Banda” da cidade, onde haviam as casas mais antigas. Os fazendeiros não deixaram que a matriz fosse construída lá. Trouxeram-na para a sua banda. E agora lá estava a igreja grande e imponente.

Lembrava-se bem de todas as confusões que esta igreja já causara. Achava até que tudo o que acontecera – o mal que acometera a vila – tinha sido por culpa desses políticos, que não cessavam de interferir na fé alheia. Os ricos senhores mexiam e remexiam em um mundo que não lhes competia. Alteraram por duas vezes o padroeiro da vila. Ora, isso é coisa com que não se brinca. Acharam de retirar de São Sebastião o nome e a proteção da vila. Não tardou um ano, estávamos sob o signo da peste.

Uma garoa fina começava a cair, o vento frio que soprava há pouco não mentira. Parecia que, assim como o homem, os céus também choravam. Nunca fora muito bom com as letras, só entendia o básico para poder tocar seu comércio adiante, contudo, acompanhara a doença dia após dia através dos

jornais. Ia para a casa do Dr. Marcos Teófilo, seu vizinho. Ele lia periodicamente o jornal “O Cearense”, do qual era assinante, e naquela leitura em alta voz repassava para os amigos as notícias do restante da província.

Recordava-se bem, se bem que às vezes nem gostava de recordar. Era um fim de tarde, início de março, quando o médico leu uma série de cartas publicadas que questionavam sobre a possibilidade de a província ter sido atacada pelo cólera. No jornal, o Dr. Thebergue e o padre Manoel Francisco da Frota desacreditavam totalmente nesta possibilidade, diziam que lá no sul da província reinava a saúde e a bonança.

Na vila de Maranguape também se criou uma celeuma, Dr. Marcos achava que a peste já se encontrava em solo cearense, mas o Dr. Motta, outro médico que atendia aos fazendeiros enriquecidos da vila, achava essa idéia impossível, afinal, dizia ele, o Ceará era uma terra onde reinava a salubridade. A tal peste, inclusive, já correra das terras cearenses em 1855. Para que prova maior?

O homem acreditara no Dr. Motta, não por concordar com ele, mas por que preferia crer que nada chegaria na vila. Pouco tempo durou a sua intencional ignorância. Mal começou o mês de abril e já surgia o anúncio: o cólera chegara.

Mesmo assim reinava entre a população da vila a crença de que a peste só atacaria os sertões secos e doentes. A vila era uma terra de serras, de ares saudáveis e de águas medicinais, assim diziam os médicos. Quantas vezes o homem mesmo já não fora ordenado pelos doutores a ir passar uns dias no alto da Pirapora, banhando-se na cachoeira para curar catarros e febres.

A água fria que caía do céu o lembrava das gotas grossas e pesadas caindo das cachoeiras durante seu tratamento. Era melhor voltar para a casa, senão era capaz de adoecer de novo e, se tinha algo que não podia fazer, era isso.

No meio do caminho, vira dois escravos magros, quase esqueletos ambulantes carregando paus atravessados nas costas com baldes nas pontas. O rangido do metal o levava a reviver um pesadelo. Se via diante daqueles malditos carregadores de defuntos, que o governo da província contratara logo que a situação se tornara crítica. Podia sentir aquele bafo fedorento de

cachaça, aqueles olhos baixos e vermelhos que pararam diante de sua porta e levaram, toda desarrumada, sua menina, sua filha caçula. Queria ter tido forças para acompanhá-la, para vesti-la melhor, para levá-la ao padre, mas não conseguira. Tinha suas próprias dores, estava fraco e corroído pelo vômito e pelas fezes, se é que podia chamar aquele líquido quente e nauseabundo de fezes.

Logo no início de maio, a doença chegou em Maranguape. Em pouco tempo, a quantidade de acometidos era assustadora. Lembrava-se das outras doenças que enfrentara na vila e como elas pareciam meras paródias diante da violência com que o cólera chegara. Parecia disposto a matar, não parecia querer dar chance aos médicos e medicamentos. Marcos Teófilo, seu amigo, passou a ter dias cheios, ia de um lado para o outro da vila tentando atender aos doentes, mas, na verdade, parecia apenas ir assistir a seus antigos pacientes na hora da morte. Suas tentativas de combater o mal colérico não pareciam dar certo. Pulava de uma casa para outra vendo o mesmo cenário: quartos nauseabundos habitados por corpos emagrecidos e olhos fundos que pareciam procurar no médico uma resposta para aquilo que lhes atacava sem explicação. Não demorou muito e o poder provincial resolveu se apiedar da vila, que em poucos dias já contava com quase 500 mortos. O Dr. Motta não suportou a epidemia e, um mês depois da chegada da doença, pediu destrato e se foi da vila. Foi quando o governo contratou o Dr. Rufino de Alencar.

Todos viram nele uma pequena sombra de esperança. A presença de Rufino era constante na vila e, em outras oportunidades, viera acudi-la em momentos de graves enfermidades. Mas o que o trouxe não foi apenas o apelo do poder público, queria estar próximo a seu pai, o pároco Pedro Antunes de Alencar Rodovalho. Até então as pessoas da vila não haviam conhecido nenhum outro pároco, ele viera junto com a criação da freguesia. No ano da peste, 1862, Pedro Antunes era um senhor de muitos anos.

Entre maio e junho as notícias de fora ficaram escassas. “O Cearense” parou de circular, mas no momento não se buscava saber o que acontecia fora da vila, tínhamos muitos problemas e poucos agentes de solução. O delegado Joaquim Felício adoecera, o Dr. Marcos também. A quem recorrer? Muitos resolveram se apegar à fé, mas quando olhavam para o céu ele parecia

nublado. O representante de Deus, padre Rodovalho, caíra doente e em estado gravíssimo. Em meio a isso, homens e mulheres buscavam a cura dentro de sua própria sabedoria.

O homem lembrava-se de que logo que a esposa caíra doente uma escrava lhe sugerira pendurar algumas moedas de cobre no pescoço de modo que ficassem pendendo sobre o ventre que se contorcia em dores. Não dera certo. Um conhecido lhe indicara ipecacuanha e até mesmo uma mistura de aguardente e limão. Tentara de tudo, mas nada funcionava. E ele, sem ter mais o que fazer, resolveu seguir as orientações de seu convalescente amigo Marcos: entregou a esposa para a enfermaria dos coléricos, que estava sob o controle do Dr. Rufino e do cirurgião Américo Fabiano. Ao todo eram três os locais para onde acorriam os adoentados, havia duas clínicas para mulheres e a enfermaria mantida pela comissão de socorros que se instalara na vila sob a liderança do Coronel Sombra. Em três dias a esposa estava no caixão.

Julho chegava e a desolação varava a vila. O poder público não cessava de tentar ajudá-la. Veio um novo médico Dr. Pedro César, morreu antes de desfazer as malas. E o desespero se tornou incontrolável. Ninguém era intocável, todos podiam morrer. Mas o pior ainda não chegara: em meio ao luto pelo médico, faleceu o pároco. Mesmo com todos os cuidados de Dr. Rufino, seu pai, padre Rodovalho, morreu. E a vila ficou só.

O maldito mês parecia não querer acabar, somente na sede da vila já haviam morrido 800 pessoas e em todo o termo da freguesia, a conta já ultrapassava dois mil.

Ao lado, o sino tocava a segunda badalada, a hora se aproximava. O homem recuperou um pouco os sentidos, fugindo da digressão. Sentia-se cansado por ter relembado tantas dores seguidas e continuadas provocadas pela peste. Todas as pessoas que ele vira partir e que apenas soubera que haviam morrido dias, semanas ou até meses depois.

Cabisbaixo, se deparara com o oratório que preservava dentro de casa. Ali estava ele, sujo ainda da cera que derreteria de inúmeros círios colocados na frente da imagem de seu padroeiro: São Sebastião, manchado pela fumaça das velas, retorcido pela dor das flechas cravadas em seu corpo. Persignava-

se mais uma vez, proteção nunca era demais quando se tratava daquela maldita doença. Maldição mandada por Deus e que ninguém conseguia resolver.

Lembrava-se de como a vila ficara feliz com a chegada do novo padre, Padre Galindo Cavalcante, um homem enérgico e pragmático. Com vigor, tentou elevar a moral e a esperança da vila, e pode-se dizer que conseguiu. Convocava a população para orar a Deus pedindo o fim do flagelo, e mais que isso, fora ele que acabara com a vergonha dos corpos que apodreciam pelas ruas a caminho do cemitério, jogados sem vida nas bordas da estrada, insepultos. Fora sob a batuta de padre Galindo que os poucos sãos da vila tomaram para si essa missão de enterrar seus entes queridos. O padre trouxera esperança até mesmo para os médicos e membros da comissão de saúde pública que, pelo que o homem se lembrava, tinham mandado uma carta para o presidente e outra para o bispo agradecendo o envio daquele sacerdote, uma vez que ele aumentara em todos a coragem, fundamental para vencer a doença, como lhe dissera um dos médicos. Os espíritos quebrados pelo terror eram sempre os primeiros a sucumbir.

Fora difícil ter coragem após ver três de seus cinco filhos morrerem pela peste, assistir aos dois negros que ele mantinha na venda se acabarem em vômitos e dores e, por fim, se despedir da sua prestativa, prendada e amada esposa. Lembrava-se como a esperança de que tudo acabara tinha, por duas vezes, lhe visitado, mas se mostrara malevolamente falsa. Em agosto de 1862, achavam-se livres. Ledo engano. Em novembro também, mas 1863 começara doente. Apenas pelo meio de março que tudo cessou. A peste se fora, mas levava consigo 2850 pessoas, alguns desconhecidos, mas muitos amigos e parentes.

Com o peito contrito, descansara na velha cadeira de balanço da mulher. Após meia hora, tocava a última chamada, era hora do último ato de coragem. Levantou-se com a alma e o peito em frangalhos, mas levantou-se. Com sua frequente roupa de luto, ia para a missa em memória da mulher. Já se iam trinta dias.

Lá fora, o sol começava a aparecer por entre as nuvens.

Post-Scriptum: O texto acima se trata de um conto fictício sobre o cólera morbo que acometeu a vila de Maranguape nos anos de 1862 e 1863. O personagem central, bem como seus familiares, é um recurso estilístico para que pudéssemos apresentar o espaço da vila e das disputas internas dos moradores da vila. Os acontecimentos históricos citados são devidamente referenciados e analisados no decorrer da dissertação que se segue.

CAPÍTULO 1: ARANDO O SOLO

1.1 – Às sombras da serra

Antes de qualquer consideração sobre a epidemia de cólera na vila de Maranguape no ano de 1862, cremos ser importante fazer uma breve apresentação do município de Maranguape, de modo que possamos ter maior clareza quanto às referências geográficas que serão feitas durante o trabalho, bem como nos auxiliar quando estivermos tentando entender o papel da vila de Maranguape dentro do contexto provincial, a fim de percebermos em que medida os acontecimentos decorrentes da epidemia de cólera reverberavam na capital provincial, que na época da epidemia, já era Fortaleza.

Maranguape é uma cidade localizada no interior do estado do Ceará, ao redor da serra homônima, distante 27 quilômetros da capital cearense, e, atualmente, faz parte da região metropolitana de Fortaleza.

As primeiras sesmarias concedidas que compreendiam a região onde hoje está Maranguape foram conferidas no início do Século XVIII e “[...] tiveram como donatários o tenente Pedro da Silva e Amaro Morais, em 12 de julho de 1707; Jorge Silva, em 29 de dezembro de 1711; capitão Soares de Oliveira, em 17 de julho de 1717; José Gonçalves Ferreira Ramos e Felipe Loureço, em 1790 [...]”⁴. Entretanto, essa primeira ação colonizadora não conseguiu desenvolver um núcleo urbano, sendo este estabelecido apenas no século XIX com a atuação de Joaquim Lopes Abreu, que recebeu terras por parte do rei. Entre as terras por ele aglutinadas, estavam trechos dessas antigas sesmarias. Joaquim Abreu, por sua vez, antes de vir à vila de Maranguape havia sido eleito vereador de Fortaleza, tendo-a comandado por curtos períodos nos anos de 1823, 1826 e 1827.

A condição climática da vila era muito ressaltada entre os médicos e geógrafos da época por ser definida como bastante úmida, sendo, assim, propícia ao plantio do café, que foi seu primeiro produto agrícola de grande sucesso econômico. Nos locais que na atual configuração política do

⁴ <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/ceara/maranguape.pdf>>. Biblioteca do IBGE. Acesso em: 19/05/2011.

município⁵ correspondem aos distritos, destacava-se, à época, o plantio da cana-de-açúcar com a fundação de engenhos; entre eles o de Dario Telles de Menezes, hoje conhecido como o local de origem do grupo Ypióca.

O território da vila correspondente ao atual centro da sede de Maranguape era cortado por uma série de riachos, sendo os mais importantes o Gavião e o Pirapora. A formação da vila se deu por dois vetores distintos, que tiveram uma demarcação geográfica bem definida. A primeira porção ocupada era conhecida com “Alto da Vila” e ficava na margem norte do riacho Pirapora – sua ocupação mais antiga se deu, sobretudo, por soldados que haviam servido no forte de Nossa Senhora da Assunção em Fortaleza e por indígenas que foram incorporados ao processo colonizador. A segunda porção, por sua vez, denominada “Salto do Peixe”, estava situada na margem sul do riacho Pirapora. Esta fora ocupada por fazendeiros abastados e, muito possivelmente, foi por causa da desigualdade social entre os habitantes (soldados e índios de um lado e ricos fazendeiros do outro) que paulatinamente o antigo “Alto da Vila” foi sendo renomeado de “Outra Banda”, termo prenhe de sentidos que demonstra como essa porção do povoado perdera em espaço político apesar de ter sido o primeiro terreno a ser ocupado, foi ele o chamado de “outro lado”, ou seja, aquilo que não é.

Contudo, para compreendermos esta e outras questões precisamos nos aprofundar no contexto histórico em que a povoação de Maranguape foi elevada à categoria de vila. Precisamos ler as configurações espaciais que vão se desenhando dentro da vila, a partir de embates e escolhas dos sujeitos que “faziam-se”⁶ no interior de Maranguape.

Entre os anos de 1845 e 1877, a província cearense passou por uma estabilidade climática, sem grandes desvios nos índices pluviométricos. Nesse

⁵ A última divisão é datada de 1993. <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/ceara/maranguape.pdf>>. Biblioteca do IBGE. Acesso em: 19/05/2011.

⁶ Aqui fazemos referência direta ao termo “making” de E.P. Thompson para demonstrarmos nossa crença de como os sujeitos foram se fazendo no contexto das disputas e das doenças, para afirmarmos que não cremos em histórias dadas e pré-concebidas, mas em embates cotidianos, que, mesmo que não tenhamos como acessá-los de forma direta através de fontes que nos dêem a clareza dos grupos, vinculações e tensões, pelo menos podemos tentar compreendê-la indiretamente, percebendo como a doença foi um momento de crise dentro de uma realidade que ia se consolidando diante do progresso alcançado na vila de Maranguape durante o governo conservador.

período, que aqui chamaremos de “prosperidade provincial”, é possível perceber a edificação de várias vilas no entorno de Fortaleza.

Ao mesmo passo em que Fortaleza, primeiramente sobre a batuta de José Martiniano de Alencar, construía estruturas que lhe permitisse escoar a produção da província, as áreas de serra ao redor da capital foram sendo cada vez mais ocupadas, o que se relaciona diretamente com a produção de gêneros agrícolas para a exportação. Tal fato fica claro quando “alterações nos impostos foram feitas para estimular a cultura de alguns produtos, como a decretação da isenção de taxas sobre a produção de chá, café e açúcar”⁷. Justamente produtos que passaram a ser cultivados nas regiões serranas do entorno de Fortaleza.

A consolidação da capital como principal pólo de atração econômica da província passou por atos de “canibalismo” político e territorial expressos nas anexações das vilas de Parangaba (Arronches) e Messejana (Paupina) ao território fortalezense. As duas haviam sido sede de missões de catequese indígena; entretanto, elas diferiam bastante entre si.

Messejana possuía uma estrutura civil e eclesiástica mais bem elaborada em relação a já citada Parangaba. Foi da ação aglutinadora de Fortaleza que ocorreu a transferência da freguesia, que antes pertencia a Messejana, para a vila de Maranguape, marcando assim o reconhecimento do desenvolvimento econômico da vila serrana.

Com o aumento de produtos agrícolas exportáveis na região serrana, fez-se urgente rasgar o chão para ligar Fortaleza a outros lugarejos de seu entorno que lhe servissem de base econômica e alimentar. Exemplar sobre as constantes iniciativas de ligar o interior à capital são os comentários do cônsul francês em Pernambuco que dava constantes relatórios sobre possibilidades de negócios para os comerciantes e industriais franceses acerca das províncias brasileiras que estavam sob sua jurisdição, ou seja, todo o norte do império. A carta de 1859 deixa clara a constante preocupação das autoridades públicas cearenses com o melhoramento das condições das vias de ligação da capital com o interior de modo a aprimorar o escoamento produtivo:

⁷ LEMENHE, M. A. *Às razões de uma cidade: conflito e hegemonias*. Fortaleza: Stylus comunicações, 1991. p. 73.

Tudo leva a crer que, dentro de alguns anos, quando as grandes vias de comunicação estiverem concluídas, a exportação aumentará em uma proporção notável e com grandes benefícios, pois está provado que uma grande quantidade de açúcar é perdida devido à impossibilidade de transportá-la. Nós acrescentamos que esses trabalhos são incitados com vigor e que a província consagra um quarto de suas rendas para trabalhos públicos⁸

Sobre o mesmo assunto, Lemenhe continua:

Também, a partir de Fortaleza, inicia-se estrada para Maranguape, Baturité e Sobral. (Nogueira, 1889: 144) Deve-se lembrar que as regiões para onde rumavam os caminhos eram áreas produtoras de algodão e de cultura de subsistência, como Maranguape e Baturité.⁹

Maranguape teve o desenvolvimento de seu núcleo populacional durante a década de 1840, o que, juntamente com ações políticas, levou ao erguimento da freguesia de Maranguape em 1849 e a elevação do povoado à condição de vila no ano de 1851. Até então, Maranguape era atrelado a Fortaleza.

A administração pública fortalezense criou várias estradas que ligavam o restante da província ao seu porto, de modo a se aproximar dos espaços produtivos da província e centralizar seu escoamento. Partindo de Fortaleza, existiam três grandes estradas. Uma delas passava por Messejana e levava à região jaguaribana; outra se dirigia à região Norte, buscando aproximar a capital a Sobral e suas vilas satélites; e outra se dirigia às serras de Maranguape e Baturité. As leis provinciais números 46¹⁰ e 93¹¹ mostram-nos como essa questão das estradas estava sendo alvo da atenção do poder

⁸ TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Natal: Ed. UFRN, 1995. p. 110.

⁹ LEMENHE, 1991, p. 92, grifo nosso.

¹⁰ *Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)*. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os anos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso / Almir Leal de Oliveira, Ivone Cordeiro Barbosa, organizadores. – ed. Fac-similada. Fortaleza: INESP, 2009. Tomo I p.91. Disponível em < <http://www.al.ce.gov.br/unipace/tomo.pdf>> Acesso em 30/05/2011.

¹¹ Idem. P. 153.

provincial durante todo o primeiro quinquênio do século XIX. Diretamente relativa ao contato entre Maranguape e Fortaleza, a lei 450 de 31.07.1848¹² autorizou o presidente da província cearense Fausto Augusto de Aguiar a contratar com empresa ou qualquer indivíduo a abertura de estradas de Fortaleza para a vila de Baturité e para a povoação de Maranguape.

Desta via, periodicamente partiam carregamentos de víveres para abastecer os mercados de Fortaleza. Em marcha no lombo de burro, homens partiam nas madrugadas, cavalgando por quase dois dias, em marcha lenta e compassada, própria das mulas cansadas debaixo de caçuás carregados, indo entre postos de descanso; partiam de sítios e fazendas que ficavam ou na serra ou nas amplas pastagens do interior de Maranguape carregados de frutas e de produtos que serviam à agroexportação¹³. Segundo Rodolfo Teófilo, em seu texto intitulado “Altruísmo”, o percurso tinha sua maior dificuldade na região do Timbó¹⁴, com atoleiros perigosos; depois, apenas alguns locais de elevação mais acentuada dificultavam a vida dos viajantes.

Somava-se ao número das dificuldades a condição da estrada que ligava a vila de Maranguape à capital. Mesmo com o esforço constante das autoridades públicas durante todo o segundo e o terceiro quartil do século XIX em melhorar as vias que ligavam Fortaleza ao conjunto de vilas que passaram a incrementar suas exportações, as condições dessas estradas permaneceram precárias durante todo o século XIX e grande parte do XX.

Afirma Takeya que:

A partir da década de [18]50, em função da expansão da atividade agroexportadora na província, ocorreu uma série de iniciativas governamentais, visando melhorar as condições das vias e dos meios de transporte para o escoamento das mercadorias. Assim, abriram-se novas estradas, melhoraram-

¹² Idem. Tomo II. pp.51 e 52.

¹³ Até princípios do século XX, esse mesmo itinerário era feito, sem grandes alterações nas condições da via. Os dados referentes ao percurso feito pelos comerciantes de víveres que saíam da serra de Maranguape rumo a Fortaleza nos forma apresentados a partir da conversa com o Senhor Francisco José Carvalho Maciel, filho de um ex-comerciante do mercado São Sebastião (Fortaleza) que levava frutas da serra de Maranguape para a capital cearense. Entrevista concedida no dia 26 de outubro de 2010.

¹⁴ Ponto de contato entre Maranguape e a vila de Fortaleza, hoje pertencente a Maracanaú. Confirma TEÓFILO, Rodolfo. “Altruísmo”. In: *Scenas e typos*. Ed. fac-sim. Fortaleza: Biblioteca Básica Cearense, Fundação Waldemar de Alcântara, 2009.

se as já existentes e deu-se início à construção de estradas de ferro.

Essas iniciativas, entretanto, não alterariam em essência as condições de transporte de mercadorias, à época: os carros de boi continuaram a ser o principal meio utilizado, trilhando as mesmas vias preexistentes.¹⁵

O trajeto entre Fortaleza e Maranguape, mesmo sendo de uma distância pequena (27 quilômetros) – é a primeira serra que se encontra saindo da Capital para o sul do Estado –, acabava tendo uma demora maior que o esperado por ser feito em uma via que não comportava a capacidade do crescimento comercial que se dava entre as duas vilas por ser pequena e de trajeto sinuoso, o que tornava o transporte das carroças lento. Tanto que, no ano de 1851, afirmou o Presidente de Província Silveira Mota:

Acha-se concluído o caminho que conduz desta cidade [Fortaleza] a povoação de Maranguape, [...] o julgo apenas um preparatório para a abertura de uma estrada com as condições necessárias para o transporte de passageiros e gêneros, sendo muito para admirar que uma povoação tão importante que póde ser considerada um rico celeiro desta cidade não tenha merecido ainda ser dotada de meios faceis para o transporte de suas variadas produções agricolas.¹⁶

Está claro nas palavras de Silveira Mota que Maranguape tinha um propósito: ser um celeiro para a capital. Era das serras verdes que Fortaleza conseguia o necessário para a sua consolidação, e era de Maranguape que chegavam periodicamente os víveres que abasteciam o mercado da capital. Tal era a importância dessa região (as serras) para a economia de Fortaleza, que Lemenhe afirma que:

¹⁵ TAKEYA, 1995, p. 147.

¹⁶ Relatório do Presidente de Província Silveira Mota em 07 de julho de 1851. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2343/000007.html>>. Acesso: 30/05/2011.

Desde o início do desenvolvimento da agricultura de exportação nas serras de Baturité e Maranguape, e da intensificação da cultura do algodão em Itapipoca, as decisões quanto à abertura de estradas estiveram orientadas para aquelas áreas.¹⁷

E, como vimos acima, não apenas a vila de Maranguape pode ser responsabilizada pelo crescimento de Fortaleza, e sim todo um entorno produtivo composto por várias serras, algo que fica perceptível quando fazemos “a análise da distribuição espacial das unidades produtoras de algodão e café das fazendas traz evidências da situação mais favorável a Fortaleza para centralizar produtos ao seu mercado.”¹⁸. Essas “unidades produtoras” eram consequência do processo de diversificação da economia cearense. Fazendeiros se instalaram nas serras verdes, ocupando essas novas faixas de terra, fenômeno que Lemenhe sintetiza nos seguintes termos:

É compreensível que o aumento e a diversificação da produção ocorressem paralelamente à ocupação de novas áreas [...] A ocupação das serras de Maranguape e Baturité, com o café, e da Meruoca e Uruburetama com algodão, ilustra a argumentação.¹⁹

Fica clara a relação de interdependência que vai sendo produzida entre a capital e seu entorno produtivo. É importante sabermos dessa relação constante com a capital para que entendamos a insistência dos jornais em tratar da condição sanitária deplorável em que ficou a vila de Maranguape durante a epidemia, sendo constantes os dados estatísticos sobre mortes e relatos de agentes públicos presentes na vila, que em determinado momento foram atualizados edição a edição. A publicação de determinado acontecimento depende de escolhas e acreditamos que entre as motivações que levaram os editores dos jornais da capital a dar grande publicidade aos acontecimentos deletérios da vila de Maranguape estão a crueldade com que a

¹⁷ LEMENHE, 1991, p. 120.

¹⁸ Ibid., p. 111.

¹⁹ Ibid., p. 110.

peste agiu, a perigosa proximidade com a capital e os embaraços econômicos que poderiam ser decorrentes da peste, pois esta destruiu as forças produtivas. Sem receio algum, ousamos afirmar que em tempos de peste procura-se muito mais lutar pela sobrevivência do que garantir que a colheita aconteça.

Voltemos a tratar da estrada que ligava Maranguape a Fortaleza. Àquele viajante que estivesse vindo da capital rumo ao interior, passadas as adversidades inerentes à estreiteza e às poucas condições da estrada, deparava-se com uma vista de encher os olhos: um paredão verde que seguia por toda a extensão da vila completando quase de uma ponta a outra o horizonte de quem chegava à área mais alta do percurso entre as duas vilas, o terreno conhecido atualmente como “Pau Serrado”²⁰.

A serra de Maranguape era um espaço conhecido por sua grande umidade, que permitia o desenvolvimento de vários tipos de roçado como o do café e de frutas, além de ter sido, durante muitos períodos de estiagem, um oásis em meio às secas que assolavam os sertões cearenses, assim como todas as outras cadeias de montanha do Estado. Essa serra era vista com uma das mais úmidas de toda a província, chegando Thomaz Pompeu a dizer que:

A serra de Maranguape é mais humida que a de Aratanha, e esta mais que a de Baturité. Em Maranguape a humidade é tão abundante que as árvores (o mangue da terra) estão constantemente gotejando.²¹

Um olhar analítico atento para este dado nos leva a inferir a possibilidade de que essa umidade excessiva pode ter sido um dos fatores que contribuiu para o dilatado contingente de mortos provocado pelo cólera, uma vez que, se essa abundância de águas era considerada habitual, não há registros de nenhuma estiagem no ano da epidemia – pelo contrário, fala-se frequentemente em “aguaceiros terríveis” –, sendo esta propagada pelas águas contaminadas; então, o rio e a umidade, que durante um bom tempo foram o

²⁰ Não encontramos na documentação consultada nenhuma referencia à região que nos permita precisar como era conhecida na época analisada.

²¹ BRASIL, Tomás Pompeu de Sousa. *Ensaio estatístico da Província do Ceará*. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997. Tomo I. p. 91.

símbolo de desenvolvimento dessa região, nesse caso ter-se-ia convertido em sua ruína.

A serra proporcionava uma visão grandiosa e acabou criando uma série de mitos e anseios entre os colonizadores, tanto os flamengos que passaram por lá rapidamente como os lusitanos que criam haver nela fontes de prata; tanto, que se chegou a dar uma provisão régia em 14 de dezembro de 1754 para o capitão-mor Luiz Quaresma Dourado a fim de que ele retirasse prata da região da Taquara²², o que nunca veio a acontecer e, posteriormente, mostrou-se infundada a ideia de que havia algum tipo de minério precioso nessa serra.

Destarte, aludimos a esse acontecimento para que tenhamos em vista a construção simbólica que era vinculada às serras: a idéia de riqueza era quase automática para o colonizador; fosse ele “aventureiro” ou “ladrihador” – como diria Sérgio Buarque de Holanda²³.

A vila de Maranguape não enriqueceu pela prata. Contudo, foi realmente na serra que encontrou sua fonte de riquezas: os cafezais e as frutas; e nos vales que a circundavam: os canaviais²⁴. O crescimento econômico trouxe prosperidade para a povoação, a tal ponto que ela foi elevada à categoria de vila, e passou a ser sede de uma freguesia homônima.

A edificação da freguesia foi anterior à da vila. A lei provincial número 485, de 04 de Agosto de 1849²⁵, que estabelece a nova freguesia na região de Maranguape, era fruto de uma reordenação do entorno de Fortaleza, uma vez que, para que ocorresse a constituição da Freguesia em Maranguape, se extinguiu a da vila de Messejana, que – como dissemos anteriormente – havia sido aglutinada ao termo de Fortaleza.

²² Assim diz Thomaz Pompeu: “Dizem que na serra de Maranguape, lugar Taquara, ainda se veem excavações, fornos, e mais signaes de uma exploração antiquíssima tentada pelos hollandeses, de 1637 á 1640, tempo em que estiveram aqui.

Por uma provisão regia de 14 de dezembro de 1754 foi concedido pelo el-rei D. José ao capitão-mor Luiz Quaresma Dourado privilegio para explorar as minas de prata de Uruburetama e Maranguape, que o impetrante dizia haver descoberto. Não se sabe onde ficam, e não consta que se fizesse exploração a não ser da Taquara de Maranguape.” (BRASIL, 1997, tomo I, p. 153).

²³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

²⁴ Não estamos fazendo alusão neste trabalho a dois outros grandes produtos agrícolas da região e da província: o algodão e as frutas; a fim de evitar que o debate fique muito dilatado, e que a compreensão do acontecimento analisado se esvaia em dados econômicos. Acreditamos que tal escolha não trará perdas a nossa análise.

²⁵ BARROSO. 1863. p. 107. Disponível em < <http://www.al.ce.gov.br/unipace/tomo.pdf>> Acesso em 30/05/2011.

Dada a transferência de freguesias, o antigo pároco de Messejana assumiu a freguesia de Maranguape: Pe. Pedro Antunes de Alencar Rodovalho. Esse mesmo sacerdote permaneceu no cargo até o falecimento, justamente pelo cólera, em 1862. Barão de Studart comenta, em seu livro *Datas e Fatos para a história do Ceará*, sobre a constituição da freguesia de Maranguape:

A freguesia de Maranguape formou-se de parte da antiga freguesia de Mecejana e de parte da de S. José da Fortaleza, sua capella sendo elevada á Matriz pela lei provincial ora citada sob a invocação de N^a S^a da Penha. Extincta a freguesia de Mecejana, passou a Matriz para Maranguape. [...]

O Padre Pedro Antunes era vigário colado da freguesia de Mecejana e passou-se para Maranguape em 1849.²⁶

Dando continuidade ao reconhecimento do desenvolvimento da povoação, outra lei provincial, a de número 553, de 17 de novembro de 1851²⁷, sancionada pelo presidente de província Joaquim de Almeida Rego, elevou a povoação de Maranguape à categoria de vila. Diz a lei:

Art 1º Fica elevada à categoria de Vila a povoação de Maranguape, com a mesma denominação. Art 2º - A povoação só será erecta em Vila depois que for edificada uma Casa da Câmara, cuja planta deve ser aprovada pelo Presidente da Província. – Art. 3º - Os limites da Vila criada por esta lei são os seguintes: ao lado do nascente do Siqueira, no lugar onde extrema a freguesia com a desta cidade, seguindo rumo direto a Lagoa do Gereraú e daí em rumo a encontrar o termo da freguesia da Vila de Aquiraz, sendo os mais limites os mesmos da freguesia – Art. 4º - Haverá em dita Vila um só tabelião

²⁶ STUDART, Guilherme. *Datas e factos para a história do Ceará*. ed.fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. 3v. (Biblioteca Básica Cearense) p. 146.

²⁷ Diz Thomaz Pompeu: “Creação – A povoação de Maranguape foi creada Villa por lei provincial de nº 548, de 17 de novembro de 1851, e inaugurada em 1852, ficando desmembrada do município da capital.” (1997, tomo II, p. 27). Continua apresentando a divisão jurídica, eclesiástica e policial da vila: “Divisão judiciária - Forma um terreno anexo ao da capital, 4 districtos de paz – da Villa, da Jubaia, Pacatuba e Messejana. Divisão Eclesiástica – Uma só freguesia. Divisão policial – Um termo e 4 districtos de subdelegacias que são os mesmo de paz.” (ibid., tomo II, p. 30).

publico, judicial e notas, que será igualmente escrivão do crime, cível e órfãos. – Art. 5º - revogam-se as disposições em contrário.²⁸

Montaram-se as bases eclesiásticas e civis para que a vila pudesse se desenvolver. Contudo, não esqueçamos que a constituição de uma nova cidade passa por um processo de afirmação de um determinado poder, genericamente falando, uma vez que o grupo político que conseguira tal fenômeno demonstrara força. Ao criar o novo município, desestabilizavam-se as forças opositoras, muitas vezes com o intuito de demarcar poder de dado grupo.

Temos documentação que nos permite afirmar quem eram os sujeitos que estavam à frente da política na vila; contudo, conhecer-lhes as vinculações políticas já é uma tarefa hercúlea. Buscamos em documentos cartoriais, eclesiais e provinciais, bem como em textos de cronistas e só encontramos dados mais concretos acerca de Joaquim Sombra, mas, independentemente disto, listamos a seguir os membros da casa de câmara durante o período da epidemia de cólera em 1862. Eram eles: João Alexandre Barbosa, Joaquim Sombra, José Barroso de Carvalho Sobrinho, José Francisco de Oliveira Barbosa, José Ribeiro Moura, Manoel José Cavalcante, Manoel Pontes Franco e Reinado Ribeiro do Prado²⁹. Também é clara a força do partido conservador no interior da vila de Maranguape, tendo sido Joaquim Sombra o maior representante desse partido na cidade, por duas vezes eleito deputado provincial³⁰. Essa primazia conservadora não significa a constituição de uma hegemonia. Os partidos entravam em contendas como em 1848: “A notícia da ascensão dos conservadores ao poder dá-se um conflito entre os partidos em Maranguape, resultando ferimento em vários contendores. [...]”³¹.

Contudo, independentemente da dificuldade no entendimento da questão política no âmago da vila, podemos ver, através dos dados sobre a

²⁸ MARQUES, Alfredo. *Maranguape: sua gente sua história, uma cronologia*. Fortaleza: Expressão gráfica e Editora Ltda., 2006. p. 19.

²⁹ *Ibid.*, p. 27. Destaquemos também que por várias vezes, nas p. 26, 27 e 28 desta obra, é citado o *Livro de Tombo* da Paróquia de Maranguape como obra de referência, contudo este documento não consta mais no acervo da secretaria paroquial.

³⁰ STUART, Guilherme. *Dicionário bio-bibliográfico*. Fortaleza: Typo-lithographia a vapor, 1913. Tomo II. p. 34 e ss.

³¹ MARQUES, op. cit., p. 17.

divisão eleitoral da província cearense, que, assim como na economia, cria-se uma relação de interdependência política entre Maranguape e Fortaleza, sendo que essas duas vilas estiveram nos mesmos distritos ou círculos eleitorais tanto antes como depois da reforma eleitoral de 1860.

Vejamos abaixo dados sobre a divisão eleitoral da província do Ceará até 1859. No primeiro, apresentamos as freguesias que compunham o distrito eleitoral da Capital e o número de votantes e eleitores.

TABELA I

Freguesias do Distrito eleitoral da Capital	Votantes	Eleitores que dá
Fortaleza	2650	51
Maranguape	2463	32
Aquiraz	811	19
Cascavel	1941	21

Tabela referente a divisão dos círculos eleitorais feita em 1860 baseada em dados constantes em BRASIL, 1997, tomo I, p. 226.

Sendo a freguesia a responsável por dar o segundo maior número de eleitores, fica visível, então, o papel político exercido por Maranguape dentro do distrito eleitoral da Capital. Era-lhe subsidiária não apenas no campo da economia, mas também em números políticos.

Mesmo após a reforma eleitoral de 18 de agosto de 1860, criada pela lei número 1082³², a vila de Maranguape continuou no mesmo distrito eleitoral de Fortaleza. Atentamos para esse fato para que entendamos que, ao se criar uma vila/freguesia, estamos falando de interesses políticos, uma vez que é no espaço da sacristia que ocorrem as eleições.

A criação da freguesia, no momento analisado, segue a mesma lógica de desestabilização de adversários e consolidação de poderes, já que as estruturas eclesiásticas são parte da organização do poder civil. Dessa forma, é perceptível que no final dos anos de 1840 algo muda dentro da vila. Os novos produtos agroexportados servem de base econômica que leva à viabilização do projeto de instituição da vila de Maranguape. Houve disputas internas para o controle político da vila, as quais a documentação não nos permite pormenorizar. Muito possivelmente, elas não ocorreram entre iguais, entre

³² BRASIL, 1997, tomo I, p. 227.

partidos opositores, mas entre um grupo mais antigo (menos abastado) e novos moradores, com maiores posses e vinculados ao modelo agroexportador. Poucos são os dados, mas as disputas podem ser percebidas durante o debate acerca do lugar de construção da matriz da nova freguesia. Tal embate dividiu a população e demarcou espacialidades, sendo desde aí a parte central antiga da povoação denominada como “Outra Banda”³³.

Contudo, tais mudanças devem ser observadas de forma macro, uma vez que o crescimento econômico e social da povoação de Maranguape ocorreu dentro do contexto da “prosperidade provincial”, considerada anteriormente. Thomaz Pompeu sintetizou assim o conjunto a que nos referimos acima:

1. Maranguape, 2. Aratanha, 3. Acarape, 4. Baturité, as quais formam a cordilheira central e estendem-se por mais de 20 léguas. Não só em suas chapadas e foldas, aliás muito frescas, se plantam canna e caffè, como principalmente nos terrenos adjacentes, humedecidos pelas correntes, que delas seguem e correm por alguma extensão.³⁴

Takeya, ao analisar a Casa Bóris e as trocas comerciais entre o Ceará e a França oitocentista, chega à mesma conclusão acerca da importância da atividade agrícola em áreas de “recente colonização”. A autora afirma que:

O incremento da atividade comercial no porto de Fortaleza na década de [18]50, e em particular uma maior regularidade na presença de embarcações francesas, esteve relacionado a uma expansão econômica, entendida como expansão da atividade agroexportadora, verificada na província a partir desses anos.

Primeiramente, há que se mencionar uma mudança na pauta das exportações do Ceará, caracterizada por nova diversificação, além daquela representada pelo café e pelo

³³ BARROSO, Francisco de Andrade. *Igrejas do Ceará: crônicas histórico-descritivas*. Fortaleza: [s.n.], 1997. p. 43 e ss.

³⁴ BRASIL, 1997, tomo I, p. 140.

crescimento de valores e/ou quantidades das mercadorias já anteriormente exportadas.

É assim que se observa o surgimento da borracha extraída de plantas nativas da região – a maniçoba e a mangabeira -, que se espalhavam por serras como a de Maranguape, Baturité, Uruburetama e certas áreas do sertão, a borracha passou a ser exportada nos anos de 1840, “mas não mais que alguns quilos anualmente”. Na safra de 1854-55, “a curva ascendeu vertiginosamente para 239.325 quilos, provocada pela exageração dos preços da borracha, já em pleno êxito o processo de vulcanizá-la, achado por Goodyear, na América do Norte, e Hancock, na Inglaterra...” O produto se conservaria entre aqueles exportados pela província até 1912, início da depressão que levou à morte o comércio da borracha brasileira, pela concorrência internacional.³⁵

Portanto, a elevação da povoação de Maranguape à categoria de vila era um reconhecimento do poder público provincial ao desenvolvimento que o cultivo agroexportador estava trazendo àquela povoação, uma vez que a úmida serra propiciava clima favorável à produção de toda uma gama de gêneros que encontraram mercado favorável na Europa, mas, em especial, ao cultivo do café.

Assim, podemos perceber o crescimento econômico e populacional das chamadas novas áreas dentro desse contexto desenvolvimentista desencadeado pelo projeto de consolidação de Fortaleza como principal pólo de atração econômica da província, uma vez que:

A grande seca de 1845, ao devastar rebanhos, consolidou em definitivo a cotonicultura. Mas os anos 40 viam ainda o surgimento da lavoura cafeeira para exportação, no Ceará.

O café já estava presente, na capitania, desde o fim do século XVIII, mas limitado ao uso doméstico. Foi somente a partir da década de 1840 que passou a fazer parte da pauta de exportações da província. Seu cultivo, juntamente com o do

³⁵ TAKEYA, 1995, p. 106.

algodão, foi responsável pela ocupação e integração de novas áreas à atividade agrícola e à economia de mercado, que LEMENHE chamou de “novo ciclo da ocupação”, dos anos quarenta.

A cafeicultura foi desenvolvida principalmente no Cariri, nas serras de Ibiapaba, do Uruburetama e do Baturité. Esta última tornou-se o mais importante centro produtor.³⁶

Segundo Raimundo Girão, em determinados momentos, o cultivo do café:

Superou, em valor, as exportações do algodão entre os anos de 1860-61 a 1864-65 e no de 1877-78. De 1870 em diante os dois gêneros conservaram mais ou menos o mesmo volume, até que o venceu novamente o ouro-branco em 1898-99.

A serra de Maranguape, por algum tempo foi seu maior produtor.³⁷

Essa primazia na produção cafeeira provincial se deveu a seu solo argiloso, que era o mais indicado a esse tipo de cultivo³⁸. Contudo ela não durou muito tempo: em poucos anos, a serra de Baturité se destacaria e tomaria esse título. Ser ou não o maior produtor não era a questão principal, uma vez que havia mercado para muitos que nele quisessem se inserir e tivessem condições climáticas suficientes, além do já aludido fato de o cultivo ser viabilizado pela proximidade entre as vilas de Maranguape e Baturité em relação à capital. Assim, o café, mesmo sendo:

Menos importante que o algodão, a cultura e a comercialização externa do café permitiram ampliar as atividades econômicas de Fortaleza. A centralização era favorecida pela relativa proximidade de áreas de cultivo (Maranguape e Baturité) do

³⁶ TAKEYA, 1995, p. 101.

³⁷ GIRÃO, Raimundo. *História econômica do Ceará*. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2000. p. 380.

³⁸ Assim diz Thomaz Pompeu: “O solo todo argiloso é fertilíssimo, principalmente as duas serras de Maranguape e Aratanha, que estão cobertas de caffesaes; e os valles de canaviaes: todo o terreno é próprio para o algodão, mandioca e legumes.” (1997, tomo II, p. 27).

porto. Com preços, em geral, mais altos que os do algodão, a comercialização do café, mesmo apresentando volume menor, provia um montante complementar de lucros aos comerciantes e aos cofres provinciais, [...] ³⁹

As estatísticas e afirmações sobre a economia, além de nos permitir um olhar mais pormenorizado sobre a relação Fortaleza-Maranguape, também são aqui apresentadas para que tenhamos uma ponte de acesso ao mundo do trabalho, uma vez que, quando a epidemia chega à vila de Maranguape, ela encontra uma das maiores concentrações escravas da província. Havia uma média de 2400 ⁴⁰ escravos, divididos entre homens e mulheres. Isso nos impõe uma análise cuidadosa de como os grupos sociais foram acometidos pela epidemia, se houve uma igualdade de mortandade ou não, uma vez que, na epidemia de 1855 em Recife, os escravos e parte da população pobre chegaram a acreditar que a epidemia era uma estratégia dos brancos para acabar com eles, dada a alta disparidade de mortos entre esses dois setores sociais ⁴¹.

A presença dos escravos era creditada ao e credora do crescimento econômico, que vinha aliado ao sucesso político. Era símbolo de prestígio e riqueza submeter, através da coação e da violência física e simbólica, seres humanos. E a vila crescia, de um lado, devido ao café e, de outro, à cana.

Se, por um lado, a cafeicultura dava lucros nas terras argilosas da serra, os vales que a margeavam estavam apinhados de cana-de-açúcar. Thomaz Pompeu cita alguns dados que nos permitem vislumbrar esse desenvolvimento mercantil. Consta em seu *Ensaio Estatístico* que, no ano de 1861, em Maranguape:

Tem o municipio:

Engenhos de canna 40, que produzem.

30.006 @ de assucar, e 45:000 cannadas de aguardente.

Sitios de caffé 110, que produzem 62:000@; e mais 9:000@ d'algodão em pluma, esporta 6:000 alqueires de farinha, e

³⁹ LEMENHE, 1991, p. 111-112.

⁴⁰ BRASIL, 1997, tomo II, p. 30.

⁴¹ DINIZ, 2003.

outro tanto de legumes e 3100 cargas de fruxtas – informação oficial da câmara ao Presidente da Província em 20 de dezembro de 1861.⁴²

A cana-de-açúcar não era nenhuma novidade na província cearense; já há um bom tempo ocupava solos da província, mas não despertava grande atenção dos produtores, uma vez que, antes da hegemonia de Fortaleza, a província tinha apenas um porto de pequena expressão, que era muito mais especializado no traslado de carnes secas e que, por tal motivo mesmo, não estimulava outros tipos de atividades econômicas que não a lida com as rezes. Por isso mesmo, as regiões propícias ao plantio canavieiro – serras e arredores – acabavam tendo uma produção voltada muito mais para o consumo interno, com o plantio centrado no fabrico de rapaduras e de aguardentes, que serviam respectivamente de alimento e consolo para os vaqueiros durante as longas noites de viagem e lida. Sendo assim:

A cana-de-açúcar foi introduzida na província pelos colonizadores. Até a seca de 1845, “servia apenas para a produção de aguardente e rapadura” – produção essa concentrada sobretudo no Cariri -, que era consumido internamente e nas províncias vizinhas. Em 1844, um cônsul dizia que “o açúcar produzido na província não [era] suficiente para o seu consumo, e assim, em três anos, foi exportada para o estrangeiro apenas a pequena quantidade de seis arrobas, ou quase 80 quilos, com destino a Liverpool.” A partir desse ano, a cana passou a ser mais intensamente utilizada na fabricação de açúcar, principalmente nas serras de Baturité Ibiapaba e Meruoca, além dos brejos do Cariri.

A ampliação de sua área de produção possibilitou a geração de um excedente maior, que se destinou também ao mercado externo.⁴³

É válido reforçarmos que, mesmo com pouca expressão no início da incursão pernambucana pelo Ceará, a freguesia recebeu suas primeiras mudas

⁴² BRASIL, 1997, tomo II, em nota na p. 29.

⁴³ TAKEYA, 1995, p. 107.

de cana-de-açúcar na região do Cariri, que acreditamos que era um produtor de aguardente para o comércio interprovincial. No período que estamos analisando, ocorre um maior desenvolvimento dos diversos subprodutos da cana, quando da expansão agroexportadora desencadeada por Fortaleza. É também visível como há o desenvolvimento de outro centro produtor. A produção de cana na província, que tinha sua centralidade na região caririense, passa a ter na região serrana do entorno de Fortaleza seu maior fornecedor de pés de cana. E mais, há uma transformação no foco produtivo que, se nos tempos do início da ocupação lusitana no Ceará era a produção de rapadura e aguardente, nas serras próximas a Fortaleza passa a ser o açúcar e a aguardente. Acerca disso, vejamos na tabela abaixo, baseada em dados apresentados por Thomaz Pompeu.

TABELA II

Cidade ou Vila

	Estabelecimentos de cana	Engenhos	Açúcar	Rapadura	Cachaça
Fortaleza	126	82	60.000	?	?
Maranguape	47	47	63.200	?	54.600
Baturité	92	92	38.000	20.000	50.000
Crato	180	180	?	10.000	30.000

Tabela sobre os engenhos de cana-de-açúcar na província cearense no ano de 1862 baseada em dados constantes em BRASIL, 1997, toma I, p. 226 p. 362.

Maranguape consolidava-se paulatinamente como celeiro da capital. Servia-lhe de sustento na alimentação e na exportação. Em consequência dessa nova postura, dentro da vila de Maranguape, novas ruas estavam sendo abertas, mais casas apareciam. Sobrados e solares mostravam a riqueza que se acumulava. Alcançara-se um novo patamar, sob a batuta dos conservadores se chegou à categoria de vila e à sede de uma nova freguesia. Prédios novos e bem arejados foram levantados, como mostra de poder e vitória. Resta-nos analisar como no chão da vila se marcaram as disputas internas que estiveram latentes até quando a epidemia chegou.

1.2 – Símbolos

Ao viajante que chegava pelos anos de 1860 à vila de Maranguape, após caminho feito pela nova estrada, se lhe apresentavam, sob o mesmo termo, duas vilas em uma única. Uma povoação mais antiga e uma mais nova.

Diz Francisco Barroso:

É certo que no início do século XIX havia um povoamento, a margem esquerda do Riacho Pirapora, que foi crescendo, em derredor da capelinha, como escreveu Pedro Gomes de Matos. Não encontrei elementos para afirmar, plenamente quando teria sido construída e qual seria o orago desse pequeno templo, sendo certo que existia no Alto da Vila, que é hoje a Outra Banda, bairro de Maranguape.⁴⁴

Entender a ocupação distinta desses dois territórios dentro de um mesmo espaço político/administrativo nos expõe algumas das questões que estavam em latência na ocasião do advento da epidemia. As diferenças de constituição entre os territórios eram sintomáticas do processo de desenvolvimento pelo qual a vila estava passando, uma vez que contrapunha uma porção mais antiga e acanhada a uma mais nova, que aparentava o progresso econômico em andamento.

Muitas estruturas são emblemáticas para a compreensão do espaço e do contexto desenvolvimentista em que a doença se inseriu no ano de 1862. O próprio chão da vila é prenhe de questões e, se lido cuidadosamente, pode nos apresentar marcas de uma disputa que se fiara no campo econômico, mas que respingou até mesmo no terreno espiritual. Observar as cidades apenas vendo pedra, cal, areia e casas é uma forma de silenciarmos as lutas políticas e os embates por representação que permearam as suas construções. Assim como os traços de uma escrita, as ruas de uma cidade podem nos expor um pouco sobre sua historicidade. Ruas tortuosas e “orgânicas”, recheadas de casebres, ou até mesmo compostas por casas distantes, não mais que duas ou três no mesmo quarteirão, nos mostram um modelo de ocupação em que as ruas são

⁴⁴ BARROSO, 1997, p. 42.

obrigadas a se adequar às residências, sintoma de um mundo onde o privado sobrepunha-se ao interesse público⁴⁵, em que não havia proposições médicas sanitárias para se pensar a “cidade ideal”⁴⁶. De outro lado, ruas mais largas e bem calçadas, casas seguindo um padrão linear, servindo de prefácio para as mudanças estruturais que se tornariam hegemônicas no planejamento das cidades durante a ascensão de médicos e engenheiros aos postos políticos de chefia e de organização do espaço urbano.

Em suma, entender a cidade é permitir que sua historicidade salte a cada paralelepípedo, a cada nome de rua que evidencia as marcas das lutas levadas a cabo por suas lideranças. É permitir que as casas e praças, largos e igrejas, falem um pouco de cada conflito, de cada dia de paz e sossego, de cada tiro dado e de loja roubada. A cidade e sua formação são dinâmicas e múltiplas, e cremos ser preciso desnaturalizá-las.

Propomos observar a vila de Maranguape seguindo o caminho pensado por Antônio Luiz de Macêdo Filho, que assim expõe sua abordagem:

Como qualquer outro objeto de conhecimento historiográfico, a cidade ganha relevância não em termos de um relato estritamente descritivo e quantitativo, mas remete a problematizações, questionamentos que incitam a reflexão crítica e inserem o fenômeno urbano num determinado

⁴⁵ A concepção de uma cidade que se adéque a topografia e as vontades dos habitantes está presente na obra de Sérgio Buarque de Holanda, que a apreende em um tempo distante de nosso recorte temporal, mas que se aproxima a nossa análise por tratar de um período de início de ocupação. Define ele que: “A fantasia com que em nossas cidades, comparadas as da América espanhola, se dispunham muitas vezes as ruas ou habitações é, sem dúvida, um reflexo de tais circunstâncias. Na própria Bahia, o maior centro urbano da colônia, um viajante do princípio do século XVIII notava que as casas se achavam dispostas segundo o capricho dos moradores. [...]”

A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra ‘desleixo’ – palavra que o escritor Aubrey Bell considerou tão tipicamente portuguesa quanto ‘saudade’ e que, no seu entender, implica menos falta de energia do que uma íntima convicção de que ‘não vale a pena’ [...]” (HOLANDA, 2008, p. 109-110).

⁴⁶ PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estritamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. Fala sobre o processo de estruturação das cidades que é feito ao mesmo tempo em que o saber médico vai criando uma concepção ideal e higiênica de cidade. Ou seja, os médicos fizeram e foram feitos pelas cidades que iam ordenando.

horizonte de estudo construído no processo da atividade de pesquisa.⁴⁷

Tendo então essa concepção desnaturalizada da vila, ela passa a ser vista como um espaço de contato de fluxos históricos, de debates sociais, enfim, um espaço historicamente construído.

Partindo das estruturas que compõem a vila, tentemos ver os problemas que se apresentam aos sujeitos que lá estavam e a nós, que tentamos analisá-los. Afinal, disse Lucien Febvre que “pôr um problema é precisamente o começo e o fim de toda a história. Se não há problemas, não há história. Apenas narrações, compilações.”⁴⁸. Teremos em vista uma análise que pense as edificações dentro do que a história conceitualiza como objeto, para assim percebermos como estes se inseriram em uma relação dual com os sujeitos que estavam ao seu redor.

Diz Régis Lopes que:

Tornou-se um parâmetro ético afirmar que nós não podemos tratar as pessoas como objetos. Por outro lado, é mister reconhecer o equivoco antropocêntrico – ou melhor, egocêntrico – que há em tal premissa. É por isso que Peter Stalybrass se questiona: “O que fizemos com as coisas para dedicar-lhes um tal desprezo? Por que os prisioneiros são despojados de suas roupas a não ser para que se despojem de si mesmos?”⁴⁹

Aqui, observaremos as edificações como parte do processo constituinte da identidade dos sujeitos que lá habitavam e como parte de lutas históricas pela posse do espaço e pelo poder de autoridade simbólica, que ficará evidente quando da análise dos santos protetores.

⁴⁷ SILVA FILHO, Antônio Luiz de Macêdo e. *Fortaleza: imagens da cidade*. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2004. p. 14.

⁴⁸ FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. p. 31. apud RAMOS, Francisco Régis Lopes. *Museu, ensino de história e sociedade de consumo*. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2004. p. 16.

⁴⁹ RAMOS, *ibid.*, p. 17. Citação de STALYBRASS, Peter. *O casaco de Marx: roupas, memória, dor*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Ressaltemos que não somos favoráveis a nenhuma forma de conduta que retire o valor da vida humana. Citamos este ponto para apresentar a questão de que boa parte da identidade dos sujeitos humanos está vinculada aos objetos que o rodeiam.

Creemos, pois que o lugar em que se edificaram os prédios deve ser compreendido de forma mais ampla do que apenas como mais um terreno dentro do termo da vila, analisamos o “lugar” como “um centro de significados construído pela experiência”⁵⁰ Ou mais ainda, como disse Michel De Certeau “espaço é um lugar praticado”⁵¹. Sendo assim, entender as edificações é compreender os usos e significados que os habitantes da vila deram a ele.

Na margem esquerda do rio Pirapora, a primeira a ser encontrada por quem vem de Fortaleza, encontrava-se uma povoação mais antiga, de casas mais acanhadas, possivelmente algumas de alvenaria, mas a grande maioria ainda de taipa e teto de palha. Via-se uma pequenina capela, a primeira a ser construída na região e que deve ter servido de espaço de congregação para os primeiros mestiços que se aventuraram por aquelas matas, seduzidos ou pela promessa de um *El Dorado* ou apenas pela umidade da região, que assinalava boa possibilidade de colheita.

Esse território ficou conhecido como Alto da Vila – que cremos não ter nenhuma referência objetiva à topografia do local, que em nada difere da do outro lado da vila – e se constituiu bem antes do avanço da agroexportação pelas matas da serra e de seu entorno. Sua ocupação está mais possivelmente vinculada à ideia de ser esse território um recanto possível de estabelecimento dos soldados da fortaleza de Nossa Senhora da Assunção após alguns anos de trabalho, procurando um solo mais úmido e fértil que o circundante ao forte⁵², terra litorânea e que teve seus areais tantas vezes registrados sob a pena de cronistas e literatos que por lá passavam e lutavam para tirar os grãos desagradáveis que teimavam em se fixar ao sapato e às vestes, deixando-os sempre com um aspecto sujo.

Documentos de longa data fazem referência tanto ao riacho Pirapora como ao terreno que o margeava. Diz Francisco Barroso que desde o período da presença holandesa nas terras que hoje compõem o Ceará é possível ver rastros de nomenclaturas que permitem inferir um interesse em ocupar a área,

⁵⁰ TUAN, Yi-Fu. 1975. Place: an experiential perspective. *Geographical Review*, 65 (2): 151-165. Apud. LEITE, Adriana Figueira. *O Lugar: duas acepções geográficas*. Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ, Volume 21 .1998. p. 10. Disponível em <<http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1998/vol21_09_20.pdf>> Acesso em 30/05/2011.

⁵¹ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer* . 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 202.

⁵² BARROSO, 1997, p. 43 e ss.

sem, contudo, se ter uma precisão nem uma quantidade salutar de documentos que permitam explicações bem elaboradas sobre o início da ocupação desse território. Afirma o cronista:

Embora Maranguape estivesse bem perto do Forte que veio a ser sede da administração do Ceará, e tenha sido um dos primeiros lugares do interior da província a ser visitado pelos colonizadores, ansiosos por encontrar minérios nobres, são poucos os documentos válidos para uma história da região, nos períodos mais próximos a chegadas dos portugueses e holandeses a nossa terra.⁵³

E apresenta a tese da ocupação por parte dos soldados ao comentar que:

Em um mapa de Fortaleza feito no tempo dos holandeses está indicada uma estrada para Pirepedoba, citada como uma aldeia, nas vizinhanças da qual ficavam pequenos roçados, de onde os invasores pretendiam obter subsídios para o seu rancho, e a celebrada e nunca confirmada mina de prata em Itarema.

Essa Pirapedoba seria o mesmo que Pirapora?⁵⁴

Independentemente do fracasso do empreendimento flamengo na região e do posterior advento de uma presença lusitana, ficam-nos duas questões: a primeira é que a ocupação da região do Alto da Vila, banhada pelo riacho Pirapora, seria uma solução a ser pensada para o abastecimento da comunidade que ia se formando ao redor da Fortaleza – efetivamente, isso veio a acontecer por volta da metade do século XIX, quando a Vila não era mais apenas um fornecedor alimentar, mas também um parceiro econômico. A outra questão é a categoria dos indivíduos que se dirigiram para o Alto da Vila, sendo possivelmente soldados e seus familiares, uma vez que era uma região ocupada por indígenas, principalmente da tribo Potiguara, que na interpretação

⁵³ BARROSO, 1997, p. 43.

⁵⁴ Ibid., p. 44.

de alguns historiadores/cronistas foram massacrados e expulsos, mas, para outros, foram vítimas dos “descimentos”, tendo sido levados para os aldeamentos de Parangaba (na época chamada de Arronches), Caucaia (na época Soure) e Messejana (conhecida como Paupina) – todos estes que posteriormente tornaram-se vilas reais e, alguns, com vimos no tópico anterior, foram anexados a Fortaleza.

Sendo assim, nos anos circundantes à peste, ao chegar ao vilarejo, o viajante encontrava essa porção chamada Alto da Vila, mas, se viesse a negócios, certamente não se prenderia por ali muito tempo. Era do outro lado do rio que estava o centro administrativo, econômico e eclesiástico da vila/freguesia.

Caberia a ele atravessar por sobre uma ponte de não grande porte o rio, que nesses tempos era de boa envergadura, passar pelo pequeno terreno que o margeava – pantanoso, por causa da grande umidade decorrente de sua vizinhança – e logo avistaria as costas de uma imponente construção⁵⁵, a Matriz da freguesia de Nossa Senhora da Penha: de costas para o Alto da Vila, de braços abertos para a nova área ocupada. Ao lado, sobrados de dois andares, no melhor estilo português, com um térreo de chão de terra batida, que servia de espaço para a atividade comercial, e um andar superior que abrigava a família.

A disposição das grandes construções não seguiu um modelo tão orgânico como era praxe durante o Brasil colonial e parte do Império. É possível encontrar certa preocupação em deixar linhas mais retas para as ruas centrais; contudo, não há um zoneamento em xadrez como o que fora imposto à cidade de Fortaleza por Adolfo Herbster⁵⁶.

⁵⁵ Utilizamos aqui o termo “imponente” para fazer contraposição ao acanhamento das moradias presentes na região do Alto da Vila, mas não queremos, nem poderíamos, dizer que a nova área ocupada era constituída por edificações de grande porte, a bem da verdade, que, em linhas gerais, não o era. A Vila de Maranguape estava em desenvolvimento e estava longe do grande centro econômico e político do país.

⁵⁶ Basta uma pequena olhada em uma imagem de satélite do município de Maranguape que fica claro ao observador a diferença entre a forma de ocupação do atual centro e do bairro Outra Banda – antigo Alto da Vila. É importante também salientar que não foram feitas mudanças ou reformas de larga envergadura nas vias centrais; houve sim a ocupação do terreno que margeia o rio Pirapora para a construção da Prefeitura Municipal e da Câmara dos Vereadores – que por sinal desrespeita a Lei 4.771 de 15.09.1965, presente no Código Florestal, que estabelece uma área de proteção à mata ciliar de trinta metros para cada margem. Excetuando-se isso, não existem relatos de remodelações importantes, o que faz com

Seguindo pela rua que nos dias de hoje é nomeada R. Major Agostinho, duas ruas à direita da Matriz, entrava-se em um corredor de casas mais bem cuidadas e que, durante a época de maior lucro com o café, foram ornadas com cerâmica portuguesa, fazendo parte até hoje do patrimônio histórico municipal. As construções continuavam subindo um morro e, ao fim de uma nova descida, após uma ou duas dezenas de metros de distância, terminavam no prédio da Cadeia Pública. Aos decaídos sociais, uma porção baixa da vila.

A localização da cadeia nos permite perceber que se, por um lado, havia a preocupação de afastar alguns espaços tidos como insalubres em essência, por outro, não havia essa preocupação com todos os lugares. Se havia o cuidado para que a cadeia ficasse um tanto afastada das ruas centrais, essa não era mais do que uma quadra. Ficava em terreno baixo, enquanto as casas seguiam o curso do alto – seria uma busca por ares menos viciados?

Outro equipamento urbano de caráter público que pode ser inserido neste debate é o cemitério público, que, nessa época (início da segunda metade do século XIX), já fora concebido fora do espaço da igreja, alteração que nos demonstra certo cuidado higiênico. Além desse aspecto, a localização do cemitério também nos interessa.

Rodolfo Teófilo, na novela *Violação*, nos dá suporte para precisarmos o local do cemitério nos anos circundantes ao da epidemia. Segundo o autor, ele morava na mesma quadra da igreja Matriz da Vila. Narrou Rodolfo: “por infelicidade minha, nossa casa ficava na praça onde estava edificada a igreja.”⁵⁷ Localização essa que o fez passar por maus bocados, pois, segundo ele, tinha medo do som das ladainhas que ecoavam pelas portas da Matriz, saídas das bocas já fragilizadas, se não pela doença, pelo medo que as acompanhava⁵⁸. Diz Rodolfo que, enquanto seus pais estavam acometidos da doença, sua mãe deu a luz a uma criança que veio a óbito assim que saiu de dentro do ventre materno, e, como todos os habitantes da casa, à exceção dele, estavam acamados, lhe sobrou a desagradável missão de enterrar o corpo da irmã natimorta. É neste ponto da narrativa que ele afirma que “O

que a imagem atual via satélite nos dê um parâmetro para vermos as distintas ocupações do espaço.

⁵⁷ TEÓFILO, Rodolfo. *Violação*. Ed. fac-sim. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1986. p. 08.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 02.

cemitério ficava a um quilômetro de nossa casa, do outro lado do rio.”⁵⁹. Exatamente a mesma distância e percurso que devem ser feitos por quem queira se dirigir ao atual cemitério da cidade.

Os cemitérios extramuros eram uma luta em andamento no século XIX. Podemos citar algumas situações em que o poder público se viu em maus lençóis ao tentar disciplinar o enterramento dos corpos sem vida nos espaços dos cemitérios e não mais autorizando os sepultamentos no interior das igrejas. Este hábito tinha como grande explicação a relação entre a alma e a igreja. Que melhor lugar para se depositar o corpo sem vida do que na igreja? Espaço sagrado, de onde se acreditava que a alma só poderia partir para um lugar bom? Em algumas ocasiões, como na “Cemiterada”, ocorrida em 1836⁶⁰ na Bahia, o lugar do morto foi palco de tensões entre a população e o poder público⁶¹.

O cemitério, que carregava junto de si a fama de lugar insalubre, de emanador de miasmas em excelência, foi implantado nas proximidades do Alto da Vila, em um espaço que pertencia aos grupos sociais que estavam perdendo o seu próprio território. Com o advento de novos grupos econômicos, a Outra Banda teve retirada de seu terreno a igreja central da vila e, como paga, teve de contentar-se com o cemitério.

Mas, ainda sobre a localização escolhida para o cemitério, temos que destacar o fato de que, ao ser erigido no Alto da Vila, ele acabava sendo situado na região Norte da povoação, o que em muito pode ser explicado se considerarmos a crença de que os ventos eram responsáveis por limpar as aglomerações de ares miasmáticos. Como esses ventos sopravam (e ainda sopram na maior parte do ano) no sentido Leste-Oeste na região de Maranguape, com o cemitério edificado na parte Norte da vila, os miasmas não seriam levados pelos ventos para o novo centro, que se desenvolvia na região do Salto do Peixe. A escolha do local do cemitério revela-nos muito das formas de pensar a saúde e a salubridade nos meados do século XIX⁶², e como a elite

⁵⁹ Ibid., p. 05.

⁶⁰ REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁶¹ Mais sobre este processo em: SIAL, Vanessa Viviane de Castro. *Das igrejas aos cemitérios: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

⁶² Contribuiu para essa percepção do sentido em que sopram os ventos em Maranguape o geógrafo e professor Marcos Leite.

maranguapense já indicava, pela ocupação do território da vila, conhecimento sobre formas de como se proteger.

Vejamos o mapa a seguir, que é uma adaptação de um mapa atual, onde destacamos a localização do rio Pirapora, da Matriz e do cemitério da vila, de modo que tenhamos uma melhor compreensão espacial do território de Maranguape e dos locais onde foram edificadas os prédios públicos:



Google maps. Adaptado.

Atentemos um pouco mais para o modo como ocorreu a constituição da nova freguesia. A própria Matriz nos dá elementos, através de um olhar desnaturalizado para o local de sua ereção, bem como sua própria posição.

Como vimos no tópico anterior, a lei provincial 485, sancionada pelo Presidente Fausto de Aguiar, transferiu a freguesia de Messejana para Maranguape. Tal ato simbolizava o reconhecimento do poder eclesiástico ao desenvolvimento que a povoação estava alcançando. Contudo, isso deu início a uma querela. Onde deveria ficar a Matriz?

Diz Alfredo Marques que:

O ato de transferência considerado na época uma decisão de justiça, empolgou os arraiais da fé, em Maranguape, consolidando a idéia da ereção do novo templo, visto que a capelinha era reconhecidamente humilde. A ideia dividiu os habitantes do povoado, uns desejando que a nova Capela fosse edificada no local onde já existia e outros lutando para que o templo fosse no local onde hoje se encontra a Matriz [...] ⁶³

Ora, a Matriz era o símbolo do poder ganho, era um marco de crescimento, deveria ser levada para dentro do centro administrativo e econômico da vila. Contudo, era preceito canônico que a sede da freguesia deveria ficar no local da antiga capelinha, que dera origem aos devocionários do lugar.

Ainda mais, não apenas um rincão da fé, a Matriz era um espaço de poder, e tê-la sob seu quintal era algo assaz favorável, pois era no espaço da Matriz que aconteciam os escrutínios eleitorais.

Façamos uma breve incursão no direito canônico da época e vejamos como era pensada a edificação de novas matrizes no campo institucional, para que possamos entender o embate em andamento.

Regiam as construções de capelas de todos os portes as Constituições da Bahia – sede do primeiro arcebispado brasileiro e que, por tal feita, até hoje concede ao bispo que lhe governa o título de primaz do Brasil –, documento escrito nos tempos da União Ibérica. Nas Constituições, encontramos determinações que tangem a vida da capela desde a cessão do terreno que daria origem à primeira e acanhada capelinha que normalmente advinha de uma doação particular, passando pela formação do tesouro do santo até a previsão de seu desenvolvimento e futuras reformas de ampliação. Seguindo o percurso traçado por Murilo Marx dentro dessas Constituições, acompanhemos o processo que uma capela fazia até chegar ao nível de Matriz. Apresentaremos os dados de modo genérico e, isso feito, demonstraremos as especificidades do caso maranguapense.

⁶³ MARQUES, 2006, p.17-18, grifo nosso.

Primeiro, deveria haver uma capela, e esta só receberia o aval da Igreja se seguisse algumas regras.

A luta para a obtenção de licença para uma capela deveria atender à exigência do arcebispado da Bahia de que não estivesse “em lugares ermos, e despovoados”, assim com de que, se para ser erigida, na verdade reconhecida e autorizada pela Igreja, deveria contar a capela com uma dotação que lhe garantisse a existência. Tal patrimônio poderia também ser fundiário e era constituído em nome do santo padroeiro do novo pequeno templo, em nome de seu orago ou invocação.⁶⁴

Obter o reconhecimento institucional da Igreja era importante para que a capela passasse a ser visitada por um cura, deixando, assim, de ser apenas um espaço de encontro da comunidade para ser um local onde se celebrariam os santos ofícios, com a celebração eucarística e a administração de sacramentos como o batismo, casamentos e confissões.

Como visto na citação acima, era necessário que a capela recebesse condições de se autossustentar. Tal ponto será um dos centros de debates quando dos desdobramentos do cólera, uma vez que um dos principais questionamentos se deu quanto ao tamanho da freguesia de Maranguape, que se, por um lado, recebia críticas tendo a justificativa de que o tamanho excessivo fora um dos fatores a impedir o atendimento correto aos fiéis por parte do pároco, por outro, era justamente essa necessidade de sustentação econômica a principal alegação pela defesa da manutenção de sua integridade.

Além da localização em uma região não tão distante do povoado, era necessário que a capela preservasse uma característica física: o adro. Esse terreno ao redor da igreja era obrigatório para que fosse um espaço de manifestação da fé, através de procissões; de manifestação de recursos, pois a diferenciava das outras residências dos arredores por dar à capela um maior destaque no cenário urbano – principalmente nos casos nos quais não se observava a determinação de buscar construir as capelas em espaços topograficamente mais altos; além de ser um lugar de trocas econômicas e de

⁶⁴ MARX, Murilo. *Cidade no Brasil. Terra de quem?*. São Paulo: EdUsp – Editora da Universidade de São Paulo, 1991. p. 39.

manifestação de crescimento, uma vez que era parte desse terreno que seria usado quando de uma possível elevação futura na categoria da capela.

Cumpridos todos os pré-requisitos, com o passar dos anos, caso a comunidade no entorno da capela se desenvolvesse, aumentasse o número dos *filiis ecclesiae*, chegava-se a uma nova etapa; “A sua aspiração seguinte seria constituir não mais um embrião oficial, a célula menor eclesiástica e administrativa [...]”⁶⁵. O entorno da capela já ia ficando cada vez mais povoado, as rendas das terras eram cada vez maiores; era, então, necessário que se desse um passo adiante que se ascendesse na hierarquia eclesiástica. Esse passo seria “[...] alcançar a autonomia política e administrativa, seria passar a constituir a sede de um município, passar a zelar por si mesma, aglomeração, e por um território próprio correspondente que lhe seria designado, seu termo.”⁶⁶.

Seguindo o percurso genérico traçado pelas Constituições da Bahia, descritas por Murilo Marx, o passo seguinte seria o reconhecimento do poder temporal e espiritual à comunidade que crescera. A capela agora seria Matriz, seria ampliada e melhor estruturada a fim de atender aos fiéis e aos cidadãos que se usariam daquele espaço amplo tanto para o ofício religioso como para o civil. Era a Matriz lugar de registrar a vida de homens e mulheres, desde o batismo aos registros de óbito, passando por toda uma vida de confirmações da fé, em primeiras comunhões, confirmações e casamentos. Por isso, buscar a elevação de uma capela ao nível de matriz era interessante a todos os “homens bons” do termo, uma vez que abriria uma nova gama de poderes simbólicos e efetivos, pois era esse o primeiro passo para se chegar a uma vila.

Diz Murilo Marx que:

A sua elevação a esta importante categoria de núcleo urbano autônomo, antigamente, correspondia, como no caso da freguesia, ao reconhecimento de um novo e decisivo patamar. Em geral já paróquia, uma povoação, para ser elevada ou conseguir elevar a vila, tinha as características usuais que

⁶⁵ Ibid., p. 52.

⁶⁶ MARX, 1991, p. 52.

simplificamos anteriormente: o ajuntamento desigual e esparso das casas em torno de um pequeno templo. Terá a sede da freguesia crescido e se adensado, sem duvida, porém conservado e mesmo reforçado pela pouca atenção recebida, tais características. Por tal crescimento e adensamento, atestado físico palpável de um certo aumento populacional e da riqueza, pôde a comunidade sentir-se forte o bastante para pleitear e obter finalmente a sua autonomia político-administrativa, a categoria de município, e o povoado, provavelmente a sede da freguesia, o *status* de vila.⁶⁷

Alcançada a promoção, era hora de construir as estruturas que bem permitiriam o funcionamento da administração pública e que seriam o símbolo desse novo poder constituído. Era definido o termo da vila – o território que ela abrangeria –, a constituição de uma administração provisória que teria lugar até a eleição de uma câmara, além da construção dos espaços físicos da casa de câmara e cadeia e do pelourinho.

É adágio popular que a “teoria na prática é outra”, e no caso da vila de Maranguape esse dito parece fazer sentido, pois, a trajetória da capelinha de Maranguape pegou atalhos e seguiu por becos e vielas, caminhos distintos aos apontados por Murilo Marx, o qual deveria ser o modo habitual de caminhada das cidades. Mas apenas saber que a vila teve diferenças da norma estabelecida em nada valeria para o nosso debate. O que nos importa é perceber como os momentos em que houve essa distanciação foram emblemáticos para a luta de poder e representação em andamento.

Possivelmente tenha crescido o Alto da Vila ao redor da pequena capelinha; contudo, esta acanhada construção não parece ter respeitado o espaço do adro, uma vez que, se assim o fosse, não haveria dado subsídio para o argumento que levou os habitantes da vila a entrarem em choque quando da elevação da capela à categoria de Matriz. Enquanto as Constituições da Bahia – na leitura de Marx – afirmam que “Algo, no entanto,

⁶⁷ Ibid., p.62.

não mudará. O local da igreja matriz, ou da nova matriz, será o mesmo.”⁶⁸.,isso não aconteceu na vila de Maranguape.

Ao receber a autorização do bispado de Fortaleza de se constituir como uma nova freguesia, a primeira das questões pensadas foi a localização da matriz. Espaço simbólico de poder, terreno e sobrenatural, a matriz não poderia ficar no local da antiga capela. Não esqueçamos que estamos analisando o espaço de uma vila dividido entre uma velha ocupação, que é onde anteriormente ficava a capela, e um novo terreno, de ocupação mais recente e que tinha como seus moradores latifundiários envolvidos na agroexportação abastecedora de Fortaleza.

Põe-se a questão: onde deveria ficar a nova Matriz? Senhora de terras gigantescas, que iam desde o sertão que dava caminho para Canindé, chegando à serra de Baturité com a antiga Palmeira, até Pacatuba e Messejana. Uma porção de terrenos que hoje abriga pelo menos três municípios e que abrange mais de oito paróquias. Segundo a lógica dos sujeitos presentes na vila quando desses embates, não é difícil imaginar que pensassem que essa vastidão de chão não poderia ser controlada de dentro de um pedacinho atrasado dentro de uma vila em desenvolvimento; era preciso mudar a capela de lugar. E isso aconteceu. A explicação aventada por Francisco Barroso é de que:

É possível que novos-ricos, talvez portugueses mais opulentos, em contraposição aos antigos moradores, não índios – que os índios haviam sido arrebanhados para as aldeias de Porangaba e Messejana – mas, talvez, mestiços e pequenos proprietários, digo, é possível que os novos moradores prevalecessem sobre os antigos, levando a Matriz para a margem direita do riacho, em terreno francamente pantanoso [...]⁶⁹

Outra questão que foi posta à baila durante esse período, não foi apenas a localização da Matriz, mas também a qual santo se deveria dedicar a nova construção. Afirmou Pedro Gomes de Matos:

⁶⁸ MARX, 1991, p. 27.

⁶⁹ BARROSO, 1997, p. 44-45.

A primitiva capela de Nossa Senhora da Penha era situada no Alto da vila, hoje Bairro Outra Banda, a qual, achando-se em ruína, foi demolida para ser construída uma nova, que não passou dos alicerces. Quando se aventou a idéia da construção da atual Matriz, sob a invocação de São Sebastião, houve divergência, quanto à escolha do local, entre os habitantes de Outra Banda e da outra parte da Vila, resultando daí ser erigida no lugar em que se acha.⁷⁰

A escolha do santo padroeiro era demasiadamente importante, uma vez que, em um mundo onde sagrado e humano estão constantemente em contato, ter o seu santo protetor como o padroeiro da vila era demonstração de poder, tanto no mundo humano como no sagrado.

Diferentemente do que diz Francisco Barroso, que acredita que não se tem como saber qual era o orago invocado na capela primitiva da localidade do Alto da Vila, Pedro Gomes de Matos é bem claro ao afirmar que essa se dedicava a Nossa Senhora da Penha e que aos novos ricos, que queriam mudar-lhe a localização, também interessava a mudança de padroeiro. E eles conseguiram, uma vez que, quando ocorreu a constituição da nova freguesia, essa é criada como Freguesia de São Sebastião de Maranguape. A leitura das cartas escritas por Padre Rodovalho – primeiro pároco da nova freguesia de Maranguape – nos reafirmam essa mudança, pois ele, em todas as cartas a que tivemos acesso, se refere à freguesia pelo nome de “Freguesia de São Sebastião”⁷¹.

Neste ponto, a documentação é escassa, e não temos como precisar os motivos que levaram à mudança que ocorreu pouco tempo depois e que levou a freguesia de Maranguape a dirigir (retornar?) sua devoção a Nossa Senhora da Penha, nem encontramos provisão episcopal que institucionalize essa transição. A partir daqui, assim como Marc Bloch, em os *Reis Taumaturgos*,

⁷⁰ MATOS, Pedro Gomes de. *Maranguape, aspectos histórico-geográficos*. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1966. p. 24.

⁷¹ Cartas enviadas pelo Padre Rodovalho. 29/06/1861. Todas as referências locam-se no acervo: Arquidiocese de Fortaleza. Seminário da Prainha. Sala de História Eclesiástica do Ceará. Faculdade Católica de Fortaleza. Pasta: Maranguape.

queremos deixar claro que são apenas inferências, apontamentos que acreditamos serem possíveis.

Temos duas possíveis explicações para o aludido fenômeno da mudança do santo padroeiro da freguesia: a primeira teria relação direta com a topografia da vila, uma vez que Nossa Senhora da Penha tinha maior proximidade com as montanhas, e, sendo a principal atividade econômica da vila o café, cremos haver uma relação possível entre o poder dos senhores de terra e a busca pelos auspícios da mãe de Deus para suas colheitas. Acreditamos que outra possível explicação esteja naquilo que se chamou de Romanização⁷², movimento esse que ocorreu na Igreja brasileira e que pretendia reduzir o papel dos santos especialistas e dar maior fôlego para os considerados santíssimos – São José, Nossa Senhora (em suas múltiplas denominações) e o Santíssimo Sacramento. Francisco Pinheiro, ao tratar da romanização, põe o seu recorte entre os anos de 1870; contudo, como as cartas de Padre Rodovalho só vão até o ano de 1861, que corresponde ao mesmo tempo em que a Diocese do Ceará estava se estruturando (e escolhera como padroeiro São José) e as cartas posteriores já trazem a proteção de Nossa Senhora da Penha, cremos que a transição tenha sido fruto dessa ação da igreja.

Em pouco tempo, a questão dos santos ganhará novo fôlego.

Enquanto na pequena e jovem vila se brigava pela localização da igreja, ou a que santo se invocar; enquanto a economia crescia, e os pés de café ficavam cheios e os vales amarelados de cana pronta para ser colhida, lentamente o cólera embarcava nos navios e começava sua peregrinação pelo mundo, deixando trabalho para carpideiras e coveiros, famílias menores e igrejas mais cheias.

Abramos espaço para a doença. Ela chegou. O que fazer?

⁷² PINHEIRO, Francisco José. “O Processo de romanização no Ceará.” In: SOUZA, Simone de (org.). *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha / Universidade Federal do Ceará, 1989.

CAPÍTULO 2: A HORA DA CEIFA

2.1 – “O anjo do extermínio”

O cólera-morbo foi lido e interpretado de formas distintas pelos grupos políticos e sociais. Olhar para ele por meio da lente dos grupos em disputa nos permite compreender como a doença se inseriu no campo semântico próprio dos sujeitos que abordamos. Buscamos fazer o inverso do que nos apresenta o caso literário narrado por Albert Camus, no qual este, através das palavras de um médico afirma:

Mas talvez a coisa fosse parar. Necessário reconhecer claramente o que devia ser reconhecido, afastar sombras inúteis e tomar as medidas convenientes. Depois a peste se sumiria, porque não imaginamos a peste, ou a imaginamos de modo falacioso. Se ela se sumisse tudo iria bem. Provável sumir-se. No caso contrário, a gente saberia o que ela é, procuraria meio de arranjar-se e vencê-la.⁷³

Pode parecer estranho que afirmemos que não queremos seguir a mesma linha do dr. Tarrou, que prega a força da ciência médica e que todas as coisas devem ser postas às claras, seguindo declaradamente a lógica iluminista de ciência pragmática de onde vem a luz da razão, crítica da imaginação e da superstição.

Não queremos afastar as sombras, mas olhar dentro delas, dos medos e das superstições que a doença fez aflorar. Observando de forma turva, pois olhamos para um tempo distante e por meio de fontes fragmentárias, mas vendo como os sujeitos expressaram sua percepção da peste.

Por outro lado, o intuito deste tópico é apresentar a doença, para que, tendo o cabedal necessário, possamos compreender os sentidos que foram produzidos sobre a moléstia. É compreendendo o *modos operandi* do agente causador da epidemia que podemos começar a vislumbrar as sutilezas da

⁷³ CAMUS, Albert. *A peste / Tradução: Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Editora Opera Mundi, 1973. p. 87.

construção simbólica perpetrada pelos grupos médicos e populares frente à realidade palpável do mal, os sintomas.

Carlo Ginzburg afirma que “o historiador é comparável ao médico, que utiliza dos quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural.”⁷⁴. Exercitemos a afirmativa apontada pelo historiador italiano, procuremos perceber, nos indícios históricos, os rastros nosológicos que apontaram as escolhas que médicos e políticos (muitas vezes políticos-médicos) tomaram frente à epidemia.

Buscaremos então ver a epidemia através do olhar da medicina microbiológica atual, usando-a para compreendermos a doença enquanto objeto médico, compreendendo a patologia propriamente dita. Deixemos claro que não incorreremos no anacronismo de impor a visão da medicina do século XXI por sobre a de meados do século XIX que estamos analisando.

Atentaremos também para as divergências entre as linhas explicativas propostas na época da epidemia, uma vez que não podemos perceber a medicina como um espaço homogêneo, pois se faz e se fez através de conflitos entre formas de saber e grupos de poder internos da ciência médica. Como nos disse Jean-Charles Sournia: “por natureza a medicina é histórica”⁷⁵, e arremata afirmando que: “Os médicos, como os outros sábios, pertencem à sociedade que os circunda.”⁷⁶.

O principal problema a ser visto nessa análise médica não é apenas as indisposições entre grupos, mas as incongruências dos ramos explicativos e como estes se postaram frente a epidemia e como procederam para combatê-la. Combatiam-na dentro de suas certezas, e estas devem ser historicizadas. Em suma, observaremos sob que horizonte explicativo os médicos que constituíram a comissão sanitária da vila de Maranguape olhavam para a doença, para que assim possamos entender sua lógica de ação e de interpretação da doença.

⁷⁴ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história* / Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 157.

⁷⁵ SOURNIA, Jean-Charles. “O homem e a doença”. In: LE GOFF, Jacques (et. al). *As doenças têm história* / Tradução: Laurinda Bom. Lisboa: Terramar, 1991. p. 360.

⁷⁶ Ibid., p. 360.

A medicina enquanto autoridade central e única no reino da cura só se fez depois de longos debates internos dos doutores e externos, através das batalhas via imprensa e pela via institucional. Logo que a corte portuguesa se instala no Brasil, fugida do ataque napoleônico, várias melhorias foram realizadas na cidade do Rio de Janeiro de forma a abrigar a família real e melhor estruturar a cidade, uma vez que, neste momento (1808), passa a ser o centro de todo o império lusitano. Dentre outros aperfeiçoamentos, cria-se a Fisicatura-mor – órgão responsável por gerir, fiscalizar e promover os ofícios (legítimos) de cura no país. O órgão findou suas atividades juntamente ao fim do domínio lusitano sobre o Brasil. Já no período imperial, mais precisamente no ano de 1830, segundo Tânia Pimenta:

[...] observa-se uma série de marcos no processo de institucionalização da medicina, como a criação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e de vários periódicos especializados. Além disso, trata-se de um período em que ocorreu uma redefinição do que seriam práticas terapêuticas legítimas perante o governo.⁷⁷

Uma coisa é organizar e institucionalizar; a outra é obter reconhecimento pelo corpo da população que há muito se vale de outras artes de cura.

A luta pela consolidação da medicina teve suas cenas mais intensas nos anos de 40, 50 e 60 do século XIX. A Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro no ano de 1835 passou a se chamar Academia Imperial de Medicina, o que nos mostra em um simples olhar como os doutores tinham um intuito de se vincular ao poder do império, carregando-o no próprio nome. Ao citá-lo, buscamos a autoridade do citado.

Foram numerosos os combates travados pelos médicos da Academia Imperial, pois evocavam sob o mesmo título de “charlatão” diversos representantes de todas as outras artes de cura: curandeiros, barbeiros sangradores, benzedeiros, espíritas, boticários, e outras categorias de

⁷⁷ PIMENTA, T. S. *Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade dos oitocentos*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 11 (suplemento 1): p. 67-92, 2004.

curadores práticos. Mas resolveram cortar dentro de sua própria carne também, já que na mesma categoria punham os médicos homeopatas.

Em alguns momentos, essa tensão latente entre a ordem médica instituída e as práticas dos grupos leigos aos saberes médicos extrapolou em descrédito aos doutores, como em 1855, durante o primeiro grande surto epidêmico de cólera no Brasil, quando toda a Comissão de Higiene Pública de Pernambuco renunciou, ao mesmo tempo, de seus cargos em protesto ao apoio do governo provincial a um curandeiro, escravo, conhecido como “pai” Manoel, e à autorização dada pelo presidente de província, José Bento da Cunha Figueiredo, para que pessoas não-médicas pudessem clinicar. Ainda nesse mesmo caminho, podemos citar os diversos embates médicos apresentados por Gabriela dos Reis Sampaio em sua dissertação de mestrado:

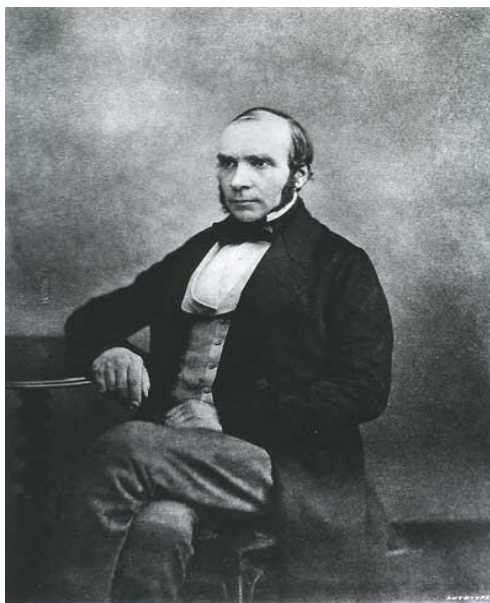
Dentre os diversos problemas de saúde pública enfrentados pela junta de higiene, havia a delicada questão da “prática ilegal de medicina”, uma pedra no meio do caminho dos higienistas. A questão era complicada não apenas por representar uma ameaça à medicina oficial, bastante desacreditada, ainda que de maneira e graus diferentes, perante os mais variados pacientes – tanto ricos como pobres, leitores de jornal ou ex-escravos analfabetos.⁷⁸

Fazemos este preâmbulo para que se tenha em vista o contexto no qual estão inseridos a ação e os textos dos médicos que atuaram durante a epidemia de cólera de 1862 em Maranguape. Eram parte de um processo que buscava a institucionalização da medicina como saber oficial de cura. Para tal intento, tinham que fazer valer sua ciência. Apesar de, nas fontes históricas que temos sobre os médicos que atuaram durante a epidemia, não termos encontrado essa questão de forma constante ou até mesmo citada com atenção, decidimos apresentar esse quadro em que se encontrava o saber médico para que tenhamos elementos para compreender e desnaturalizar o papel médico durante os acontecimentos estudados.

⁷⁸ SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, Ifch, 2001. p. 112.

A medicina se dividia em duas grandes vertentes: a microbiologia e a hipocrática. Essas duas teorias se confundem diretamente com o debate científico ocorrido na Europa que dividiu os cientistas entre biogênese e abiogênese.

A primeira acreditava na teoria do *contagium vivum*, ou seja, que as doenças são causadas por microorganismos patológicos. Essa tese demorou muito para se estabelecer como hegemônica, uma vez que a teoria hipocrática, que cria serem as doenças uma decorrência do desequilíbrio dos humores internos proveniente, principalmente, da ação dos miasmas, não só tinha um percurso de longa duração, vindo desde a Grécia antiga, como também fora a base da formação de praticamente toda a intelectualidade sanitária europeia. Segundo João José Reis e Ariosvaldo Diniz⁷⁹, em 1854, o inglês John Snow⁸⁰ conseguiu confirmar a teoria microbiológica, justamente durante o surto de cólera em Londres.



John Snow

Foto de John Snow – primeiro a identificar a cadeia de transmissão do vibrião colérico. Disponível no site: Images from the History of Medicine (IHM) – USA: <<http://bit.ly/gqmgel>>. Acesso em: 20/03/2011.

⁷⁹ Como obras de referência desses dois autores, estamos utilizando: REIS, 1991; e a tese de doutorado de Ariosvaldo Diniz, DINIZ, Ariosvaldo da Silva. *Cólera: representações de uma angústia coletiva (A doença e o imaginário social no século XIX no Brasil)*. Campinas: 1997. Volumes I e II.

⁸⁰ Ver: SNOW, John. *Sobre a maneira da transmissão do cólera*. Rio de Janeiro: USAID, 1967.

O Dr. Barão de Studart, no entanto, cria que a descoberta do agente causador do cólera ocorreu bem depois. Segundo ele, ao Dr. Koch “se deve o descobrimento em 1883 do bacillo virgula”⁸¹. Sobre o Dr. Koch, consta no Site do Centro Cultural de Saúde que “Em 1883, Koch foi enviado para o Egito como líder da Comissão Alemã da Cólera para investigar o aparecimento da doença naquele país. Lá ele descobriu o vibrião e levou culturas puras para a Alemanha.”⁸².

Essa informação se coaduna com a apresentada por Roy Porter, que ao comentar o sucesso do pasteurianismo e da microbiologia, afirma que esse ganhou densidade científica justamente quando:

[...] o alemão Robert Koch, depois professor de saúde pública da universidade de Berlim, quem fez as demonstrações meticolosas que acabaram corroborando a teoria microbiana da causa da doença e lhe conferindo solidez teórica.⁸³



R. Koch.

Foto de Robert Koch – primeiro a isolar o vibrião colérico. Disponível no site Images from the History of Medicine (IHM) – USA: <<http://bit.ly/dZ2B0W>>. Acesso em: 20/03/2011.

⁸¹ STUDART, Barão de. *Climatologia, epidemias e endemias do Ceará*. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997.

⁸² <<http://www.ccs.saude.gov.br/revolta/personas/koch.html>>. Acesso em: 20/05/2011.

⁸³ PORTER, Roy. *Das tripas coração: uma breve história da medicina*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 110. Ao falar sobre as grandes pandemias de cólera, Porter diz que, na quinta vez, em 1892, os médicos e administradores já tinham como reagir posto que: “Nesta ocasião, entretanto, o cólera já podia ser controlado por medidas de saúde pública, especialmente depois que Robert Koch isolou seu bacilo em 1884.” (ibid., p. 31).

Ressaltamos que não há um contraponto entre as afirmações de João José Reis e do Barão de Studart uma vez que os dois apenas demonstram o processo que levou a descoberta da cura do cólera. Enquanto Snow foi o primeiro a perceber a relação entre o cólera e a água, foi Koch o responsável por isolar o vibrião colérico, permitindo assim o desenvolvimento de um tratamento específico para esta moléstia.

Esses dados nos mostram como a ciência médica nos fins do século XIX estava em processo de desenvolvimento e organização, bem como as notícias estavam desencontradas, apresentando-nos elementos que nos permitem supor que os médicos comissionados durante a epidemia de cólera de 1862 em Maranguape não tinham respostas conclusivas para o mal. Como alguns ainda possuíam relações próximas com os institutos formadores de médicos no país, é possível que tivessem conhecimento dos debates que estavam sendo travados na Europa, mas, como em 1862 estes ainda não eram precisos, cremos que em pouca coisa tenha servido aos médicos comissionados. Tal missiva pode ser vislumbrada nas palavras de Rodolfo Teófilo sobre o ofício de seu pai, que era médico da pobreza na vila de Maranguape durante a epidemia: “Meu pai, falho de conhecimento sobre a patogenia do cólera, quase nada podia fazer em favor dos pesteados.”⁸⁴.

Antes de chegar à vila de Maranguape, o cólera morbo já tinha deixado suas marcas ltuosas na história da humanidade. Desde as obras de médicos gregos, temos relatos de doentes acometidos pelo mal colérico, como o de Hipócrates em sua obra *Epidemias*, livro V:

Em Atenas, um homem foi acometido de cólera; tanto vomitava como evacuava; ele sofria; nem os vômitos nem as evacuações podiam ser detidas; a voz estava débil; não podia sair do leito; os olhos baços e escavados; tinha espasmos provenientes do ventre e soluços; as evacuações alvinas eram muito mais abundantes que os vômitos⁸⁵

⁸⁴ TEÓFILO, 1986, p.03.

⁸⁵ HIPPOCRATE – *Oeuvres complètes* (trad. Littré, 1861), Paris: Javal et Bourdeaux, 1932. t.II., p. 49. apud JOFFRE M. de Rezende. *Linguagem médica*. Goiânia, GO : AB - Editora, 2004.

Entretanto, da Índia provêm os relatos mais antigos, uma vez que das sagradas e insalubres águas indianas nasceu o cólera.

Com o processo de aceleração da velocidade das relações comerciais do mundo ocidental decorrente da revolução industrial inglesa, o vibrião pode ser levado a outras regiões dentro dos navios mercantes, que são denominados por Alain Corbain como “pântanos flutuantes”⁸⁶. Alimentos e água contaminados eram levados porto a porto juntos às mercadorias. Desde 1816, várias ondas epidêmicas ocorreram e levaram pânico a europeus e americanos⁸⁷, tornando-se um dos maiores flagelos do século XIX; “por onde passava, deixava um rastro de dez a quarenta por cento de mortos.”⁸⁸. No decorrer do século XIX, houve seis grandes pandemias. O Brasil entrou no roteiro da peste justamente naquela que é considerada a mais mortífera delas, ocorrida entre as décadas de 1840 a 1860. Segundo Witter:

Ela chegou a bordo da galera Deffensor, que aportou em Belém do Pará em 1855, trazendo colonos portugueses que vinham da cidade do Porto, um foco de risco da doença. Durante praticamente um ano, a epidemia assolou o Império: desceu pelo litoral infectando o Nordeste, a Corte no Rio de Janeiro e chegando até o extremo sul. Causou protestos em Pernambuco e foi especialmente mortífera na Bahia.⁸⁹

Nessa primeira epidemia (1855-56), o Ceará passou ileso, o que foi lembrado, por ocasião da possibilidade da existência do cólera em terras cearenses em 1862, dentro de um discurso feito pelo editor de *O Cearense*, como “graças a Providencia Divina.”⁹⁰, uma vez que não havia respostas conclusivas nem medidas profiláticas que tivessem sido responsáveis por tal

⁸⁶ CORBIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras 1989.

⁸⁷ Roy Porter as lista nos seguintes períodos: 1ª: 1816, 2ª: 1829, 3ª: 1852-1857, 4ª: 1862-1875, 5ª: 1892 e a 6ª: 1899-1926. (2004, p. 31).

⁸⁸ WITTER, Nikellen Acosta. Bem antes da dengue. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. n. 32. Disponível em: <<http://bit.ly/esKkkk>>. Acesso em: 22/03/2011.

⁸⁹ Ibid.

⁹⁰ *O Cearense*. 4/03/1862.

Todas as referências a *O Cearense* locam-se em: Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Setor de Microfilmagens. Rolo 33.

proteção, medidas foram tomadas, mas a peste passara longe das terras cearenses.

Voltemos novamente nossa atenção à obra de John Snow. Esse médico publicou o livro *Sobre a maneira de transmissão do cólera*, em que, através de uma pesquisa cuidadosa a partir das fezes dos coléricos, o pesquisador inglês chegou à conclusão de que “os sintomas do cólera dependem da exudação proveniente da membrana mucosa intestinal, que posteriormente é expelida copiosamente pela evacuação”⁹¹. Continua seus resultados fazendo uma cartografia da peste, uma vez que percebeu os índices de acometimentos por regiões e chegou ao consenso de que, entre os contagiados pela peste em Londres, havia em comum o fato de tomarem água do mesmo poço, o de Broad Street, o que, junto a outras pesquisas, levou-o à conclusão de que o maior instrumento transmissor da doença é a água.

A compreensão do vetor-mor da doença pode ser um indicativo de um dos motivos que levou a epidemia de cólera a ser tão intensa em Maranguape no ano de 1862. Em carta publicada em 25 de junho de 1862 no jornal *Pedro II*, consta: “A chuva não nos quer deixar, ainda esta noite, choveu muito; mesmo debaixo dela o Dr. Rufino de Alencar percorria as ruas de Maranguape.”⁹².

A constante chuva pode ser um dos fatores facilitadores da propagação do cólera, uma vez que este se transmite por via fluvial e que as condições sanitárias na vila não eram adequadas. A água coletada para o consumo vinha dos mesmos rios que recebiam os dejetos.

Retornando aos embates teóricos sobre a propagação das doenças, a “vitória” dos seguidores da microbiologia foi sacramentada com as experiências do francês Louis Pasteur, ocorridas no último quartil do século XIX, o que foi uma dificuldade a mais na busca de consolidação da tese microbiológica entre os médicos, uma vez que o cientista francês não era médico, e sim químico e biólogo, e suas ideias foram confirmadas dentro de laboratórios, que eram considerados espaços de menor legitimidade para a ordem médica vigente. Segundo Anne de Saint Romaim, a microbiologia pasteuriana encontrou

⁹¹ DINIZ, 1997, v. I, p. 55.

⁹² *Pedro II*. 25/06/1862. apud ALENCAR, Álvaro de. *Revista do Instituto do Ceará*. p. 35-38. 1943. Disponível em: <http://www.institutodoceara.org.br/Rev-apresentacao/RevPorAno/1943/1943-O_colera-morbus_no_Ceara.pdf>. Acesso em: 03/08/2009.

diversos obstáculos para se estabelecer como o principal norte explicativo das doenças. Nas palavras da autora:

Para admitir o pausterismo, foi preciso uma geração, o tempo para os “pausterianos” se organizarem e proporem a sociedade um conjunto de medidas higiênicas: o tempo para operar uma “tradução” da linguagem bacteriológica a todos os níveis da compreensão e de decisão.⁹³

Segundo Anny Jackeline, uma das grandes contribuições para a ciência da teoria microbiana foi “a determinação de um agente específico, causador das moléstias. Segundo esta teoria, toda infecção poderia ser explicada através de uma causa extrínseca, representada por um determinado microorganismo.”⁹⁴

Após pesquisas microbiológicas, conseguiu-se confirmar que o causador é uma bactéria conhecida como vibrião colérico, ou *Vibrio Cholerae*, um microorganismo móvel, com formato de vírgula. Desenvolve-se no intestino humano e produz a toxina responsável pela doença. O cólera é uma infecção aguda, transmissível e perigosa, que desidrata suas vítimas através do ataque às mucosas do intestino.

O período de incubação é de 6 a 10 horas até 2 a 3 dias. Após a incubação, aparece subitamente a diarreia, acompanhada de dor de cabeça, câibras musculares (na panturrilha), dores abdominais, vômitos e desidratação. A evolução da doença é provocada, também, pelo estado de desnutrição do indivíduo.⁹⁵

Conhecermos os percursos antropofágicos da doença nos será importante quando observarmos os relatos de médicos e doentes diante do

⁹³ ROMAIN, Anne de Saint. “Pauster: as verdadeiras razões de uma glória”. In: LE GOFF, 1991, p. 89.

⁹⁴ SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. “A medicina e a influenza espanhola de 1918”. *Tempo*. Rio de Janeiro: n. 19, p. 91-105. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v10n19/v10n19a07.pdf>>. Acesso em: 20/05/2011.

⁹⁵ <<http://www.brasilecola.com/doencas/colera.htm>>. Acesso em: 10/08/2009.

horror provocado pelo seu modo de operação e a forma como ela vai transformando os vitimados em cadáveres ambulantes.

O agente etiológico do cólera é encontrado nas fezes das pessoas infectadas, estejam elas apresentando sinais da doença ou não. O homem é o único reservatório do vibrião; chega a eliminar 10 milhões de bactérias por grama de fezes. O contágio acontece através do contato direto com água e/ou alimentos contaminados. As moscas e outros insetos, por entrarem em contato com as substâncias acima citadas, podem funcionar como vetores mecânicos. A duração dos sintomas é de 3 a 4 dias, em média. Caso o doente não seja tratado com urgência, a morte acontece num prazo de 14 a 48 horas, o que nos permite compreender o porquê da invocação de São Sebastião pelos empesteados, a fim de salvá-los da “morte repentina e do mal contagioso”, e o que nos propicia também perceber de forma mais clara a relação produzida pelos fiéis católicos desesperados e as suplicas feitas a São Sebastião, invocado como protetor da “morte repentina e do mal contagioso.”⁹⁶.

Entretanto, como dito anteriormente, a microbiologia não era a única possibilidade de explicação para as doenças; era esta muito mais frágil e desacreditada que a teoria hipocrática, ou miasmática, a qual podemos visualizar segundo dois pilares: o equilíbrio dos humores e os miasmas. No momento da crise que analisamos, a teoria neo-hipocrática era o norte de orientação de praticamente todos os médicos que agiram em Maranguape, sendo, portanto, necessário que debrucemos nosso olhar sobre ela.

Segundo Claude Moussé, a escola médica grega, que foi fundada e baseada em Hipócrates, que viveu de 460 a.C. a 377 a.C. teve como principais característica e contribuição o fato de que:

[...] afastando-se das práticas mágicas dos adivinhos, como das receitas empíricas dos curandeiros, queria elaborar uma medicina racional, a partir do duplo procedimento: procurar as causas das doenças com a ajuda de múltiplas observações e depois aplicar os remédios apropriados.⁹⁷

⁹⁶ Sobre os devocionários e o imaginário religioso, falaremos mais atentamente no tópico 3.1.

⁹⁷ MOUSSÉ, Claude. *As lições de Hipócrates*. In: LE GOFF, 1991, p. 40.

Ao tratar a doença como um desvio da norma, um desregramento, Hipócrates e sua escola passam a afastar a noção de mística de dentro do cabedal explicativo para as moléstias e passam a enquadrá-las em um campo lógico e racional, que pressupunha a observação e a maturação.

No livro hipocrático *Da Natureza do Homem*, diz ele:

O corpo humano contém sangue, isto é, humor viscoso, bílis amarela e bílis negra. São estes elementos que o constituem e são as causas dos males ou da saúde. A saúde é, em primeiro lugar, o estado em que estas substâncias constituintes estão numa proporção correta de uma em relação a outra, tanto em força como em quantidade, estando bem misturadas. A doença aparece quando uma dessas substâncias é, ou deficitária, ou excedentária, ou se encontra separada no corpo e não misturada com as outras.⁹⁸

Percebe-se então: as doenças são sinônimo de desequilíbrio, de desordem interna nos humores.

A teoria hipocrática pensava esse equilíbrio relacionando o mundo interno com o mundo externo, os humores com os climas. A saber: a bílis amarela seria produzida no fígado e se relacionaria com o fogo e com o tempo do verão, produzindo humores coléricos. O sangue seria produzido no coração, se relacionaria com a umidade e com o tempo da primavera, sendo esta correlata do ar. Já a bílis negra seria produzida no baço e se relacionaria com o outono, criando um ar melancólico, e com o elemento terra. E, por fim, a fleuma, que seria produzida no cérebro, sendo fria e úmida, relacionar-se-ia com o elemento água e o tempo do inverno⁹⁹. Segundo essa ordem explicativa, o papel do médico seria identificar qual desses humores encontra-se desregrado e combatê-lo com seu total oposto; ou seja, problemas úmidos seriam tratados com alimentos quentes e assim por diante. Segundo o historiador Henrique Carneiro:

⁹⁸ HIPOCRATES. *Da natureza do Homem*. apud MOUSSÉ, Claude. In: LE GOFF, 1991.

⁹⁹ PORTER, 2004, p. 42. Também utilizamos como referência: REIS, Ivoni Freitas. *Um mapa da medicina antiga: entre a cura através dos contrários e a cura através dos semelhantes*. Disponível em: <<http://bit.ly/mUmicZ>>. Acesso em: 20/05/2011.

Muitos Herbários do século XVI chamavam-se justamente História das plantas (*De Historia Stipium*, Leonhardt Fuchs, 1542) e História dos frutos (*Frugum Historia*, Rembert Dodoens, 1552), e descreviam as plantas tanto alimentícias como medicinais a partir de suas supostas virtudes para o corpo humano, derivadas da natureza de seu temperamento, quente ou frio e seco ou úmido, e conseqüentemente relacionado com um órgão, um humor, uma estação do ano, um momento do dia ou da noite etc. O temperamento quente e seco era visto como o modelo ideal e, portanto, característico do homem. A mulher seria fria e húmida. O quente possuiria a qualidade de excitar e despertar, e o frio, de adormecer e acalmar. Os alimentos quentes seriam o vinho, o sal, o açúcar, o mel, a canela, o cravo, a pimenta, a mostarda, o alho. Os frios seriam a erva, o vinagre, os pepinos, o ópio, a cânfora, os cogumelos e as frutas em geral. O vinho era uma bebida tão quente para Galeno, o mais importante médico da época romana, que ele o interditava antes dos 22 anos, pois até essa idade já haveria calor natural nos corpos. O chocolate, no século XVIII, era considerado tão quente que não deveria ser dado a crianças!¹⁰⁰

Consta na obra literária *Violação*, de Rodolfo Teófilo, ao falar este sobre os procedimentos adotados por padre Galindo Cavalcante, que este “Desde que entrou na vila, não descansou mais. De dia, confessava os moribundos e enterrava os mortos e, à noite, fazia preces e acendia fogos nas ruas para desinfetar a atmosfera.”¹⁰¹. Percebamos, nesse caso apresentado, a influência da teoria hipocrática em um homem sem formação médica, demonstrando como esse conhecimento era reconhecido e compartilhado por outros sujeitos sociais que não apenas os oriundos das academias de medicina. O fogo entra em cena como um contrabalanceador da umidade que seria a suposta causa da epidemia de cólera em Maranguape.

¹⁰⁰ CARNEIRO, Henrique. *Comida e Sociedade. Uma história da alimentação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 8-9.

¹⁰¹ TEÓFILO, 1986, p.9, grifo nosso.

O inimigo maior da medicina neo-hipocrática era:

O ar degenerado, o mefitismo, a proximidade do nauseabundo, a molécula pútrida emanada da corrupção, o “miasma aéreo”, que perdeu sua origem, mas cujo poder dissolvente da matéria viva aumentou consideravelmente; o miasma cujo poder corruptor se estende aos vegetais, à carne exposta no açougue, aos metais no buffet.¹⁰²

A leitura deste “ar” produziu uma mudança na sensibilidade olfativa. As pesquisas de ordem pneumática levaram a situações de coleta de inúmeros tipos de ar por sábios em toda a Europa, motivados pelo interesse de perceber os efeitos de cada um dos ares sobre o corpo animal. As constantes pesquisas levaram à percepção do ar como uma mistura de gases que, de acordo com as proporções em que se encontravam distribuídas, determinaria sua maior ou menor qualidade.

Essas emanações corruptas possuem uma série de focos de irradiação que variam quanto ao grau de produção e quanto à malignidade dos ares que prolifera. No mais alto posto dentre os emanadores de miasmas próximos da vida cotidiana, estavam os dejetos, excrementos humanos. O tema ganha tamanha relevância que “o excremento torna-se assunto de conversação na corte de Luis XVI”¹⁰³, e o principal agravante desse e de todos os outros elementos pútridos é o fator numérico, uma vez que a aglomeração levaria a emanação deletéria a níveis funestos, produzindo então o desequilíbrio com o qual os hipocráticos se preocupavam. Outro foco de atenção dos médicos era o fato de que “o que era preciso evitar, antes de mais nada é a retenção e, por conseguinte, a aglomeração de matérias”¹⁰⁴. Sendo assim, toda sorte de espaços de agrupamento devia ser evitada, o que passa a ser uma política de Estado dentro do contexto de institucionalização da medicina em sua associação com a formação dos Estados modernos – aproximação alvo de atenção de inúmeras obras de Foucault e de seus seguidores. Essa dita

¹⁰² CORBIN, Alain. *Saberes e Odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 32.

¹⁰³ *Ibid.*, p. 32.

¹⁰⁴ *Ibid.*, p. 42.

associação entre o poder público administrador das cidades e a medicina sanitária elaborou projetos que pensaram a remodelação do espaço urbano de forma a permitir a circulação dos ares e das pessoas, impedindo as aglomerações e propiciando o controle.¹⁰⁵

Em diversas circunstâncias, vimos a ação do poder público diante dos grupos economicamente menos favorecidos, pautados no medo das aglomerações e desordenamentos urbanos, principalmente no que tange à ocorrência de epidemias, como aconteceu em Recife durante o cólera de 1855 e em Fortaleza durante o surto de varíola do fim do século XIX, que foi combatido pela ação particular de Rodolfo Teófilo, pois (segundo o próprio Rodolfo) o poder público silenciava diante da urgência de ajuda. Ratifiquemos que normalmente podemos perceber uma aproximação entre a explicação de cunho sanitário e apropriações de cunho moralizador por parte de setores religiosos e “civilizadores”, pois era corrente a ideia de que a aglomeração dos pobres tanto era lugar propício para a propagação de epidemias como também de vícios de toda a espécie.

Outro espaço visto com olhar temeroso pelos médicos crentes na teoria miasmática eram as cadeias, locais que, desde muito, sofriam com o problema da superlotação, agravada, segundo eles, pela má índole dos sujeitos que nelas habitavam. Deixemos que o Dr. Thebergue, médico particular da vila de Icó, descreva a cadeia pública dessa vila, a partir de uma visita feita no ano de 1853, que, por analogia, conjecturamos ser a situação das outras vilas, inclusive, a de Maranguape:

Ao abrir-se o alçapão, que comunica a enxovia central, exalou-se para ele um ar tão viciado, que foi mister nos revestirmos de coragem para resolvermo-nos a penetrar no interior de tão imunda sentina. O pavimento repartimentos é de tijolo que se conservam sempre úmidos por falta de ventilação suficiente, e

¹⁰⁵ Aqui fazemos uma breve referência a textos de historiadores que analisaram a relação entre o saber médico e as remodelações urbanas:

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PESAVENTO, Sandra. “Lugares malditos: a cidade do ‘outro’ no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX)”. *Revista Brasileira de História*, 1999, v. 19, n. 37.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Epoque: reformas urbanas e controle social. 1860-1930*. 3. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2001.

cobertos de espessa camada de imundície proveniente de matérias animais, que o andar do tempo vai encalçando e acumulando, que a umidade do chão vai mantendo em estado permanente de putrefação e que soltam a cada momento uma horrenda catanga amoniacal de urina e de outras matérias excrementícias.

As paredes laterais estão denegridas e emplastadas de camadas, não menos horrenda e repulsiva que a do pavimento. Dois respiradores quadrados, praticados um em cada parede das extremidades, são tão estreitos que não deixam girar o ar no interior das prisões [...] Num dos cantos de cada uma dessas enxovias se acham colocadas diversas vasilhas de madeira já meio podres, mal tapadas ou sempre abertas, onde se depositam até transbordarem os produtos das secreções animais mais abjetas. Elas não se podem retirar senão derramando-se metade de seu conteúdo pela dificuldade de transitar com elas por alçapões estreitos e dificilmente praticáveis. Nestas três masmorras estreitas e pestilentas, privadas de ar respirável, mas prenhe de miasmas meféticos, achamos 38 presos empilhados uns sobre os outros por falta de lugar, entre os quais 12 ou 13 lutando com a morte nos paroxismos os mais horrorosos da febre amarela.¹⁰⁶

Porém, dentre todos os emanadores de miasmas, nenhum se sobressaia aos corpos adoentados. Deixemos que o autor de *Saberes e Odores* explique, a partir de uma transcrição de um diálogo entre dois autores, Boussouet de Sauvages e Rousseau, como era a relação de medo e cuidado entre médicos e doentes:

O corpo doente, o corpo que apodrece vivo, desprende, com efeito, emanações nocivas, odores morbíficos. [...] Ainda mais terrível é a vizinhança de um homem doente. Forma-se em torno dele uma atmosfera “mais ou menos extensa, que pega em suas roupas, em seus móveis, nas paredes de seu quarto;

¹⁰⁶ BRASIL, Tomás Pompeu de Sousa; Academia cearense de medicina. *Salubridade*. [Fortaleza]: Academia Cearense de Medicina, [1990?]. (Documentos para a historia da medicina cearense. Coleção Antônio Justa ;3).

é carregada, pesada, menos móvel e elástica do que o ar ordinário e fica por muito tempo nos cantos do apartamento”. O fedor basta pra avisar do perigo. [...] E o hálito é o melhor de tudo para comunicar miasmas e fedores.¹⁰⁷

Os médicos teorizaram e pesquisaram sobre um substrato criado por seus contemporâneos. Eles não foram os “inventores” do cuidado olfativo, mas com certeza foram seus maiores propagadores. A percepção e sensibilidade quanto aos odores estavam na baila central da Europa no fim do século XVIII e início do XIX. Os odores foram sentidos como relógios, e, segundo Alain Corbin, citando apreciações de Jacques Guilherme sobre a obra de Schlegel, “o pútrido é freqüentemente assimilado ao demoníaco, o que concorda com a relação obcecante entre o mal cheiro e as profundezas do inferno”¹⁰⁸.

Ao saber dos pilares do pensamento hipocrático, buscamos elementos que nos aproximem do horizonte analítico dos médicos comissionados para, assim, podermos perceber as dietas e as medicações dentro de uma ordem explicativa que não é dada, pronta e conclusa, mas parte de um processo de média duração no qual o momento do combate ao sintoma, da prescrição do remédio que mais se aproximasse ao caso do paciente prostrado, era apenas o pináculo da onda do processo histórico-temporal.

A análise mais acurada da doença como um momento de transformação e de tensão psicossocial requer que tenhamos também outro instrumento à mão: dados acerca da gravidade e estatísticas de mortandade. O conhecimento destes dados nos dá elementos que permitem a visualização do cenário que os agentes do poder público e religioso encontraram diante dos seus olhos. Obviamente não falamos aqui em recriar o espaço, uma vez que temos a convicção da impossibilidade desse intento e ainda mais, por compreendermos que a disciplina histórica é de conhecimento dedutivo e não indutivo, ou seja, não é possível que a análise de acontecimentos e de fenômenos sociais seja reproduzida em laboratório, e mesmo que assim o

¹⁰⁷ CORBIN, 1987, p. 65.

¹⁰⁸ CORBIN, 1987, p. 65.

fosse privar-se-ia o texto do contexto, ou seja, criar-se-ia um novo acontecimento que em praticamente nada seria igual ao primeiro¹⁰⁹.

Várias fontes nos revelam números que se aproximam. Apresentá-los-emos por aquela que acreditamos ser a mais utilizada por todos os cronistas que citaram dados sobre a epidemia: o jornal *O Cearense*, no qual temos atualizações das taxas mortuárias praticamente em todas as edições que abrangem o período mais intenso do surto epidêmico na vila de Maranguape (do mês de maio a agosto de 1862). Ressaltemos que aqui não estamos apresentando a legitimidade da fonte a partir da constante repetição de seus dados pelos cronistas, mas sim apresentamos uma crítica a estes autores que fizeram o uso indiscriminado deste documento e que muitas vezes não apresentaram corretamente os dados documentais que utilizavam para chegar às conclusões que apresentavam. Sendo assim, ao invés de nos prendermos aos textos dos cronistas, resolvemos ir diretamente à fonte primeira.

A doença aportou na vila de Maranguape no mês de maio e encontrou uma população composta, segundo Alfredo Marques, por 19.832¹¹⁰ pessoas que, segundo dados apresentados no jornal *O Cearense*¹¹¹ dividiam-se em 17.389 almas livres e 2.443 escravos, sendo a proporção entre os sexos de 8.461 homens livres, 8.028 mulheres livres, 1.505 homens escravos e 938 mulheres escravas.¹¹² Saber da quantidade de indivíduos nos permitirá sentir de forma mais expressiva a conta final de óbitos na vila que chegou à casa dos 1.982 defuntos, dez por cento da população total. Os dados apresentados por Thomaz Pompeu (filho) em *Salubridade*¹¹³ se assemelham aos já apresentados, mas acrescentam alguns dados a nossa análise ao fazer uma apresentação por vila e freguesia. Segundo Pompeu, o cólera chegou em Maranguape no dia 21 de maio de 1862 e se extinguiu em maio de 1863, tendo acometido 6.860 pessoas, das quais morreram 2.850 em uma população

¹⁰⁹ Mais em: BERLIN, Isaiah. *Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

¹¹⁰ MARQUES, 2006, p.24.

¹¹¹ *O Cearense*. 26/08/1862.

¹¹² Se feita uma soma simples, os números apresentados pelo jornal não batem, acreditamos que este fato se deva a um erro na impressão do jornal que teria invertido os números referentes a quantidade de mulheres e ao invés de 8966 publicou 9866 criando um erro de 900 mulheres que não existiam. Essa ausência de 900 pessoas daria uma população de 18932 pessoas.

¹¹³ BRAZIL, p. 22.

presumível de 20.000 sujeitos, a quinta maior população da província cearense na época.

Sendo assim possível montarmos a seguinte tabela a partir dos dados de Marques e de *O Cearense*¹¹⁴:

Tabela III

Habitantes	Homens	Mulheres	Total
Livres	8461	8028	16489
Escravos	1505	938	2443
Total	9966	8966	18932

Fazendo um breve calculo chegamos a conclusão de que o número de acometidos correspondeu a aproximadamente 34% da população da vila e o mais simbólico é o fato de que se comparado o número de acometidos e os que sucumbiram a pestes chegamos a impressionantes 41%, ou seja, praticamente metade das pessoas que contraíram a doença morreram.

Os números apresentados devem ser vistos com cautela, para que não incorramos em *rankings* ou em percepções apressadas em que o “sentido da morte” e os significados que elas produziram sejam suplantados por dados numéricos.

Para a compreensão da gravidade da doença na vila de Maranguape, olhemos comparativamente para a cidade de Recife¹¹⁵ durante a epidemia de 1855 (considerada pelo marquês de Olinda como sendo mais grave que a de 1862)¹¹⁶.

A capital pernambucana, de colonização bem antiga e um dos maiores centros do Nordeste, suplantada apenas por Salvador em importância política, possuía 70 mil habitantes e sofreu com o falecimento de 3.338 por causa da

¹¹⁴ Como veremos adiante, outros números foram apresentados para falar em quantidade de habitantes e de acometidos pela peste.

¹¹⁵ As referências feitas nesta obra a cidade do Recife na epidemia de 1855-56 são baseadas nos textos de Ariosvaldo Diniz: DINIZ, 1997, v. 1; e DINIZ, 2003.

¹¹⁶ “A epidemia de cholera-morbo, que no ultimo mez de 1862 se manifestou na povoação de Cruangy da Província de Pernambuco, propagou-se por outros pontos da mesma província, e pelas da Parahyba, Rio Grande do Norte, Ceará e Sergipe, causando mais consideráveis estragos em algumas localidades do Ceará, Rio Grande do Norte ; mas em geral foi menos maligna do que em 1855 e 1856.”. OLINDA, Marquês de. *Relatório do ministro e secretário de estado dos negócios do império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1863. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1735/000025.html>>. Acesso em: 10/02/2011. p. 23, grifo nosso.

peste colérica. Em termos percentuais teríamos algo abaixo dos 4,5% de óbitos no total da população. Entretanto, para além dos números existem sujeitos; assim, é importante considerar que 3.000 pessoas morreram no mesmo mês. Esse condensado número de óbitos foi o responsável por gerar a onda de pânico que assolou a cidade.

Para que não tenhamos como elemento comparativo apenas cidades situadas na região nordeste do País, vejamos o caso de Porto Alegre, que está no extremo oposto. Nas palavras de Nikellen Acosta: “No Rio Grande do Sul, foram mais de quatro mil mortos em dois meses, 1700 destes somente em Porto Alegre, que, na época, tinha cerca de 17 mil habitantes. Quem podia fugir, fugiu; quem não podia, tentou escapar da morte apelando para tudo.”¹¹⁷. Temos então 10% de mortos no caso da capital gaúcha.

Como vimos no caso recifense, a ocorrência condensada dos falecimentos propiciou uma onda de pânico, algo que não podemos deixar de levar em consideração no caso maranguapense, uma vez que, ao acompanhar os dados apresentados semanalmente, chegamos à percepção de que, no período mais intenso da doença (de maio a julho de 1862), há dias com grande quantidade de mortos. A carta do cirurgião Américo de Freitas Barreto Nobre fala que, no dia 16 de junho de 1862, “o stado sanitário da Villa é péssimo, inda hoje morreram 32 pessoas victimas do cholera-morbus”¹¹⁸. Jornais e cronistas nos trazem o número de até 60 mortos, que aumenta sob a pena de Rodolfo Teófilo: “O obituário havia crescido de um modo assombroso, tanto que a cifra dos falecimentos subia a setenta em um dia.”¹¹⁹.

A morte de um número grandioso de pessoas durante a epidemia de cólera é muito mais que um ajuntamento de números e dados estatísticos sobre quantos morreram e como a medicina agia ou não; é sim um acontecimento que teve inúmeros significados que devem ser vistos para além do campo objetivo de análise.

¹¹⁷ WITTER. Bem antes da dengue. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. n. 32. Disponível em: <<http://bit.ly/esKKKk>>. Acesso em: 22/03/2011.

¹¹⁸ Cartas enviadas pelas comissões médicas – Cirurgião Américo Fabiano de Freitas Nobre. 13/06/1862.

Todas as referências a “Cartas enviadas pelas comissões médicas” locam-se em: APEC. Ala 5/ estante 4/ prateleira 18/ caixa 12.

¹¹⁹ TEÓFILO, 1986, p. 08.

Excerto emblemático dessa nossa linha de raciocínio pode ser encontrado no artigo “A filosofia e os fatos”, do autor italiano Alessandro Portelli¹²⁰, em que nos aponta o caso das relações escravistas na Itália. Segundo estatísticas coletadas por Robert Fogel e Stanley G. Engerman, a quantidade de chicotadas recebidas por um escravo era menos de uma ao ano (0,7 para ser mais exato). Para chegar-se a tais números, pegava-se o número total de escravos que havia na península e dividia-se pelo número de castigos ocorridos em espaço público. Mas a pesquisa mais cuidadosa mostrou que muitos escravos não tomavam nenhuma chicotada durante o ano, já alguns pouquíssimos eram castigados com até 60 chibatadas.

Seria esse dado uma apologia ao escravismo na península itálica? Não. A percepção do acontecimento dentro da lógica apresentada pela história social nos leva a pensar sobre os significados inerentes aos dados levantados pela estatística acima. O fato de um único escravo ser barbarizado a ponto de ficar à beira da morte é simbólico, pois mostra aos outros escravos o que, sem grandes dificuldades, pode acontecer a eles, produzindo, então, uma rede de significados de terror que geram cautela, de modo a evitar os castigos. Assim, não podemos creditar a “sorte” dos que não foram chicoteados à bondade dos senhores de escravo italianos. Disse-nos Thompson: “as quantidades devem ser vistas dentro de um contexto total, e isso inclui o contexto simbólico.”¹²¹.

Portanto, é de grande importância também que cuidemos para perceber a ação dos sujeitos que são abordados na pesquisa dentro do que Gilberto Velho¹²² chama de “campo de possibilidades”, conceito este que pode ser diretamente relacionado ao que Clifford Geertz¹²³ define como “rede de significados”.

Segundo Velho, “Campo de possibilidades trata do que é dado como as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo do símbolo da cultura”, mas o antropólogo amplia ainda mais sua análise – ou, seria melhor dizer, reduz, no sentido de que ele se dispõe a ampliar uma parte do todo, dando vazão a um termo específico pra

¹²⁰ PORTELLI, Alessandro. “A Filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996. Disponível em: <<http://bit.ly/ehT6ef>>. Acesso em: 21/03/2011.

¹²¹ THOMPSON, 2001, p. 241.

¹²² VELHO, Gilberto. *Projeto Metamorfose*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. p. 28.

¹²³ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

tratar da individualidade dos sujeitos quando fala sobre o conceito de projeto. Vale-nos deste debate perceber que os indivíduos devem ser vistos dentro de um conjunto cultural e simbólico, mas que, mesmo assim, não perdem sua liberdade de ação.

Tal apresentação teórica é levantada aqui uma vez que discorreremos durante algumas páginas sobre as diversas teorias médicas que explicavam as possíveis causas do cólera. Conhecê-las é conhecer o campo de possibilidade em que as explicações e ações dos médicos comissionados na vila agiam.

Já Clifford Geertz pensa sua “rede de significados” como a série de hábitos, costumes e compreensão de signos que são comumente partilhados por diversos grupos. A adoção desta percepção nos dá subsídio para problematizar com mais cuidado em que mundo de símbolos as medidas sanitárias estão inseridas e como a própria doença passa a ser interpretada, já que, há muito, figuras como a do castigo divino estiveram presentes nos imaginários como as causas das epidemias.

Não podemos deixar de ter em vista que tanto o campo de possibilidades como o processo estão intimamente ligados ao que definiu Thompson como experiência, pois segundo ele: “somente em circunstâncias excepcionais as pessoas realmente vão para além de sua experiência local, de seus valores vividos e apresentam um desafio mais amplo.”¹²⁴. Assim sendo, a rede de significados que abarca determinado grupo social deve ser pensada dentro do contexto sócio-histórico em que determinada questão se encontra, sendo totalmente necessária a percepção de cada objeto como único.

A constituição dessa apreensão da realidade do objeto nos impede de construirmos modelos teóricos apriorísticos para a compreensão de um dado evento. cremos que cada pesquisa requer e possibilita a constituição de um tipo específico de conexão entre os instrumentais teóricos aprendidos de forma separada, que, no momento da prática da pesquisa, muitas vezes emergem, permitindo um diálogo com as múltiplas facetas que o objeto analisado possui.

O espaço que analisaremos adiante será a vila empestada. Portas e janelas fechadas. Olhares vazios e sem esperança sobre leitos úmidos de suor e evacuações. Mortalhas sobre as cabeças dos debilmente sãos. Padiolas

¹²⁴ THOMPSON, 2001, p. 261.

rangendo ao ritmo do álcool dos carregadores de mortos. A lente será médica, olharemos a vila pelo olhar dos médicos comissionados. “Olhar o olhar olhando.”¹²⁵, já dizia Edgar Morin.

¹²⁵ PESSIS-PASTERNAK, Guitta. “Edgar Morin”. In: *Entrevistas do Le Monde: idéias contemporâneas*. São Paulo. Editora Ática, 1989. p. 34.

2.2 – Médicos em (co)missão

A doença se tornou múltipla a partir dos múltiplos olhares que a ela se dirigiram e de cada conjunto de significados e representações em que se inseriu. Uma das variadas nuances assumidas pela doença torna-se perceptível a partir do olhar médico.

Ser médico no Brasil no período imperial era algo caro e sinal de prestígio. O processo, desde a admissão até o dia do recebimento do título de doutor, era longo e dispendioso. Segundo o Dr. Mathias (médico da corte) era necessário “frequentar seis annos de academia, soffrer uma immensidade de exames, e gastar bom par de patacas”¹²⁶. Para o ingresso na faculdade de medicina no Rio de Janeiro ou na Bahia, o candidato tinha a obrigação de possuir conhecimentos em latim, inglês ou francês, filosofia racional e moral, de aritmética e geografia (lembremos que os determinismos sociais e geográficos foram a grande vertente explicativa das patologias médicas no final do século XIX; por isso, essa ligação entre o conhecimento do espaço geográfico era tão importante), e ainda provar boa índole através de carta escrita pelo juiz de paz da freguesia. E sem nos esquecermos da taxa de matrícula, que, no Rio de Janeiro, girava em torno de vinte mil réis, além dos custos de permanência na cidade em que se ingressara e de materiais de estudo.

Havia outros gastos que não podem deixar de ser levados em consideração. O principal deles, a impressão do trabalho final para a obtenção do título de doutor, uma vez que era encargo da faculdade o fornecimento apenas do professor orientador do trabalho, ficando todas as outras despesas aos cofres particulares do postulante.

Após tantos anos de estudos e despesas, mais de trinta médicos olharam atônitos o cólera assolar a província cearense, marchando sem limites geográficos ou sociais, entrando em choupanas e em sobrados. Segundo carta redigida na vila de Maranguape (e publicada no jornal *O Cearense*) durante a epidemia, foram enviados “médicos, enfermeiros, remédios e socorros, porém

¹²⁶ “Que atura um médico”. *Periódico dos pobres*, ano I, n. 63. 14 de setembro de 1860. p. 1-2 Rio de Janeiro. apud OLIVEIRA, Carla Silvino. *Cidade (in)salubre: idéias e práticas médicas em Fortaleza (1838 -1853)*, Pós-Graduação em História Social UFC. 2007. p. 21.

o mal zomba de tudo”.¹²⁷. Tal situação crítica levou os próprios médicos, que no começo demonstravam sabedoria e confiança em seus conhecimentos médicos, a perceberem-se, no momento mais agudo da epidemia, quase impotentes diante do mal. Em carta escrita ao presidente da província, o cirurgião Américo Fabiano afirmou: “O desânimo é geral, e se Deus não tiver compaixão de seus filhos n’esta villa, por certo que ficará deserta.”¹²⁸.

As comissões eram constituídas por médicos que normalmente atendiam em consultórios particulares, mas que por determinado período se filiavam ao poder público para atender à população mais carente em momentos de calamidade. O poder provincial já possuía alguns médicos pertencentes a sua folha de pagamento: os médicos da pobreza, que, como o próprio nome já deixa claro, atendiam sem despesas aos consultados, sendo ressarcidos posteriormente pelo poder público, como podemos ver no caso da Lei provincial número 231 de janeiro de 1841 que trata da contratação de José Lourenço como médico da pobreza.¹²⁹.

Quando das primeiras notícias concretas sobre a chegada do cólera morbo na província cearense, sendo Presidente nesta ocasião o Sr. Antônio Machado, que ordenou uma série de medidas a fim de barrar o avanço da peste. Em seu relatório do mês de maio de 1862¹³⁰, já fica claro o impacto da chegada do cólera morbo na província, doença que produziu medo e requisitou cuidados urgentes, o que é perceptível pela forma como o assunto aparece no relatório: é o primeiro e único tema abordado. Ordens são emitidas a fim de que “parecendo inevitável que o mal se propague até esta Capital, providencie em ordem para que não fossemos por elle apanhados desprevenidos dos necessários recursos para combatê-lo”¹³¹. Em um olhar desavisado, pode-se muito bem acusar o Presidente da Província de abandonar o restante dela, concentrando-se apenas na capital, mas não era sua obrigação cuidar diretamente da condição sanitária de outras vilas.

¹²⁷ Cartas Particulares. *O Cearense*. 22/07/1862.

¹²⁸ Cartas enviadas pelas comissões médicas – Cirurgião Américo Fabiano de Freitas Nobre. 16/06/1862.

¹²⁹ BARROSO, 1863, p. 310 e 311. Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br/unipace/tomo.pdf>>. Acesso em 20/05/2011.

¹³⁰ Relatório do Presidente da Província do Sr. Antônio Machado, 05 de maio de 1862. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2353/000001.html>>. 30/05/2011.

¹³¹ Ibid..

Esse tipo de distinção parece ser praxe (o cuidado maior do Presidente de Província com a capital). Assim como os órgãos de administração do império se incumbem da saúde na corte, o mesmo se observa com relação à capital das províncias, que permanece sob jurisdição do governo provincial. Sendo assim, o que se percebe é que, em momentos de peste, a prática comum é que o governo, quando da ocorrência de epidemias em cidades do interior, é enviar médico(s) e medicamentos.

O que se vê, no que diz respeito às doenças epidêmicas durante o século XIX, são ações pontuais adotadas pelos governos nos mais diversos níveis: municipal (vilas e cidades), provincial e imperial, que são implementadas, normalmente, quando as ameaças epidêmicas já estão instaladas. Via de regra, as medidas preventivas são escassas (até porque o processo de medicalização da sociedade analisado por Foucault ainda estava em seus passos iniciais no Brasil) e geralmente estabelecidas pelas posturas municipais, mas quase nunca implementadas na vida cotidiana. Essa preocupação com a saúde e a mobilização em torno dela só ganham força no final da República Velha. Apenas em 1908, com a fundação do Instituto Oswaldo Cruz, pode-se dizer que algumas medidas preventivas foram inseridas na pauta governamental, mas ainda de forma bastante incipiente. Contudo, políticas públicas efetivas só serão observadas após a Revolução de 1930, já no governo de Getúlio Vargas. Nessa lógica, cremos ser mais correto olharmos para essas medidas como as ações que o Estado ou o poder público provincial empregou no combate à epidemia; comprar medicamentos, contratar e encaminhar médicos, prover o socorro aos pobres são medidas curativas, que visavam solucionar o mal instalado.

Voltando às medidas que constam no relatório apresentado pelo Presidente de Província Sr. Antônio Machado: foram formadas seis comissões para a capital, cada uma com médicos e dietas propícias para a cura. A limpeza de ruas e a higienização das feiras de alimentos foram ordenadas junto à contratação de carregadores para os mortos, além da liberação dos impostos de três praças de comércio a fim de que comprassem materiais para completar a construção de três hospitais para o socorro dos desvalidos, para os quais o presidente já comprara camas e colchões. Ao interior, foi destinada uma comissão médica que ficou sob a supervisão do Dr. José Lourenço. Várias

idades do interior receberam recursos e médicos. Em termos gerais, o poder público utilizou-se dos médicos que já residiam nas vilas de maior porte, como o Dr. Francisco Alves Pontes em Icó, sendo que este, se necessário, tinha carta branca para contratar o auxílio do Dr. Thebergue. Neste primeiro momento os honorários médicos distinguiam-se entre o dos civis, que recebiam diariamente vinte mil réis, e dos médicos militares, trinta mil réis.

Do Dr. José Lourenço, temos uma das mais detalhadas fontes que tratam dos métodos utilizados para combater o cólera e que nos dão uma noção do que compunha o conhecimento dos doutores comissionados. No jornal *O Cearense* de 11 de fevereiro de 1862¹³², ou seja, anterior até mesmo à confirmação da chegada do cólera nas terras cearenses, o Dr. José Lourenço produz um extenso relato de mais de duas páginas. Ele próprio justifica o detalhamento do texto:

Sendo tantos e tão variados os remédios indicados em numerosas publicações sobre este maldito Judeo que de dia em dia se aproxima de nós com seu andar constante e sempre fatal; julgo dever indicar as pessoas que me honrão com sua confiança, os remédios á que devem recorrer logo na invazão de um inimigo tão pertinaz e de rápido curso.¹³³

A carta segue apresentando dados que se referem ao espírito e à força para combater o mal. O Dr. José Lourenço alerta seus leitores da importância do cuidado com a alimentação. Lembremos que o alimento era considerado um auxiliar ou retardador no processo de cura promovido pelos remédios, uma vez que interferiam nos humores do corpo. Mas, no caso do cólera, a indicação de José Lourenço é: “guardando sobre tudo dieta branda, abstinência completa segundo a intensidade que ele for tomando, e as forças do doente.”¹³⁴. Abstinência que é justificada no parágrafo anterior ao citado, no qual expressa: “o estomago intertido na formação do chilo, dificilmente poderá prestar-se na reação do mal.”¹³⁵. Orientações mais específicas sobre a alimentação só são

¹³² *O Cearense*. 11/02/1862.

¹³³ *Ibid.*.

¹³⁴ *Ibid.*.

¹³⁵ *O Cearense*. 11/02/1862.

dadas para os convalescentes, ou seja, para os que já se encontram em fase de recuperação do vigor físico após o desaparecimento da doença:

Na convalescência se limitará as seguintes comidas que só serão tomadas após 2 ou 4 dias depois da resolução do mal. Chá com torradas, canjas de arroz, mingaos de araruta, de gomma com assucar, caldos de frango ou de galinha, passando depois a outras comidas mais sólidas segundo o estado do doente.¹³⁶

O misto de confiança no conhecimento médico e no temor ante à virulência e à velocidade mortífera do cólera pode ser percebido com as exortações à compra de remédios para o estoque, uma vez que “Qualquer demora em applical-os poderá tornar-se fatal em uma infermidade, no geral de feliz resolução quando em tempo e corajosamente combatida.”¹³⁷.

O Dr. José Lourenço segue suas palavras apresentando toda a sintomática da doença e como proceder de acordo com a gravidade e a ordem com que esta aparece. É importante também ressaltar que a receita prévia por ele escrita distinguia cada um dos grupos sociais, especificando a diferença entre as medicações que deviam ser dadas a mulheres, homens, crianças e pretos escravos. A distinção entre o tipo de medicação adotado para um branco e um negro era gritante; enquanto aos primeiros eram dedicados nomes científicos como “sulfatos de magnésia” e “pós de dover”, para os pretos sugeria-se uma mistura de cachaça e limão de hora em hora, ou apenas “fricções de pimenta, vinagre e gengibre quente sobre o espinhaço, pulsos e pernas”¹³⁸. Tais medidas terão efeitos cruéis para este grupo, como veremos mais adiante quando apresentarmos dados acerca da diferença de mortalidade entre os grupos sociais no interior da vila. Pois, se a doença não distinguia suas vítimas por classe social, foi justamente o acesso a tratamentos mais elaborados o responsável pelo diferencial entre os grupos sociais.

Todo o receituário está imerso na lógica humoral, algo que se percebe tanto pelo receituário de dietas que estimulem o equilíbrio dos climas internos

¹³⁶ Ibid..

¹³⁷ Ibid..

¹³⁸ Ibid..

como pelos motivos que o autor apresenta para as infusões e clisteres ministrados, como vemos no excerto: “Uma cinta de flonela impregnada de camphora em pé ou mesmo de alcool canphorado, e constantemente sobre o estomago pode servir de preservativo, conservando o calor sobre esta vicera.”¹³⁹.

E nesta outra:

Sendo indispensável provocar-se a transpiração, faz-se-há uso do chá supradito (chá de flores de tilia e losna pacote Número 6) com pós de Dover (mesmo não existindo diarrehas), fazendo-se também fricções fortes, duradouras e repetidas com uma escova ensopada no hunguento hungaro (frasco número 7) demorando-se por mais tempo sobre o estomago, espinhaço e pernas. Depois cobrir-se-há bem o doente [...] ¹⁴⁰

Ou, por fim, nesta:

Se a algidez, ou frieza manifestar-se, faz-se o seguinte – por baixo dos cobertores e ao lado do doente (a não pode aplicar-se por baixo), colloque-se uma pequena vasilha com brasas, e sobre ellas deita-se um papel de canphora (número 9) e uma porção de caffè moído com milhos, que se deverá ter de cautella, em quanto o doente puder suportar este vapor; fasendo-se logo depois tinturas de álcool canphorado (garrafa número 10), quente por todo o corpo sem descobri-lo. ¹⁴¹

A análise um pouco mais cuidadosa do receituário nos mostra uma tentativa clara de demonstrar ao leitor uma crença na solidez do conhecimento médico no tocante ao cólera. Algo que, como já vimos, se relaciona diretamente com o embate da medicina oficial com práticas de cura populares e leigas. Mas cruzar textos de médicos nos mostra como as afirmativas consideradas perfeitas para uns para outros são tratadas como erro, algo que percebemos na dúvida entre saciar ou não a sede do adoentado, uma vez que

¹³⁹ *O Cearense*. 11/02/1862.

¹⁴⁰ *Ibid.*.

¹⁴¹ *Ibid.*.

o cólera causa uma alta taxa de desidratação tanto pela diarreia, quanto por vômitos e suor.

Em *Violação*, de Rodolfo Teófilo, o noivo – personagem central da narrativa – afirma que, enquanto estava doente, suplicava por líquido a sua amada noiva, que lhe fazia as vezes de enfermeira. Esta só lhe dera uma única gota, que logo se perdera na língua sedenta, já que a noiva seguia a orientação médica que o narrador define como: “estúpida prescrição, um dos preceitos mais recomendados pela medicina daquela época aos doentes de cólera”¹⁴². O Dr. José Lourenço, no entanto, indica a ingestão de líquido, afirmando que: “se o doente experimentar sede, deve-se satisfazê-lo, dando-se-lhe agoa fria, ou gomosa, (um papel de pós de número 8 para um copo d`agoa, repetindo-se outra doze quando a primeira acabar-se) juntando alguns pingos de limão, e 2 e 4 de láudano, se a diarreia continuar.”¹⁴³.

No concernente a bebidas de cunho medicamentoso, além das já apresentadas, Barão de Studart nos fala que:

Na epidemia do cholera no Ceará, a medicação empregada visava, e não podia deixar de ser assim, combater os symptomas á medida que iam apparecendo. Em vários doentes foi experimentado, e sempre com proveito, o succo de limão, verdade confirmada para muitos outros ácidos, em ulterirores estudos de notáveis médicos [...]¹⁴⁴

E continua citando medicações utilizadas sem orientação médica pelos acometidos pelo cólera:

O povo, entre os muitos remédios de sua therapeutica de cascas e hervas, usava as infusões de pimenta malagueta, os cosimentos de ipecacuanha preta e trazia como medicina preventiva enxofre em pó nas meias ou pendente ao pescoço até a região epigástrica um cordão em que estava enfiada uma moeda de cobre que chamava xemxem; alguns traziam-na atada ás coixas.

¹⁴² TEÓFILO, 1986, p. 12-13.

¹⁴³ *O Cearense*. 11/02/1862.

¹⁴⁴ STUDART, 1997, p. 59

Muito posteriormente Burcq, á maneira de Raspail, tão criticado pela Academia de Medicina de Paris, aconselhou placas de cobre sobre o estomago como prophylático do cólera; é o seu tratamento metalo-therápico preventivo. E digam que o povo não tem intuição de medicina.¹⁴⁵

E não apenas no que toca a placas de cobre, existia aproximação entre a medicina oficial e as terapêuticas populares. Afinal, o Dr. José Lourenço também aconselhava o uso da pimenta malagueta, só que através de clisteres e não por infusão.

Também chama a atenção a ipecacuanha, que é uma planta bastante comum no Brasil e que é utilizada para provocar vômitos, o que nos mostra uma aproximação, mas não intencional, entre as práticas medicas alopática e homeopática, uma vez que esta última tinha dois grandes pilares: 1) *Similia Similibus Curantur*, que o semelhante cure o semelhante; e 2) Menores doses, mas mais puras¹⁴⁶. Perceba-se como o primeiro preceito pode ser claramente avistado no uso da ipecacuanha, pois, ao ser indicada para provocar vômitos, poderia também tratar o mal que os estava causando involuntariamente. Outras plantas muito utilizadas para combater o cólera foram: manacá¹⁴⁷, erva de rato e caninana. Todas foram definidas por Thomaz Pompeu como “eméticas e purgantes, empregadas em doses refractárias são todas operientes [...]”¹⁴⁸.

Finalizando a “receita” do Dr. José Lourenço, enumeram-se 12 modalidades de remédios que deveriam ser comprados preventivamente, estando expressa a quantidade de cada uma delas, de forma que se pudesse acudir rapidamente a quem se sentisse molestado pelo cólera.

Voltemos aos Presidentes de Província. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior assumiu o cargo máximo do executivo provincial em 05 de maio de 1862, tendo permanecido até 19 de fevereiro de 1864. José Bento Júnior recebeu a missão de comandar a província cearense no momento mais intenso da doença, quando esta já grassava em praticamente toda a província.

¹⁴⁵ STUART, 1997, p. 59-60.

¹⁴⁶ Usamos como referência: PORTER, 2004, p. 66.

¹⁴⁷ Em nota de rodapé Thomaz Pompeu escreve, sob a orientação do Dr. Castro e Silva: “Manacá – tônico anti-febril, (dr. Castro e Silva), e muito empregada contra a syphilis inveterada e ultimamente contra o cólera-morbus”. BRASIL, 1997, tomo I, p.176.

¹⁴⁸ Ibid., p. 191.

Dele temos dois relatórios que abrangem o período estudado. No segundo, de 1863, temos poucas informações referentes ao cólera; apenas dados inconclusivos que deixam clara a dificuldade enfrentada pelas autoridades públicas em enfrentar a epidemia que, segundo o próprio autor do relatório, “ia e vinha.”. O mais objetivo foi o primeiro, que relata sua experiência de lidar com uma catástrofe de tal magnitude logo em seus primeiros momentos de governo. Datado de 01 de outubro de 1862, esse relatório difere da grande maioria dos que foram produzidos por seus antecessores. O presidente se propõe a fazer um balanço dos últimos 10 anos, fazendo, por isso, um documento bem mais denso. Seus dados sobre gastos por matrizes e freguesias fazem ver como a economia da vila de Maranguape era bastante próspera no período dos 10 anos anteriores à chegada da epidemia, haja vista que seus gastos perdem apenas para a capital da província.

A partir da página 21, o presidente aborda a condição sanitária da província. Narra que, logo ao assumir seu cargo, foi avisado do risco do cólera morbo e que imediatamente buscou agir de acordo com a sua “experiência adquirida em uma crise semelhante.”¹⁴⁹. Não conseguimos identificar onde ele teria adquirido esta experiência. Mas, ao procurarmos dados sobre o passado administrativo de José Bento Júnior, ao lermos o trabalho de Ariosvaldo Diniz sobre a epidemia do cólera na cidade de Recife em 1855, nas notas de rodapé, nos deparamos com o nome do Presidente da Província em exercício: José Bento da Cunha Figueiredo¹⁵⁰. Este era o pai do presidente cearense¹⁵¹.

Já seu filho, a quem nos referimos mais diretamente, por sua presença e atuação na cadeira de Presidente da Província do Ceará durante a epidemia de

¹⁴⁹ FIGUEIREDO JUNIOR, José Bento da Cunha. *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, por ocasião da instalação da mesma Assembléa no dia 1o de outubro de 1862.* San' Luiz, Typ. de B. de Mattos, 1863. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/189/000020.html>>. Acesso em 22/03/2011.

¹⁵⁰ DINIZ, 2003. Na p. 356, a nota de referência leva à p. 383 onde se encontra 2) “Informações que o conselheiro dr. José Bento da Cunha Figueiredo deu ao ministro do império por ocasião de ter sido denunciado de ter autorizado o exercício médico a pessoas não habilitada. Juízo que o exm. Ministro do império fizera de denuncia e de informação”, documentos número 7 e 8, Relatório do Estado Sanitário da Província de Pernambuco, 1857, p. 225.

¹⁵¹ José Bento da Cunha Figueiredo (pai), recebeu o título de Visconde do Bom Conselho e exerceu diversos cargos dentro da estrutura política imperial, tendo sido Presidente de Província de Alagoas, Pernambuco, Minas Gerais e Pará, além de ter exercido a função de deputado geral e senador por Pernambuco, e de ministro dos Negócios do Império.

cólera morbo, não parece ter tido tanta desenvoltura política, uma vez que exerceu uma menor diversidade de cargos e as províncias que presidiu eram de menor expressão. Foram elas, em ordem: Rio Grande do Norte (1860-1861), Ceará (1862-1864), Alagoas (1868) e, por fim, Maranhão (1872), e foi deputado geral por Pernambuco de 1872-1875¹⁵². Diante de tais fatos, cremos que a experiência a que se refere não seja a adquirida no posto de mandatário, uma vez que a presidência do Ceará foi sua segunda experiência no cargo de mandatário provincial. Além de que é possível que José Bento Júnior tenha acompanhado a trajetória de seu pai durante a epidemia de 1856 e, com isso, adquirido experiência.

Retomemos o relatório de José Bento Júnior. Ele comenta que até mesmo os médicos divergiam quanto à existência ou não da moléstia “que então já atacava com força o Icó e Aracaty.”¹⁵³. Explica o presidente José Bento Júnior que a morosidade de ação de muitos médicos se dava pela crença na “benignidade do clima” e por ter o Ceará passado ileso na crise epidêmica de 1855-56. Exploraremos mais atentamente as diferentes percepções do Ceará nos anos anteriores e posteriores à crise epidêmica, uma vez que rompe com a aludida noção de benignidade climática e com a atmosfera de prosperidade financeira. Afinal, segundo José Bento Júnior: “Foi grande o embaraço oposto a crescente prosperidade da Província.”¹⁵⁴.

O presidente pormenoriza sua ação em São João do Príncipe (hoje Tauá), por ter sido o local que primeiro teve de acudir. Destaca a filantropia de particulares, que, por muitas vezes, foi o grande sustentáculo dos grupos menos favorecidos. Não esqueçamos de como as relações de apadrinhamento no século XIX eram pautadas em acordos tácitos nos quais o rico deveria dar o suporte em tempos de dificuldade para os trabalhadores que tanto explorava

¹⁵² Notas sobre os Figueiredo, pai e filho em:

<<http://bit.ly/elAsqP>>;

<<http://bit.ly/fzIFuW>>;

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. “O Relatório Provincial de 1863: um documento, muitas leituras”. Trabalho apresentado pela autora no XXV Simpósio Nacional de História, Simpósio Temático 36: Os Índios na História, de 13/07/2009 a 17/07/2009. Disponível em: <<http://bit.ly/fNRiKI>>.

Todos os acessos em: 27/01/2010.

¹⁵³ FIGUEIREDO JUNIOR, 1863. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/189/000020.html>>. Acesso em: 27/01/2010.

¹⁵⁴ FIGUEIREDO JUNIOR, 1863. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/189/000021.html>>. Acesso em: 27/01/2010.

em circunstâncias normais.¹⁵⁵ Quanto a suas ações, afirma que contratou ao todo, durante a doença, 31 médicos e pediu auxílio aos presidentes de MA, RN, PB, PE e BA. Segundo José Bento Júnior, “o das Alagoas já havia anteriormente declarado que não tinha meio de satisfazer ao reclamo da presidência de Pernambuco em favor desta província”¹⁵⁶; do mais, não diz o resultado de sua súplica.

Ainda sobre suas ações, enviou medicamentos a todas as comarcas que, segundo ele: “a sobra d’esses objetos, como se tem verificado, mostram bem que não foi escassa a distribuição dos recursos.”¹⁵⁷. Continuando seus comentários sobre os víveres, atesta que muitos especuladores tentavam se aproveitar do clima de doença e comoção para lucrar. A. Camus se refere a essa prática em seu livro *A peste* quando narra um diálogo do médico com um homem chamado Cottard que: “referiu que um merceeiro rico de seu bairro acumulava víveres para vendê-los mais caro. Ao ser levado para o hospital, tinha caixas de conserva debaixo da cama.”¹⁵⁸. Enfim, nem só heróis e almas caridosas habitam as cidades empesteadas. Faremos um balanço geral sobre os custos da epidemia no capítulo terceiro.

Nos pontos finais de seu relatório, José Bento Júnior enumerou as vilas acometidas e destacou “as cidades de Icó e Baturité, e principalmente a Villa de Maranguape e a povoação de Pacatuba foram as localidades onde o mal desenvolveu-se de modo mais aterrador.”¹⁵⁹. Lembremos ser Pacatuba parte da freguesia de Nossa Senhora da Penha – Maranguape. Para nossa infelicidade, o presidente provincial pediu permissão para não narrar as cruéis cenas que se sucederam, mas afirma ter encomendado a uma “pena conhecida que nunca recusou seu préstimo aos reclamos do interesse público”¹⁶⁰ a missão de escrever uma história minuciosa do ocorrido – quem é essa pessoa ele não diz. Contudo, temos duas suspeitas para elucidar esta

¹⁵⁵ Sobre o assunto indicamos a leitura de: ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. “Palavras que dominam, palavras que calcinam: a invenção do Nordeste”. Disponível em: <<http://bit.ly/fSB8B2>>. Acesso em: 10/01/2010.

¹⁵⁶ FIGUEIREDO JUNIOR, op. cit..

¹⁵⁷ Ibid..

¹⁵⁸ CAMUS, 1973, p. 114.

¹⁵⁹ FIGUEIREDO JUNIOR, 1863. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/189/000021.html>>. Acesso em 27/01/2010.

¹⁶⁰ Ibid..

questão. Em uma nota de rodapé do livro *Salubridade*, Thomaz Pompeu de Souza Brazil (filho) afirma que:

A narração do texto relativa a peste da cólera-morbus é extraída da obra do Dr. José Pereira do Rego, intitulada Memória histórica das epidemias da febre amarela e cólera-morbus que tem reinado no Brasil – Rio de Janeiro 1873 página 168. O Dr. José Pereira do Rego declara que para organizar sua notícia serviu-se de um importante trabalho manuscrito do Senador Pompeu, existente no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sobre esta peste no Ceará. Este trabalho longo e minucioso a que se refere o presidente José Bento em seu relatório, segundo estou informado, já não existe naquele arquivo.¹⁶¹

Já o Barão de Studart nos apresenta outra possibilidade, não vinculada de forma tão clara ao relatório do presidente José Bento; mas cremos não ser interessante desperdiçar a oportunidade de apresentá-la, uma vez que não temos dados conclusivos. Fala o Barão que:

Sobre a epidemia escreveu um dos médicos para aqui contractados, o Dr. Januário Manoel da Silva, Bahiano, um opúsculo com o título Breves Noções sobre o apparecimento da epidemia de cólera-morbus no Brasil, seus diversos tratamentos, ET, Bahia, Typ. De Antonio Olavo da França Guerra, 1863.¹⁶²

Barão de Studart, citando o relatório do Presidente de Província José Bento da Cunha Figueiredo Jr., afirma que “estiveram em comissão 31 facultativos a convite do governo.”¹⁶³. Número distinto do apresentado por Thomaz Pompeu de Souza Brazil (também conhecido como Senador Pompeu, pai do outro Thomaz Pompeu citado acima), político liberal, proprietário e editor de *O Cearense*, que apresenta a contagem de “36 médicos, cirurgiões e

¹⁶¹ BRAZIL, p. 14.

¹⁶² STUDART, 1997, p. 58.

¹⁶³ Ibid., p. 58.

curandeiros”¹⁶⁴. cremos que a distinção de números se deva justamente pela inserção dessas duas outras artes de cura. Como vimos no tópico anterior, a permissão de curandeiros agirem em Recife durante a epidemia de 1856 produziu um grave desentendimento entre o poder público e a Comissão de Higiene, algo que as fontes que tratam do Ceará em 1862 parecem mostrar que não aconteceu em terras cearenses. A participação maior de curandeiros no Ceará talvez se deva à maior dificuldade em encontrar médicos; e a maior tensão provocada em Pernambuco talvez se deva ao fato de ser a sede de uma faculdade de medicina, fazendo com que a busca pela autoridade médica estivesse muito mais evidente do que no Ceará.

Havia nos jornais constantes críticas aos “charlatães”, mas, como vimos no primeiro tópico deste capítulo, essa categoria é deveras abrangente. A análise das fontes nos permite supor que “charlatão” poderia ser desde um louco, que imaginava ter poderes de cura, a um médico diplomado que não seguisse as normas da Junta Médica. Contudo, não podemos falar que os jornais agiam sempre em uma defesa exacerbada do ofício médico formal, uma vez que, em dados momentos, encontramos a defesa de curadores práticos, como em carta publicada em nome de “O observador”, em que ele fala sobre um “cirurgião sem pergaminho que opera verdadeiros milagres”¹⁶⁵ e pede que o Presidente da Província utilize homens sábios como este. Ainda mais enfáticas para a percepção de que pessoas não diplomadas participaram do serviço de socorros são as palavras do Presidente de Província José Bento Júnior: “Em diversas localidades havia práticos, enfermeiros e outros indivíduos que, para acudir as urgências do serviço sanitário, foram contractados pelas respectivas comissões de socorros á custa do cofre público”¹⁶⁶.

Entre os 31 (ou 36) médicos que foram parte das comissões de saúde pública contratadas pelo governo provincial durante a epidemia de cólera em 1862, pelo menos oito deles exerceram seu ofício em Maranguape. Estes serão vislumbrados, na medida do possível, através de suas cartas enviadas ao Presidente de Província, nas quais tratam de assuntos dos mais diversos, que vão desde uma acusação do recebimento de um aviso ou orientação até

¹⁶⁴ *O Cearense*. 29/07/1862.

¹⁶⁵ *O Cearense*. 22/07/1862.

¹⁶⁶ FIGUEIREDO JUNIOR, 1863. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/189/000021.html>>. Acesso em: 27/01/2010.

representações claras de medo, ou fé, através de cartas quase literárias, nas quais estão presentes figuras de linguagem e citações que nos permitem entrever, em meio às linhas rápidas ou caligrafias seguras, um pouco de cada um desses sujeitos.

2.3 – Dos sujeitos médicos

Não podemos compreender a doença sem termos o conhecimento dos sujeitos que estiveram na vila durante a epidemia. Em especial, olharemos para os agentes de cura porque estes estiveram na linha de frente do combate à peste.

A apresentação dos sujeitos se fará, sempre que possível, pelas palavras dos próprios. A leitura analítica dos documentos nos demonstra a pluralidade de relações que estes sujeitos produziram com a doença, mesmo sendo membros de um mesmo grupo.

A fonte principal desta análise será o conjunto de cartas enviadas pelos médicos que foram contratados para a comissão sanitária que agiu na vila de Maranguape. As cartas da comissão de socorro público tinham vários intuítos: informação, requerimento, denúncia, entre outros. Como objetivamos ver os sujeitos e a doença, não nos prenderemos à cronologia, abordando documentos com uma fluidez temporal, mas primando por uma consistência temática.

O grupo analisado era composto por sete médicos: Pedro Cesar, Giuliano Manoel da Silva, Januário Manoel da Silva, Antônio Manoel de Medeiros, Rufino de Alencar, Marcos Teófilo, Joaquim José de Sousa Sombra¹⁶⁷; um ajudante de medicina, Joaquim Francisco da Costa, médico ainda não formado, mas que recebeu autorização para clinicar; e um cirurgião, Américo Fabiano de Freitas Barreto Nobre. Além de várias autoridades públicas como membros da Casa de Câmara e Cadeia e o delegado da vila.

Contudo, como o próprio título do tópico sugere, a atenção maior será dada aos médicos.

Vamos a eles, olhemos um a um e deixemos que a leitura analítica dos documentos produzidos por estes sujeitos nos mostre um pouco mais sobre o cólera.

O ajudante médico Joaquim Francisco da Costa aparece em seis cartas, mas de sua própria redação são duas, que são temporalmente próximas: 12 e 15 de junho. Na primeira, dá-nos a noção do que é ser médico em uma cidade

¹⁶⁷ Este sujeito em específico possui uma classificação complicada, mas buscaremos clarificar esta questão mais adiante.

empesteada, já que afirma: “São onze horas da noite, e neste momento é que pude vir tomar algum alimento, [...] mesmo a esta hora, sou chamado”¹⁶⁸. Diz que a mortandade parece estar recuando e que está dando continuidade aos tratamentos que foram orientados por Marcos José Teófilo; diz ainda que está se dando bem com o homeopata, o que nos leva novamente a perceber a importância de analisar a divergência entre as explicações médicas, uma vez que este homeopata tem apenas o primeiro nome citado e entre parênteses – Tenório –, e que sequer foi posto no grupo de curadores citados nos documentos, apesar de ter sido de tamanha importância para a saúde da vila que fora impedido de sair dela pelo delegado¹⁶⁹ Joaquim Felício d’Almeida e Castro em oposição à ordem provincial que mandava que o homeopata Tenório se dirigisse a Baturité. Tal ação levou o delegado de polícia e os membros da Casa de Câmara que participavam da comissão de socorros a enviarem cartas ao Presidente de Província explicando a medida desesperada. Segundo o delegado:

Tendo sido acometido pela epidemia reinante um dos médicos aqui commissionados por V. Exc. – o Dr. Marcos José Theófilo – e não podendo prescindirmos de trez médicos nesta Villa, tomei a deliberação de demorar a partida do homeopatha (Tenorio) ate que se reestabeleça o Dr. Marcos, seguindo porém para Baturité o dr. João Raimundo em consequência da determinação de V. Exc. Conto que o meu alvitre [ilegível] a aprovação de V. Exc. attentar as circunstâncias da ocasião.”¹⁷⁰

¹⁶⁸ Cartas enviadas pelas comissões médicas – Joaquim Francisco da Costa. 12/06/1862.

¹⁶⁹ A função dos delegados foi assim definida por Juciello Alexandre: “Para Richard Graham, depois do *chefe de polícia* (a maior autoridade policial de uma província), os delegados e subdelegados eram os assistentes mais importantes de um presidente de província. Entre a alçada dos mesmos estava o poder para “prender suspeitos, emitir ordens de busca, ouvir testemunhas e redigir o processo contra acusados – a única base para o julgamento – assim como julgar alguns casos menores” (GRAHAM, 1997, p. 79). Além do mais, partia deles a nomeação de inspetores de quartelão, o recrutamento compulsório para o Exército e Guarda Nacional, e, não menos importante, a supervisão da votação nas mesas eleitorais e a manutenção da *ordem* em tais situações.”. GRAHAM, 1997. apud. ALEXANDRE, Juciello Ferreira. *Quando o “anjo do extermínio” se aproxima de nós: representações sobre o cólera no semanário cratense O Araripe (1855-1864)*. Orientador: Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2010. p. 169.

¹⁷⁰ Cartas enviadas pelas comissões médicas. Op. cit..

O homeopata Tenório aparece ainda em um segundo documento, e é nessa segunda aparição, em uma carta de Joaquim Felício, que o homeopata ganha ares de mártir – fora o delegado o responsável pela “retenção” de Tenório em Maranguape – para *O Cearense* no dia 22 de julho de 1862, ao falar do período em que a peste começava a declinar:

[...] a athmosphera é menos pesada, e o ar sensivelmente mais puro felizmente, o nosso Tenório, com porte de doente; um arvorado médico, que para cá nos veio, dando pedras ao comer para mitigar as securas.¹⁷¹

Um dado importante para compreendermos esse elogio somado à ação do delegado de reter o homeopata se encontra no fato de o próprio delegado ter caído doente, o que o levou a se licenciar em nome de Franklin Bellota. Diante da enfermidade do delegado titular, reter Tenório pode ser visto como uma garantia de sobrevivência para esse, uma vez que assim ele teria o medicamento que necessitava.

Sobre o outro médico citado na carta, o Dr. João Raimundo, não temos nenhuma outra referência.

Joaquim Francisco da Costa apresenta ainda mais dois dados; o primeiro é o nome de Antonio Sabino, de quem não dá maiores explicações, mas, por afirmar que os medicamentos que está utilizando são deste homem, cremos ser o dono da botica local. A segunda informação dada pelo auxiliar médico é mais melancólica, pois afirma que:

[...] a comissão de socorros n’esta Villa está de todo estinta, já q’ os commissionarios estão quase todos atacados, restando so mesmo o Alferez (ilegível) da Forca e o Delegado Joaquim Franklim Bellota, q’ tem se prestado com toda a actividade q’ é digno de todo ellogio.¹⁷²

O aludido senhor Franklin Bellota é indicado à condecoração imperial por José Bento da Cunha Júnior em um documento em que apresenta as

¹⁷¹ *O Cearense*. 22/07/1862.

¹⁷² Cartas enviadas pelas comissões médicas – Joaquim Francisco da Costa. 12/06/1862.

peessoas que se destacaram no auxílio aos pobres e na manutenção da ordem durante a quadra epidêmica. Este documento foi escrito a pedido do Marquês de Olinda, que, naquele momento, ocupava o cargo de chefe do Conselho de Ministros do Império. José Bento Júnior diz em sua carta que Bellota era alferes do exército e chefe do destacamento local de Maranguape, tendo assumido interinamente o cargo de delegado, e que “Distribuía aos indigentes os socorros do Governo, auxiliava os médicos, e providenciava os enterramentos, mostrando sempre muita firmeza no seu posto”¹⁷³, e termina seus elogios afirmando que “Merece a insígnia do cavaleiro da rosa.”¹⁷⁴.

Mesmo acamado, o delegado licenciado Joaquim Felício foi um grande produtor de documentos no período do cólera, uma vez que ele passou a ser um correspondente do cólera para o jornal *O Cearense* de Thomaz Pompeu, de quem era primo. Em uma das cartas escrita por ele ao jornal, não passa essa mesma visão heróica de Bellota, tendo, no parágrafo em que tratava da calamitosa situação da vila, citado a pessoa do alferes apenas para demonstrar como a povoação estava em uma situação desesperada. Diz que “O Bellota na supplencia da delegacia, sem por o pé na rua porque tem mulher e filhos”¹⁷⁵. Tal citação nos mostra como o medo influenciava na ação (ou na falta dela) de cada pessoa, fosse ela encarregada de um serviço público ou não. A morte constante provocada pelo cólera colocou os sujeitos em uma situação de medo constante, pois como disse Norbert Elias “a morte do outro é uma lembrança de nossa própria morte.”¹⁷⁶

Não podemos concluir quais os motivos que levaram a tamanha disparidade de opiniões sobre Franklin Bellota, mas cremos ser possível que o comentário do delegado licenciado Joaquim Felício seja uma maneira de tentar minorar um sentimento de culpa por estar ele acamado e sendo substituído, à altura, pelo alferes, ou, que esta forma pejorativa de tratar o substituto por parte do delegado titular se dê por que a forma eficiente com que Bellota estava

¹⁷³ VASCONCELOS, Barão de (por ele transcrito) “Um documento official relativo ao Cholera-morbus no Ceará em 1862”. *Revista do IHGC*. n. 358-63, p. 79-99, 10/12/1908. Disponível em: <<http://www.ceara.pro.br/Instituto-site/Rev-apresentacao/RevPorAno/1910/1910-UmdocumentoofficialrelativoaoCholeramorbusnoCearaem1862.pdf>>. Acesso em: 30/05/2011. p. 89.

¹⁷⁴ *Ibid.*, p. 89.

¹⁷⁵ *O Cearense*. 13/07/1862.

¹⁷⁶ ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos, seguido de, Envelhecer e morrer / Tradução Plínio Dentzien*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 16-17.

conduzindo a função, mesmo em um momento de crise pusesse o cargo de Joaquim Felício em risco.

Enquanto Bellota exercia a função de delegado, o titular Joaquim Felício estava acometido da peste e “hospedado” na casa do vigário Pe. Rodovalho. As cartas de Joaquim Felício eram carregadas de figuras de linguagem, comparações com trechos bíblicos e apelo aos sentimentos. A partir da leitura de suas cartas, podemos ter uma aproximação da humanidade das autoridades públicas, muitas vezes silenciada pela frieza dos relatórios e dos dados estatísticos. Em 15 de julho, período mais agudo da doença, uma carta sua foi publicada no jornal, em uma seção intitulada “Carta particular ao jornal” onde diz que “A nossa villa é toda um hospital servido por convalescentes, cobertos de luto.”¹⁷⁷.

E continua na mesma carta:

Eu tenho assistido-a d’esde o princípio, ora como espectador, ora como protagonista e mesmo assim não lhe posso narrar fielmente a lamentável história d’este logar, depois que n’ele se desenvolveu a epidemia: applique-se a Maranguape o que se lê na bíblia sobre a cidade maldita, precindindo dos respectivos modos de destruição, e terá o sombrio quadro que se representa a vista e ao coração.¹⁷⁸

De sua cama ele conseguia sentir as dores da peste, conhecia-lhe por dentro e, assim, podia externalizar a dor em palavras. Além de ter sido um dos ouvintes mais privilegiados da peste. Por estar na casa do vigário e estar sendo tratado pelo filho deste, o Dr. Rufino de Alencar, tinha acesso a relatos constantes sobre a situação da vila, e, diferentemente do médico, ele tinha tempo livre para transformá-los em texto e dar a conhecer a situação calamitosa de Maranguape.

Nos dias que se seguiram no mês de julho, outros relatos apareceram mostrando o recuo da doença em todas as regiões que tinham relatos publicados, mas outra carta do delegado vai direto ao cerne da questão. A epidemia recuava, mas por qual custo?

¹⁷⁷ O Cearense. 15/07/1862.

¹⁷⁸ Ibid..

O bom ar fortalece a todos, está próxima a vitória. Vitória...que triste e luctuosa será Ella! – Dor e viuvez, orphandade, e lucto de 17000 pessoas chorando 2000 mortos.¹⁷⁹

Como podemos ver, a vila estava destituída de boa parte de seus habitantes, o número de mortos era grande, os cadáveres podiam ser entregues às covas, mas a presença do luto permanecia.

O ajudante médico Joaquim Francisco da Costa enviou outra carta ao presidente José Bento da Cunha Júnior, em que nos apresenta um pouco da estrutura médica criada para o combate à epidemia quando afirma que, além da população em geral, teve de cuidar dos soldados, e afirmando que os médicos comissionados deveriam se revezar entre as visitas a casas de particulares e o hospital, sendo que havia também uma enfermaria que estava sob os cuidados do Dr. Rufino de Alencar e do cirurgião Américo Nobre. Este último é citado como tendo permitido o acesso do ajudante Joaquim à botica do governo da qual era diretor.

O cirurgião Américo Fabiano de Freitas Barreto Nobre, além do já citado ofício como diretor da botica da enfermaria e dos atendimentos nesta, é responsável por ter escrito, junto com Joaquim Felício, os textos mais impactantes sobre a epidemia entre os agentes de saúde que atuaram na vila.

Américo Fabiano foi o segundo a enviar mais cartas, tendo escrito cinco, três delas seguidas e concentradas no período de 11 a 16 de julho de 1862. Sua carta de 14 de julho complementa a descrição feita da estrutura sanitária da vila por Joaquim da Costa ao afirmar que, além de em sua clínica própria e no hospital, clinicou em mais duas enfermarias, sendo ambas “do sexo feminino”¹⁸⁰. Também merece destaque o fato de que ele recebeu sob sua tutela dois presos para auxiliar no hospital; um deles logo adoeceu, mas o outro – Joaquim Cândido Carneiro Monteiro – foi elogiado pelo cirurgião como um dos melhores enfermeiros, que estava tomando conta das enfermarias e das

¹⁷⁹ *O Cearense*. 29/07/1862.

¹⁸⁰ *O Cearense*. 14/07/1862.

distribuições de alimentos¹⁸¹. O cirurgião Américo, contudo, não crendo que este resistiria à moléstia, aproveita para pedir ao Presidente de Província que enviasse quatro enfermeiros para o serviço, pediu também 60 travesseiros e vinho do porto que, segundo ele, José Bento Júnior tinha ficado de enviar e não o enviara, fazendo com que sua ausência fosse sentida “até na botica”.

Não podemos saber se como forma de barganha ou por medo real da situação enfrentada, ou se por um estilo literário, Américo termina sua carta deixando um triste aviso para o Presidente de Província, afirmando que: “[...] Se Vossa Excelência abandonar ste povo o numero de victimas se duplicará, e se terá de lamentar muitas existências.”¹⁸².

Mesmo não sabendo se as palavras emocionadas são por causa do envolvimento real do cirurgião ou por estratégia, o importante é que quatro dias depois, mais precisamente 18 de junho de 1862, o cirurgião Américo envia carta agradecendo a remessa de alguns dos utensílios, afirmando que logo que chegaram foram repassados para os necessitados, mas que, mesmo com o que havia sido enviada, a necessidade ainda pedia por mais remessas de medicamentos e dietas. A denúncia da falta de condições de tratamento é uma constante nas cartas do cirurgião; em todas elas há referência à carestia.

Como podemos perceber, meados de julho foi um período grave para a vila de Maranguape. Em carta do dia 11 de julho de 1862, diz o cirurgião:

o número de doentes é fabuloso, tenho observado que muitos tem sucumbido sem terem tomado uma só gotta de remédio, e creio que se reproduzirão d’esses factos, por não ser possível que o dr. Rufino, e eu, socorra a tantos que sofrem, sendo sta villa tão populosa.¹⁸³

Enquanto em muitas cidades a doença estava em declínio, o cirurgião afirmava que a epidemia não cessava de fazer vítimas na vila. Segundo ele,

¹⁸¹ Cartas enviadas pelas comissões médicas – Cirurgião Américo Fabiano Barreto Nobre. 14/07/1862.

¹⁸² Cartas enviadas pelas comissões médicas – Cirurgião Américo Fabiano Barreto Nobre. 14/07/1862.

¹⁸³ Cartas enviadas pelas comissões médicas. 11/07/1862.

em carta do dia 16 de julho, antes do meio dia tinham sido sepultados 22 cadáveres.¹⁸⁴

A situação de trabalho constante é apresentada em dois dados; o primeiro é a súplica por um novo cavalo, uma vez que o cirurgião acreditava que o que possuía logo não teria mais forças para acompanhá-lo, e o segundo é que talvez ele mesmo viesse a cair, pois, apesar de dizer gozar de boa saúde, o trabalho incessante estava lhe deixando pouco tempo para se alimentar.

A precariedade das estruturas físicas com que tinham que conviver e com as quais tinham que lidar dentro da enfermaria fica evidente em outra carta. Nesta, o cirurgião denuncia que “A falta de gêneros alimentícios e de cobertores é grande”¹⁸⁵. O cirurgião Américo Fabiano não nos deixou elementos para pensar no porquê da ausência das cobertas, mas o Dr. Rufino de Alencar, em sua única carta, nos explica um dos motivos ao apresentar as condições em que se encontrava o hospital, “cuja roupa que existe esta já toda suja, e na impossibilidade de ser lavada, visto como não se encontra aqui uma mulher, [...] que queira incumbir-se de um tal serviço.”¹⁸⁶.

O medo das lavadeiras era por demais justificável, pois não se sabia como a doença era transmitida, e, como vimos no tópico anterior, entrar em contato com o doente ou com objetos que foram usadas por este poderia ser um dos caminhos usados pela peste para se locomover. As lavadeiras que viviam em meio aos setores menos favorecidos economicamente da população da vila assistiam diuturnamente à morte horrível de parentes e amigos em meio a evacuações e dores, além do agravante que em alguns momentos a doença agia com tamanha violência que não dava aos acometidos nem tempo para procurar cuidados médicos, como vimos nas palavras do cirurgião Américo Fabiano.

Três outros doutores médicos tiveram passagem pela vila durante a epidemia. Foram eles: Giuliano Manoel da Silva, Januário Manoel da Silva e Antônio Manoel de Medeiros. Destes, temos poucos relatos, já que não estiveram presentes no momento mais grave da doença. Suas poucas cartas

¹⁸⁴ Cartas enviadas pelas comissões médicas. 16/07/1862.

¹⁸⁵ Cartas enviadas pelas comissões médicas – Cirurgião Américo Fabiano Barreto Nobre. 16/07/1862.

¹⁸⁶ Cartas enviadas pelas comissões médicas – Dr. Rufino de Alencar. 08/07/1862.

ao Presidente de Província revelavam que a situação enfrentada, se era menos catastrófica em número de mortos, não diferia muito no que diz respeito às dificuldades no exercício da profissão.

Do doutor Giuliano Manoel da Silva só temos uma única carta, e nem mesmo encontramos referências suas em outros documentos consultados, o que nos leva a supor que ou sua passagem pela província foi muito rápida ou pouco se dedicou ao ofício político que a profissão médica lhe credenciava¹⁸⁷, pois praticamente todos os outros médicos analisados nesta obra tiveram participação política nas disputas provinciais, ou foram amigos próximos de autoridades provinciais. Tendo como base as palavras do próprio doutor em questão, na única carta que escreveu, cremos que ele não tenha permanecido em Maranguape, mas feito apenas “visitas sanitárias”.

O Dr. Giuliano esteve na vila ao final de 1862, auxiliando os acometidos do terceiro e último surto, ocasionado, segundo ele, pelo “regresso de duas pessoas ou famílias q moravam no Barbante.”¹⁸⁸. Lembramos que, ao todo, a epidemia em Maranguape teve três surtos; o primeiro e mais intenso de maio a agosto; um segundo, de outubro a novembro, ocasionado, de acordo com Alfredo Marques, pela abertura do prédio da Casa de Câmara, que havia servido como enfermaria para os empestados no primeiro surto¹⁸⁹; e um terceiro, que terminou já no ano de 1863 e que pode ser visto com uma continuação do segundo, uma vez que a distância entre eles é bem diminuta. Estes dois últimos surtos serão alvo de nossa atenção no capítulo terceiro.

Outro médico que passou pela vila, mas no segundo surto, foi Januário Manoel da Silva que, diferente do Dr. Giuliano, é citado em outros lugares e por outras cartas médicas. Lembremos que já nos referimos a ele neste texto, quando citamos Barão de Studart comentando sobre a tese defendida por Januário na faculdade de medicina da Bahia.

Sua correspondência com o Presidente de Província se concentra nos dias 13 e 29 de setembro. Nestas duas correspondências, suas palavras giram em torno do mesmo mote: cansaço.

¹⁸⁷ Para mais informações sobre a relação entre os médicos e cargos políticos na província cearense nos meados do século XIX, ler: OLIVEIRA, 2007.

¹⁸⁸ Cartas enviadas pelas comissões médicas – Dr. Giuliano Manoel da Silva. 17/12/1862.

¹⁸⁹ MARQUES, 2006. p. 29.

Parece ter tido muito trabalho em seus primeiros dias, pois afirma várias vezes não ter tempo para descansar. Diferente dos médicos do primeiro surto e do delegado Joaquim Felício, Januário refere-se à homeopatia como “maldita”, pois, segundo ele, a média de quatro a cinco mortos diários no período em que esteve na vila se deveu ao fato de os doentes terem lançado mão da homeopatia antes de buscarem o tratamento com ele¹⁹⁰. Segundo Januário, nos dois dias em que estava na vila de Maranguape, contou de quatro a cinco mortos diários. Em sua segunda e última carta, respondendo à ordem de partir para o distrito de Soure (atual Caucaia), afirma que demorara em atender à resolução presidencial por se achar acamado. Isto, em decorrência do:

[...] forte aguaceiro que apanhei no desempenho da comissão aqui, estando este fatigado, e suado pelo insano trabalho naquelles cinco primeiros dias de nossa chegada, á que com ardor empreguei-me, tanto que hoje venho a levantar-me da cama, todavia parto amanhã para desempenhar esta outra comissão ficando destarte cumpridas as respeitáveis ordens de Vossa Excelência.

O último nessa nossa lista de médicos que passaram pela vila em momentos mais amenos do surto epidêmico é o Dr. Antonio Manoel de Medeiros, que, assim como Guiuliano, só aporta na vila nos fins do ano de 1862. Sua carta ao Presidente de Província data de 13 de novembro. Nesta, não são apresentados dados mais específicos sobre a doença; apenas a descrição de que “a epidemia continuou no mesmo estado de declinação que foi scientificado a Vossa Excelencia.”¹⁹¹. Contudo, sua missiva nos expõe outra circunstância que ficou silenciada na grande parte dos documentos: o questionamento à autoridade médica.

O espaço e o tempo analisados nos expõem uma relação entre médicos e população na qual a medicina era vista, se não com desconfiança, pelo menos como apenas mais uma das múltiplas artes de curar. Os médicos ainda não eram o legítimo ofício de cura do poder instituído; esta autoridade estava em construção. Além do mais, mesmo sendo reconhecidos pelo poder público,

¹⁹⁰ Cartas enviadas pelas comissões médicas – Dr. Januário Manoel da Silva. 13/09/1862.

¹⁹¹ Cartas enviadas pelas comissões médicas – Dr. Antônio Manoel de Medeiros. 13/11/1862.

ter a credibilidade dos grupos populares foi outra luta travada pelos médicos e que só deu frutos no século XX. Revela o Dr. Antônio de Medeiros ter muitas dificuldades em fazer com que os proprietários de estabelecimentos abrissem estes para que ele procedesse a desinfecção prescrita pelos ofícios de higiene pública. A polícia ia junto ao doutor tentando fazer valer a ordem médica. A força física era necessária enquanto a medicina não tornava possível a sua autoridade simbólica.¹⁹².

As semelhanças do Dr. Antônio de Medeiros com Giuliano Manoel da Silva se encerram no fato de os dois terem apenas uma correspondência para o Presidente de Província no conjunto documental trabalhado. Diferente disto, o Dr. Antônio não só aparece em outras fontes como é adjetivado como herói. É um dos nomes relacionados por José Bento da Cunha Júnior em sua lista de honrarias enviadas ao Marquês de Olinda. Segundo o Presidente de Província:

Não houve médico na província que o igualasse em actividade e diligencia, sendo para notar o zelo, que mostrou em economisar os dinheiros públicos.

Serviu com energia e actividade admirável nas comarcas do Crato e Jardim [...] Com quanto fosse remunerado de 300\$000rs., é certo que outra recompensa não será demais para os seus serviços.

Depois que voltava (em Outubro) de Crato, Jardim e Milagres foi mandado para o município de Maranguape por occasiao do reaparecimento da epidemia de cholera. E em Dezembro tornando a reaparecer o mal em Maranguape foi ele novamente mandado gratuitamente.

Este médico tem sido empregado em 11 comissões importantes em diversos pontos da província para curar a febre amarela e bexiga.

Já no Pará, em 1855, prestou serviços importantes durante o cholera.¹⁹³

José Bento Júnior termina indicando-o ao oficialato da Rosa¹⁹⁴.

¹⁹² Sobre a autoridade simbólica, ver: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998

¹⁹³ VASCONCELOS, 10/12/1908, p. 95.

A experiência do Dr. Antônio Manoel no combate ao cólera vem de sua estada no Pará no ano de 1855, ou seja, no primeiro e mais violento surto do cólera nas terras brasileiras¹⁹⁵, quando a peste fez numerosas vítimas por todo o país, desde o extremo norte ao extremo sul.

Como dito anteriormente, essa primeira passagem do cólera não atingiu as terras da província cearense, de modo que poucos dos médicos que eram radicados aqui quase não tinham experiências pretéritas com o combate dos sintomas maléficos da moléstia do Ganges.

A fama de herói do Dr. Antônio de Medeiros se deve mais a sua ação na região sul da província¹⁹⁶ do que a sua luta contra o segundo e terceiros surtos da peste em Maranguape, de modo que o documento escrito por José Bento Júnior, que divide a lista de homenageados por vilas, não o põe entre os personagens que atuaram em Maranguape.

Mas não houve nenhum outro médico com passagem mais rápida do que o Dr. Pedro Cesar. Logo no início da epidemia em Maranguape este doutor chegou a vila e logo foi dizimado pela peste, de modo que dele só temos curtas passagens que lembram sua breve permanência na vila empestuada, e todas elas fazem referência direta a sua morte. O *Cearense* de 15 de julho deu a nota sobre seu falecimento assim:

Falecimento – Em Maranguape, sucumbiu a epidemia o jovem médico Dr. Pedro Cesar ultimamente vindo de Pernambuco, engajado. Lamentamos sinceramente essa morte de um digno

¹⁹⁴ Segundo informações do Banco Central do Brasil: “Em 1829, para perpetuar a memória de seu matrimônio com D. Amélia de Leuchtenberg e Eischstaedt, D. Pedro I criou a Imperial Ordem da Rosa. Foi, também, um trabalho realizado por Jean Baptista Debret que, seguindo alguns historiadores, teria se inspirado nos motivos de rosas que ornavam o vestido de D. Amélia em retrato enviado da Europa, ou com o qual teria desembarcado no Rio de Janeiro. Esta Ordem servia para premiar militares e civis, nacionais e estrangeiros, que se distinguiram por sua fidelidade à pessoa do imperador e por serviços prestados ao Estado, [...] De 1829 a 1831, D. Pedro I concedeu apenas 189 insígnias, mas D. Pedro II, em seu extenso período de reinado, chegou a agraciar, com esta ordem, 14.284 cidadãos.” Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?ORDIMPROSA>>. Acesso em 12/05/2010. A ordem possuía seis graus distintos que seguiam a seguinte ordem: 1. Grã-Cruz - com tratamento de Excelência; 2. Grão-Dignitário - tratamento de Senhor; 3. Dignitário - tratamento de Senhor; 4. Comendador; 5. Oficial; e 6. Cavaleiro.

¹⁹⁵ Mais informações em BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Orientador: Sidney Chalhoub. Tese (Doutorado) – Unicamp. Defendida em: 13 de julho de 1999. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000175786>>. Acesso em: 30/05/2011.

¹⁹⁶ Para maiores informações sobre a epidemia de cólera na região do Cariri cearense ler: ALEXANDRE, 2010.

discípulo de Esculápio, que foi vítima de sua dedicação. Deus queira lembrar-se de sua alma e de sua pobre família.¹⁹⁷

E a outra passagem que cremos fazer menção a ele não cita o seu nome, mas cremos sê-lo pela coincidência do acontecimento. Em *Violação*, Rodolfo Teófilo, filho do médico Marcos Teófilo – residente em Maranguape e sobre quem falaremos logo adiante – escreveu que:

Meu pai foi substituído, mas o médico que veio render mal teve tempo de fazer uma única visita aos enfermos: - morreu de cólera fulminante. Este fato acabou de aterrar a população. Todos podiam ser atacados pela epidemia, morrer mesmo, mas o médico, não, pensavam, porque o criam invulnerável.¹⁹⁸

Pedro César, recém saído da academia de medicina de Pernambuco, não resistiu à investida violenta do cólera, sucumbiu; e, junto a ele, a esperança de muitos, pois como disse Rodolfo Teófilo, já não bastasse aos cidadãos da vila ver o médico da pobreza da vila cair doente (Marcos Teófilo), assistir à enfermidade do delegado de polícia Joaquim Felício e rezar pela recuperação do vigário Pe. Rodovalho, que também estava adoentado, a população viu o jovem médico chegar e ser morto. A quem iriam recorrer?

Os outros três médicos de nossa lista são ricos em nuances por terem maior vinculação com os outros vetores de poder que estamos analisando. São eles: o Dr. Marcos José Teófilo, o Dr. Rufino de Alencar e o Dr. Joaquim José de Souza Sombra.

Marcos Teófilo foi o pai Rodolfo Teófilo, farmacêutico e político cearense que teve grande atuação no combate à epidemia de varíola junto às comunidades mais carentes de Fortaleza.

Como já vimos em outros momentos deste texto, Rodolfo Teófilo é o autor do livro *Violação*, no qual narra suas lembranças do período em que, ainda criança, vivia com o pai na vila de Maranguape durante a epidemia de cólera. Tecendo suas reminiscências junto a elementos ficcionais a fim de

¹⁹⁷ *O Cearense*. 15/07/1862.

¹⁹⁸ TEÓFILO, 1986, p. 7.

conceder à obra impacto e um aspecto de romance¹⁹⁹. Nesse livro, Marcos Teófilo pouco aparece, sendo citado apenas como médico zeloso, mas com poucos conhecimentos, o que lhe fizera sucumbir, assim como seus pacientes, à peste, ficando acamado:

Meu pai, falho de conhecimentos sobre a patogenia do cólera, quase nada podia fazer em favor dos pestados. Preso pelo dever à cabeceira dos enfermos, trabalhava dia e noite, e se não lhes dava saúde ao menos lhes restituía as esperanças perdidas, levando-lhes o doce alento da consolação.²⁰⁰

A leitura inicial dos documentos nos apresenta Marcos como um homem cheio de problemas financeiros, residente na vila de Maranguape desde muito antes da epidemia. Exercendo o papel de médico da pobreza na vila, tornou-se símbolo do ganho de poder pelo qual a vila/freguesia passava: uma vez que os médicos eram raros até mesmo na capital, ter um residente na vila era sinal de crescimento econômico, como no caso de Aracaty, para onde foi o médico francês Dr. Thebergue, que lá atendia aos enriquecidos pelo comércio do gado.

As cartas que foram escritas por Marcos ao Presidente de Província nos dão indícios de ser ele um homem com graves problemas financeiros²⁰¹, visto que foi quem mais escreveu ao Presidente de Província, mas, na grande parte das vezes, a doença pouco aparece, ou, se o faz, vem como mote para a intenção mais constante: cobrar os honorários. Marcos não só foi o doutor a enviar maior número de cartas, mas também foi o nome médico mais citado pelos outros correspondentes, o que nos leva a crer que fosse o líder da comissão ou que tivesse grande influência entre os outros membros.

¹⁹⁹ TEÓFILO, 1986. O jornalista Lira Neto fez uma biografia de Rodolfo Teófilo onde debate sobre alguns pontos presentes nessa obra: NETO, Lira. *O poder e a peste: vida e obra de Rodolfo Teófilo*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

²⁰⁰ TEÓFILO, 1986, p. 03.

²⁰¹ A lei 766 de 08 de agosto de 1856, trata do empréstimo de 06 contos de réis da província para o dr. Marcos José Teófilo, tendo que ressarcir a tesouraria do governo no prazo de 06 anos. O que não foi feito. Percebe-se, por esse fato, que claramente o problema financeiro de Marcos é de longa data.

Ele também possui como particularidade o fato de ser o único que se refere a Santo Antônio do Pitaguary²⁰² (atual Maracanaú), território que na época era ocupado majoritariamente por indígenas – apesar de o termo “índio” em momento nenhum aparecer; de lá, relata que se convenceu que seria importante o auxílio do governo também àquele povo de péssimas habitações e que não seguiam os preceitos médicos anteriormente indicados. Lá havia um enfermeiro, com quem deixou orientações, e uma pequena “ambulância”²⁰³ de modo a possibilitar o atendimento inicial.

Contudo, assim como seus colegas de profissão, sobre os quais já discorreremos, reclama da quantidade excessiva de trabalho a que tinha sido submetido. Termina a referida carta pedindo “authorizaçao da thesouraria da fazenda para a colletoria da mesma nesta Villa sobre os meus pagamentos.”²⁰⁴. O médico parece não se conformar com o silêncio. No dia 19, já envia outra carta afirmando: “São hoje 19 do mês, e ainda não existe na colletoria autorização alguma da Thesouraria da fazenda a meu respeito, a vista de q’peço a Vossa Excelencia providencias.”.

Fazemos aqui uma breve digressão para que percebamos o quanto a disciplina histórica é dedutiva e indiciária. A leitura inicial dos documentos passou uma imagem de um Marcos Teófilo cheio de dívidas. Contudo, ao entrarmos em contato com outros documentos que não as cartas escritas pelo próprio, a releitura dos relatos anteriores foram ressignificados, e até mesmo os problemas financeiros de Marcos Teófilo ganham um novo sentido, mais próximo do altruísmo do que da má capacidade de gestão dos recursos pessoais.

O livro *Scenas & Typos*²⁰⁵, também de Rodolfo Teófilo, que coleciona uma série de artigos distintos e de temas variados, nos apresenta caminhos que nos levem a enxergar outro Marcos Teófilo através do texto “Altruísmo”.

A prefaciadora da edição fac-similar desta obra de Rodolfo Teófilo, Ivone Cordeiro, comenta sobre este texto que:

²⁰² Cartas enviadas pelas comissões médicas – Dr. Marcos José Teófilo. 18/06/1862.

²⁰³ O termo “ambulância”, utilizado nos documentos, refere-se a carroças carregadas de itens úteis ao ofício médico: medicações e dietas.

²⁰⁴ Cartas enviadas pelas comissões médicas – Dr. Marcos José Teófilo. 18/06/1862.

²⁰⁵ TEÓFILO, 2009.

A começar pelas reminiscências pessoais de sua linhagem familiar e a saga dos seus pais, que aparecem nos textos *Através do passado* e *Altruísmo*, exaltando-lhes as virtudes e percalços que tiveram que enfrentar ao longo de suas vidas que, embora curtas pela morte prematura que os ceifou, deixou profundas marcas no menino magricela e introspectivo que diz ter sido. No entanto, registra também a permanência destes na memória coletiva, principalmente do seu pai, médico da pobreza, reconhecido e lembrado por aqueles que dele receberam cuidados, como um benfeitor dedicado à luta de curar os males que afligiram as populações do sertão.²⁰⁶

Este texto se passa após o falecimento de Marcos Teófilo, em um período em que Rodolfo, órfão, era criado por seus padrinhos em Fortaleza e tinha que enfrentar longas jornadas de trabalho como caixeiro, chegando ao ponto de afirmar que: “A saúde de um escravo inspira mais cuidado, porque um escravo tinha valor intrínseco, valia dinheiro, e o caixeiro não.”²⁰⁷. O ponto central da narrativa é o Dr. Marcos Teófilo, e é este texto que nos traz alguns elementos enriquecedores sobre o médico da pobreza da vila de Maranguape.

Mesmo mostrando outro lado de Marcos Teófilo, o filho Rodolfo não nos deixa esquecer que realmente houve problema financeiro, o qual não pretendemos negar; apenas repensamos algumas das causas. Afirma Rodolfo que “Eu tinha herdado de meu pae um nome immaculado, mas também uma grande pobreza.”²⁰⁸.

A história do texto narra a ida de Rodolfo Teófilo para a vila de Pacatuba a convite de um velho amigo de seu pai, o senhor Henrique Gonçalves da Justa (agricultor), a fim de descansar e tentar se recuperar de um crise, que ele mesmo define como “um formidável catarrho, que hoje, consoante a moda, seria um influenza ou grippe”²⁰⁹. Segundo Rodolfo, o convite feito pela esposa de Henrique Justa poderia ser explicado nos seguintes termos “O serviço que ella queria me prestar era feito á memória de seu amigo, de seu médico, de

²⁰⁶ BARBOSA, I. C. in: TEÓFILO, 2009, p. 2.

²⁰⁷ Ibid., p. 67.

²⁰⁸ Ibid., p. 68.

²⁰⁹ Ibid., p. 69.

seu protector.”²¹⁰. Durante o penoso percurso feito a lombo de jumento, Rodolfo encontra-se com pessoas que o ajudam, mas, mais ainda, encontra-se com seu pai, através da memória e gratidão que ficaram nas mentes e corações dos assistidos pelo médico Marcos Teófilo.

A primeira experiência aconteceu quando já saía da vila de Fortaleza, na região conhecida como Timbó, hoje parte do município de Maracanaú, na época pertencente à vila de Maranguape. Após longa jornada, Rodolfo, cansado e sedento, pediu rancho e para tal anunciou ser filho de Marcos; contudo, não por saber que isso lhe abriria portas, mas porque, segundo Rodolfo, nada mais tinha como referência. Após algumas horas de repouso, alimento e água, na hora de partir, a hospedeira não lhe aceita os agradecimentos explicando:

Agradeça a seu pae. No tempo do cholera em Maranguape, elle foi o nosso medico. Morreu meu marido e ficamos muito pobres. Elle continuou a ser o medico de nossa casa, a nos dar remédios, e até dinheiro nas nossas precisões. E a mulher calou-se porque soluçava, e eu, commovido, segui minha viagem.²¹¹

Perceba-se que as palavras da velha senhora revelam outro possível motivo para a insistência do Dr. Marcos Teófilo no recebimento de seus honorários. A prática da caridade era (e ainda é) um dos caminhos mais comuns de sobrevivência dos grupos menos favorecidos, ainda mais em um momento de tensão sanitária como é uma epidemia.

A leitura do relato desta senhora nos indica outro Marcos, altruísta e não apenas gastador.

Rodolfo Teófilo narra mais uma situação em que a memória de seu pai foi responsável por lhe trazer ajuda.

Logo que reiniciara seu trajeto, defrontara-se com o atoleiro do Timbó e, lá, tanto ele quanto o animal tiveram receio de atravessar sem orientação de alguém que conhecesse o caminho, o que o levou a esperar na borda.

²¹⁰ Ibid., p. 71.

²¹¹ TEÓFILO, 2009, p. 76, grifo nosso.

O diálogo narrado por Rodolfo deixa tão claro a relação do homem que o auxiliou com a figura de seu pai que preferimos deixar que ele mesmo descreva a cena:

Logo que o tropeiro comigo se enfrentou, pedi que me passasse para o outro lado. Respondeu-me que não podia abandonar o comboio. Supliquei de novo. Muito aborrecido, perguntou-me que eu era e para onde ia. Estas perguntas são infallíveis no nosso povo.

Respondi, como havia respondido, havia pouco, á minha hospedeira.

O cabra, que era idoso e com cara de poucos amigos, mudou de catandura e de pensar.

Fitou-me, mais humano e, segurando nas cambas do freio, saíu puxando o burrico de atoleiro a fora.

Vencido o tremedal, agradeçi-lhe o serviço. Olhou-me friamente com um olhar de réptil e me respondeu: - *A alma de seu doutô seu pae foi quem lhe fez o favô. Elle era bom para a pobreza e me curou de uma pleuriz.*²¹²

Aqui temos um Marcos que conhece a vila e seus habitantes, que esteve presente auxiliando nos momentos de adversidade. Não afirmamos ser um herói, uma boa alma, não lhe sabemos o objetivo, se auxiliava os pobres com finalidades políticas, ou por simples altruísmo, nem esta é nossa função, mas algo é inegável: as pessoas tem uma memória dele carregada de sentidos de positividade.

Encerrando essa digressão, salientemos que não pretendemos fazer uma apologia a pesquisas que crêem que os documentos possuem “a verdade”, ou em ineditismos. Cremos na importância da leitura dos indícios que melhor permitam ao pesquisador se aproximar do elemento estudado. Defendemos as interpretações analíticas, mas apontamos como o árduo exercício de prospecção e interpretação das fontes pode nos levar a leituras distintas, uma vez que praticamos uma disciplina essencialmente indiciária.

²¹² TEÓFILO, 2009, p. 78.

Afinal, como disse Thompson: “Sendo a história rica como é, não se pode jamais esgotar as possibilidades.”²¹³.

Outro dos médicos foi Rufino de Alencar, filho do vigário da freguesia de Maranguape Pe. Pedro Antunes de Alencar Rodovalho, que faleceu vitimado pelo cólera-morbo.²¹⁴. A chegada de Rufino à vila de Maranguape se fez após atuar em Icó ao lado do Dr. Thebergue. Quando a moléstia arrefeceu em Icó, o Dr. Rufino rumou para Maranguape, como diz Álvaro de Alencar: “O Dr. Rufino de Alencar, que tinha seus pais residindo em Maranguape, veio para esta cidade, onde o terrível mal se havia manifestado com a mesma intensidade de Icó.”²¹⁵.

Rufino chegou à vila no momento mais crítico da doença e assumiu a direção do hospital da localidade. A sua contratação para atuar como médico da pobreza na vila se deu devido à renúncia do Dr. Motta²¹⁶, que já estava há um bom tempo residindo em Maranguape mas que não suportou a carga emocional de ter que enfrentar a virulência com que a peste atacava. Consta no jornal *O Cearense* de 24 de junho de 1862: “Consta-nos que o Dr. Motta pedira destrato e fora dispensado, mandando o presidente contratar Dr. Rufino para substituir. O Dr. Rufino prestou relevantes serviços no Icó.”²¹⁷.

O médico acusou a falta de condições para um trabalho digno no hospital, a carência tamanha a ponto de levá-lo a sugerir e executar seu fechamento, segundo o próprio:

Depois de empreendermos todos os esforços possíveis a fim de bem montarmos aqui o hospital dos choléricos, para que podessemos assim prestar por ordem de Vossa Excelência os socorros necessários aos indigentes d’esta Villa, chegamos a

²¹³ THOMPSON, 2001, p. 162.

²¹⁴ *O Cearense* 16/08/1862 diz que antes de falecer o padre Rodovalho perdeu 12 escravos pela peste. Na edição de 19/08/1862, tem-se o convite da missa e enterro do padre feito por seus filhos: “Os doutores Rufino Antunes de Alencar, João Antunes de Alencar e seus manos Tristão Antunes de Alencar, Trajano Antunes de Alencar agradecem a todas as pessoas que acompanharão ao cemitério os restos mortais de seu falecido pai – o vigário de Maranguape; e rogão a todos os seus parentes e amigos o obzéquio de assistirem a missa que mandarão celebrar na Sé, sexta-feira 22 do corrente, as 7 horas da manhã, pelo repouso eterno de sua alma.”

²¹⁵ ALENCAR, Álvaro de. *Revista do Instituto do Ceará*. p. 35-38. 1943. Disponível em: <<http://tiny.cc/xnm2y>>. Acesso em: 03/10/2009.

²¹⁶ Este doutor Motta aparecera no início de 1862 criticando arduamente o Dr. Marcos e afirmando que não havia possibilidade de cólera no Ceará.

²¹⁷ *O Cearense*. 24/06/1862.

convicção de que elle mal montado como se acha, não poderia corresponder a expectativa de Vossa Excelência, e que longe de produzir os effeitos desejados por todos nós, não seria mais do que um alissiadou dos dinheiros públicos.²¹⁸

A essas palavras se seguem afirmações como “não recebermos mais nenhum para que se cessem as dificuldades” e “Não era possível...”, em suma, deixando claro ao presidente que não havia mais condições de se manter o hospital em funcionamento, sugerindo que os doentes fossem tratados em suas casas. A falta de condições do hospital não parece ser exclusividade de Maranguape. Na própria capital, havia aqueles que consideravam o fato de serem enviados para o Lazareto da Jacarecanga um decreto de morte, dados os altíssimos números de óbitos entre os pacientes. Por fim, o Dr. Rufino apresenta noticias nada boas sobre a epidemia, apesar de começar a declinar.

A ligação do Dr. Rufino com a vila de Maranguape, além do fato de ser filho do pároco local, vinha de outras situações de gravidade sanitária como na peste de bexigas (varíola) que assolou a vila em 1859²¹⁹, sendo ele praticamente o único correspondente médico na vila nesta ocasião. Os problemas estruturais parecem se repetir, uma vez que a falta de remédios e de dietas é constante em 1859 e 1862.

O Dr. Rufino é apresentado como um herói em cartas enviadas por moradores da vila para os jornais. Numa delas, vemos o misto de ciência e fé que acompanhava a labuta dos médicos no combate à epidemia.

Foi a Providência quem nos trouxe êste homem na presente quadra fatal.

O Dr. Rufino de Alencar se multiplica, passa receitas, escreve papeletas e diretórios, com rapidez, dirige o hospital e receita em todos os pontos, e mesmo pelos subúrbios da vila.²²⁰

²¹⁸ Cartas enviadas pelas comissões médicas – Dr. Rufino de Alencar. 07/07/1862.

²¹⁹ Cartas enviadas pelas comissões médicas. 1859.

²²⁰ *Pedro II*. 25/06/1862. apud ALENCAR, 1943. Disponível em: <<http://tinyurl.com/2ck7qmf>>. Acesso em: 04/11/2010.

O já citado Joaquim Felício, delegado da vila que adoeceu durante a peste e que foi atendido pelo Dr. Rufino dentro da casa do vigário, também exaltou por diversas vezes a atuação desse médico. Afirma o delegado que:

[...] não posso deixar de falar-lhe do Dr. Rufino de Alencar, médico distinto incansável, a quem os maranguapenses sobescrevem – pela segunda vez – irrefutáveis títulos da mais profunda gratidão. Quando um empregado público eleva-se a altura do sacrifício; quando este empregado é um médico – em taes crises -, só um nome lhes convém, é o de heroe. É o que foi o Dr. Alencar em Maranguape.²²¹

Por fim, mas não menos importante apresentemos o Dr. Joaquim José de Souza Sombra, presidente da câmara de Maranguape desde sua fundação em 1851 até o ano de 1886. Segundo Barão de Studart²²², Sombra teve ligações com o senador José Martiniano de Alencar. Segundo o Barão, Sombra, logo novo, ingressou nas fileiras do exército e em 1840, por ordem do então Presidente de Província Martiniano de Alencar, foi enviado a Sobral para encerrar uma sedição cujo objetivo era destituir Martiniano do poder. Desta campanha, ganhou a amizade do presidente, que, tão logo retornou à capital imperial (onde ocupava cadeira de senador desde 1832), levou-o consigo a fim de assistir às reuniões secretas da “Sociedade dos Invisíveis”. Do Rio de Janeiro, Sombra voltou com o Dr. José Lourenço de Castro Silva para liderar um movimento sedicioso no Cariri contra o governo. Fracassaram. Foi preso e “milagrosamente escapou com seus companheiros da justiça e da morte.”²²³. Recebeu anistia e tornou ao Ceará. Dedicando-se à vida pública, foi eleito intendente da Casa de Câmara de Maranguape e, por duas vezes, foi deputado provincial; segundo ele, só não o foi mais vezes porque “o partido conservador deixou de continuar a suffragar seu nome, sendo, aliás, elle o Chefe no município de Maranguape.”²²⁴. É, no entanto, apresentado como o maior líder local do partido conservador.

²²¹ O Cearense. 22/07/1862.

²²² STUDART, Guilherme. *Diccionario bio-bibliographico cearense*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1980. p. 34 e ss.

²²³ Ibid., p. 35.

²²⁴ Ibid., p. 36.

Neste ponto, temos uma encruzilhada: como este sujeito, que se arriscou à morte ao lado de líderes liberais como o senador Alencar e o Dr. José Lourenço, converteu-se em conservador e, mais ainda, foi considerado o grande nome do partido na vila de Maranguape? Emergem-nos duas hipóteses: a situação perigosa pela qual passou durante o fracasso da sedição no Cariri ou os ares conservadores que grassavam na província desde o soerguimento do partido conservador no gabinete do imperador Pedro II.

Em nenhum momento do texto de Barão de Studart ele é apresentado como médico, mas em quase todas as referências que lhe são feitas consta o título de doutor – o que nos poderia levar a aventar a possibilidade de ser algum título de bacharel; contudo, segundo Alfredo Marques, ao se referir a Joaquim Sombra, no ano de 1852 afirma: “Joaquim José de Sousa Sombra, médico, farmacêutico e conselheiro, ao mesmo tempo, foi nomeado Comissário das Endemias de febre amarela, varíola e cólera-morbus. A sua dedicação tornou-se notável.”²²⁵, além de ter sido indicado pelo Presidente de Província José Bento da Cunha Figueiredo Júnior para uma comenda em documento enviado ao Marquês de Olinda, à época chefe do Gabinete de Ministros do Império, por seus esforços e ações no combate à epidemia.

É bem possível que tenha tido conhecimentos práticos que o credenciaram a tais adjetivos. Lembrando que no Ceará a divisão entre médicos formados e curadores práticos não era tão sedimentada como em províncias mais ricas como Pernambuco e Rio de Janeiro.

Vários sujeitos foram abordados acima, indivíduos que possuem intencionalidades e vinculações: políticas ou religiosas, acadêmicas ou familiares. Analisar este período calamitoso só é possível se percebermos as multiplicidades de sujeitos e possibilidades; afinal, como indagou Brecht: “Quem construiu a Tebas de sete portas?”²²⁶. Não apresentamos proletários, nem aquilo que muitos resolveram definir como popular, não por falta de gosto, ou vontade, e sim por limitação de fontes. E o historiador tem seu ofício limitado pelas possibilidades que o conjunto documental lhe permite.

²²⁵ MARQUES, 2006, p. 27.

²²⁶ Apud GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição* / Tradução: Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Apresentamos sujeitos que se inserem naquilo que podemos chamar de elite local, pois detém tanto o saber científico como recursos financeiros.

Como na estória de Zadig – escrita por Voltaire –, que ao ver as marcas na terra foi capaz de visualizar o animal que o abade procurava, assim, através das cartas médicas e jornais, revistas e livros, procuramos juntar os indícios que nos permitam ver os rastros que esses sujeitos, doutores e leigos, ricos e pobres fizeram dentro da vila empestada buscando sobreviver do modo que lhes fosse possível.

A multiplicidade de sujeitos produziu múltiplas doenças. Já vimos a peste dos doutores, mas ela foi muito mais do que isso. Ela transcendeu os corpos doentes e receituários médicos, tocou no espaço sobrenatural, terreno da religião e da religiosidade.

CAPÍTULO 3: “LIVRAI-NOS DE TODO O MAL”

3.1 – “Valei-me, São Sebastião”

“A peste suprimia em todos o amor e a amizade. Porque o amor exige um pouco de futuro - e já não havia senão instantes.”²²⁷

“[...] de um mal desconhecido, o terror é imenso. O único recurso é o sobrenatural. Reivindica-se a graça do céu e retiram-se de suas tumbas os Santos protetores”²²⁸

O que é o desconhecido? Nada, e ao mesmo tempo tudo. Nada, na medida em que se não se conhece, então não há nada, pois não é palatável, nem mensurável; contudo, esse mesmo ar de misteriosa transcendência permite ser tudo, uma vez que, ao não ser visível, palpável, ou ao menos decodificável, pode ser tudo, pensando de modo maniqueísta, desde o bom ao ruim. O desconhecido e o medo caminham de mãos dadas. O não conhecer provoca várias sensações, uma das mais comuns: o medo, sobretudo em momentos de calamidade sanitária, como no caso que estamos observando. O medo da doença que nunca se vira antes, medo dos sintomas, da dor, da morte.

O medo do desconhecido foi e é por demais comum. O homem, enquanto ser racional, por muitas vezes se posta ante o desconhecido com medo, mas com o intuito de domesticá-lo: para tanto, cria explicações, tornando racional o que lhe é incompreensível.

Sir Evans Pritchard afirma que o primeiro pensamento do homem se voltou para o divino, para o superior, e assim acomodou esse misterioso mundo que lhe circundava. O divino é desconhecido, mas os rituais e normas religiosas compactam a amplitude do divino de forma a fazê-lo próximo,

²²⁷ CAMUS, 1947. p. 85.

²²⁸ DUBY, George. *Ano 1000, ano 2000: na pista dos nossos medos / Tradução: Eugênio Michel da Silva, Maria Regina Lucena Borges-Osório*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998. p. 80.

conhecido, mesmo que invisível, incomensurável e intocável. Não queremos dizer aqui que endossamos as palavras do antropólogo britânico, mas as apresentamos para atestar o fato de que a relação entre o homem e o sobrenatural é por demais antiga, rica em nuances e em possibilidades de estudo.

Ao pensar a epidemia de cólera em Maranguape no ano de 1862, estamos nos propondo a ver uma figura invisível, sem forma nem voz, que carregava almas para junto de si sem nem mesmo um padrão, pois ora de modo súbito e repentino, ora lento, doloroso e torturante, fazia suas vítimas.

A peste não tem cor, nem sabor, não tem sentimentos ou mesmo rosto. Mas houve muitos rostos para o mal, muitos sentimentos que o representaram; ganhava materialidade a cada vítima que fazia, por aqueles que o viam e que o tentavam domesticar ao adjetivá-lo, tentando descrevê-lo através de características humanas. Não mais um algo desconhecido, mas um demônio, um “anjo do extermínio” um “judeo errante”, em suma, um ser com propósito e com lógica. Cabia agora entender a lógica da peste e, ao compreendê-la, barganhar ao máximo pela vida e pela saúde dos poucos que sobreviviam.

Se não se sabia como lidar com a peste, acreditava-se saber lidar com aquele que teria autoridade sobre ela: Deus, de onde provêm todas as coisas, boas ou más, uma vez que, segundo a tradição cristã, até mesmo o mal só poderia se fazer presente ante autorização prévia de Deus, que permitiria as ações pérfidas do mal como uma forma de ensinar os homens a seguir o caminho correto e justo.

O imaginário cristão, mais especificamente católico, é central na percepção da rede de signos e significados em que se inserem os sujeitos que estamos analisando, visto que nossa narrativa se situa em uma região de conquista lusitana, que preservava a tradição religiosa herdada dos períodos de conquista militar e de colonização portuguesa, que fez com que os outros tipos de credo fossem perdendo espaço, sobrevivendo de forma não oficial entre as encruzilhadas, nas horas frias das madrugadas, e até nos próprios cultos oficiais, sem que estes se dessem conta de que incorporavam aquilo contra o qual outrora pregaram. Essa religiosidade cristã católica tinha uma definição clara da peste: qual a sua imagem, qual a sua função e a quem se podia clamar por socorro.

“Os santos anti-pestilentos mais freqüentemente invocados eram são Sebastião e são Roque”²²⁹. A peste fora representada pela tradição cristã em pinturas e textos como uma chuva de flechas que caía do céu. Essa imagem tinha por objetivo deixar dois pontos claros: que a peste era um ato que provinha de Deus e que ninguém lhe estava imune, pois a chuva cai sobre todos.

A representação imagética das flechas que caem sobre a terra se relaciona diretamente ao santo que passou a ser invocado para proteger os empesteados. Como dito acima, São Sebastião foi um dos santos mais invocados durante as epidemias que assolaram a Europa desde os fins da Antiguidade. Nas palavras de Jean Delumeau, a relação entre o santo e as epidemias seguiu o seguinte caminho:

Em suma, se não se fugira a tempo, rico ou pobre, jovem ou velho, estava-se ao alcance da flecha do horrível arqueiro. Imaginada pelos meios eclesiásticos leitores do Apocalipse e sensíveis ao aspecto punitivo das epidemias, a comparação entre o ataque da peste e o das flechas que se abatem de improviso sobre vítimas teve por resultado a promoção de São Sebastião a piedade popular. Atuou aqui uma das leis que domina o universo do magismo, a lei de similaridade: o semelhante afasta o semelhante para suscitar o contrário. Porque são Sebastião morrera crivado de flechas, as pessoas convenceram-se de que ele afastava de seus protegidos as da peste. Desde o século VII, ele foi invocado contra as epidemias. Mas foi depois de 1348 que seu culto ganhou grande impulso. E no universo católico, desde então, até o século XVIII inclusive, quase não houve igreja rural ou urbana sem uma representação de são Sebastião crivado de flechas.²³⁰

A lógica apresentada por Delumeau só possui um único equívoco, que, ao ser percebido, nos dá um elemento que afirma mais intensamente o porquê

²²⁹ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300 – 1800, uma cidade sitiada / Tradução: Maria Lúcia Machado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 218.

²³⁰ *Ibid.*, p.168.

da entronização de São Sebastião como o principal santo especialista no combate às epidemias do que a aludida lei de similaridade.

Para tanto, observemos de forma breve a narrativa da vida de Sebastião apresentada pela Igreja Católica. Sebastião nasceu nas regiões fronteiriças de Milão e viveu sua juventude em Roma, onde se alistou no exército e, em pouco tempo, nos anos de Diocleciano (que ficou conhecido na tradição cristã como um dos mais sanguinários perseguidores de fiéis do início do cristianismo), ingressou na Guarda pretoriana – guarda pessoal do imperador – da qual logo se tornou comandante. O imperador recebeu denúncias de que Sebastião fazia parte da comunidade cristã. Ao ser interpelado pelo imperador sobre tal acusação, haveria confirmado-a e se negado a prestar culto a Diocleciano, como era dever de todos os romanos. Foi condenado a ser amarrado a uma laranjeira e a ter o corpo crivado de flechas, vindo daí a imagem icônica que o representa.

A narrativa apresentada só endossa o argumento de Jean Delumeau; contudo, ao contrário do que disse o historiador francês, São Sebastião sobreviveu ao ataque das flechas que lhe fora imposto pelo imperador Diocleciano.

Sebastião foi dado como morto e abandonado, mas foi encontrado por uma senhora cristã, que o tratou até que recobrasse as forças. Tempos depois, tornou a aparecer diante do imperador Diocleciano com o intuito de convertê-lo ao cristianismo. Contudo, o resultado de sua nova empreitada foi uma nova condenação, agora a uma morte por espancamento em meio ao circo. Ordem que foi levada a cabo pelos seus ex-companheiros de guarda.

Consta ainda que:

Sebastião foi executado então com pauladas e boladas de chumbo, sendo açoitado até a morte, no dia 20 de janeiro de 288.

Os algozes cumpriram a ordem e, para evitar a sua veneração, foi jogado numa fossa, de onde a piedosa cristã Santa Luciana o tirou, para sepultá-lo junto de São Pedro e São Paulo. Posteriormente, em 680, as relíquias foram transportadas solenemente para a Basílica de São Paulo Fora dos Muros,

construída pelo imperador Constantino. Naquela ocasião em Roma a peste vitimava muita gente, mas a terrível epidemia desapareceu na hora daquela transladação. Em outras ocasiões foi constatado o mesmo fato; em 1575 em Milão, e em 1599 em Lisboa, ambas ficando livres da peste pela intercessão do glorioso mártir São Sebastião.

No Brasil, diz a tradição, que no dia da festa do padroeiro, em 1565, ocorreu a batalha final que expulsou os franceses que ocupavam a cidade do Rio de Janeiro, quando São Sebastião foi visto de espada na mão entre os portugueses, mamelucos e índios, lutando contra os invasores franceses calvinistas.²³¹

Enfim, cremos que tanto o fato miraculoso acima narrado, como a sobrevivência de Sebastião ao ataque das flechas – que, na interpretação imagética, passou a ser associado às epidemias – deu elementos para que se fizesse a associação entre a vitória sobre o ataque físico e uma intercessão em favor dos empesteados, o que se contrapõe à ideia exposta por Delumeau, mas que em nada indispõe suas conclusões e análises no concernente às alusões imagéticas e aos devocionários.

Terminemos estas palavras sobre Sebastião deixando claro que não nos cabe aqui julgar se os fatos narrados são verdadeiros ou falsos, se a fé de milhares de pessoas se baseia em uma narrativa inventada para educar cristãos desde o início das comunidades europeias até hoje. Aqui, assemelhamos a nossa posição analítica a de Georges Duby quando afirma, ao ser interrogado por sua frase “os rastros deixados por um sonho não são menos reais do que os de um passo” que, para ele: “A realidade da informação contida nos vestígios de um castelo fortificado é tão grande quanto num poema vindo do imaginário de um homem da mesma época. Portanto procuro interpretá-los da mesma maneira.”²³².

As outras imagens em que se personificava a peste, presentes nas fontes analisadas, também faziam referência direta ao imaginário cristão. “O anjo do extermínio” faz apologia ao livro do Apocalipse, em que são João narra em uma de suas visões a vinda do anjo celeste para punir os pecadores.

²³¹ <<http://www.paulinas.org.br/diafeliz/santo.aspx?Dia=20&Mes=1>>. Acesso em 04/03/2010.

²³² PESSIS-PASTERNAK, 1989, p. 93.

Consta na narrativa apocalíptica que, ao serem rompidos cada um dos sete selos que guardavam as revelações, desgraças ocorriam na Terra, e um desses infortúnios seria a vinda de anjos que trariam a morte por meios diversos. Assim, nos jornais, não uma ou duas vezes vemos a referência à imagem da morte como anjo do extermínio:

O anjo do extermínio paira sobre a importante, e hoje desolada Villa de Maranguape [...]. O presidente tem mandado médicos, enfermeiros, remédios e socorros, porém, o mal zomba de tudo.²³³

Veja-se que o anjo do extermínio é a representação do próprio mal, que serve de símbolo para a peste uma vez que, mesmo diante de todos os esforços humanos, parece ser detentora de uma força sobre-humana, sendo, portanto, de ordem sobrenatural.

Outra imagem alardeada pelos jornais é a do “Judeu errante”. Ora, o judeu durante muito tempo foi utilizado na Europa como o bode expiatório para muitas situações calamitosas, sejam de ordem sanitária, política, econômica ou moral²³⁴. Usava-se como base para todas as outras acusações por eles sofridas a do deicídio²³⁵, ou seja, o assassinato de Deus. Para Jean Delumeau, essa teoria foi formulada por volta do século IV por Tertuliano, Orígenes e por alguns Doutores da Igreja, que afirmavam terem sido os judeus os únicos culpados pela crucifixão de Cristo e que, por isso, teriam se tornado um povo maldito, espontaneamente arredio a Deus e, como consequência desse ato, sofreria mercedamente as constantes punições e expulsões.

Existe, no entanto, uma lenda mais específica sobre o judeu errante, que conta a história de um homem chamado Ahsverus ou Ashuerus, que seria um sapateiro residente em Jerusalém na época de Cristo e que possuía sua oficina em uma das ruas que faziam o caminho dos condenados à crucifixão no monte Gólgota (Calvário). Em uma das muitas versões existentes, conta-se que Cristo teria caído sob o peso da cruz defronte a oficina de Ahsuerus e ele ter-lhe-ia

²³³ *O Cearense*. 08/07/1862.

²³⁴ DELUMEAU, 1989. p. 414-461.

²³⁵ Ressaltamos que tal posição foi refutada pelo papa Bento XVI no livro *Jesus de Nazaré*. RATZINGER, Joseph (papa Bento XVI). *Jesus de Nazaré*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

escarnecido e ordenado que continuasse a caminhar. Como resposta, Cristo o teria amaldiçoado e condenado a vagar pelo mundo sem nunca morrer até o dia do juízo final. A propagação dessa lenda (ou de outra versão, não sabemos) fez com que, assim como a grande maioria dos contos populares, existam várias versões, algumas mais cruéis, outras mais ricas em detalhes, mas todas tendo o mesmo mote: o judeu condenado. Criou-se aí a lenda do “judeu errante”, ou seja, aquele que carrega a maldição junto de si.²³⁶ O III Reich de Hitler utilizou-se da figura do judeu errante em vários de seus cartazes como forma de propagandear e justificar sua doutrina assassina e eugênica contra o povo judeu²³⁷.

A associação entre o judeu errante e a epidemia, feita pelas comunidades cristãs do medievo, bem como a associação que se inseria nas estruturas de sentimento dos sujeitos que lhe citaram nos jornais e cartas, segue a seguinte lógica: assim como do judeu condenado, também não se sabe de onde vem nem para onde vai a peste; não se sabe o nome certo nem quantos males trás consigo, e, por fim, assim como Ashuerus, a doença só terminará de caminhar pelo mundo no dia do Juízo Final.

A moléstia era interpretada como sendo detentora de duas funções: punitiva e disciplinar, ao mesmo tempo em que era o sinal de que os homens haviam encolerizado a Deus, como ocorrera na terra de Israel durante vários períodos em que, segundo o texto bíblico, os homens abandonaram a vontade divina.

Em *Violação*, obra de Rodolfo Teófilo, encontramos várias demonstrações dessa relação ambígua com a peste. A história consta de dois momentos distintos; o primeiro em que narra suas impressões ainda criança sobre a vila de Maranguape empestada; na segunda parte, Rodolfo já é um jovem com vinte e poucos anos que retorna à vila e a encontra refeita dos

²³⁶ Mais em DELUMEAU, 1989, p. 436. Também ressaltamos o uso da imagem do judeu errante feito por Vinicius de Moraes no poema “Judeu errante” se resalta a solidão e a tristeza continua da vida do homem. Disponível em: <<http://blog.sitedepoesias.com.br/poemas/judeu-errante/>>. Acesso em: 10/01/2010.

Há também referências ao do “judeu errante” em CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 2.ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1962.

²³⁷ Imagens do governo nazista utilizando da imagem do judeu errante em fotografias estão disponíveis no site do United States Holocaust Memorial Museum. Disponível em: <http://www.ushmm.org/wlc/ptbr/media_ph.php?ModuleId=10005175&MediaId=525> . Acesso em: 05/06/2011.

horrores da peste. Rodolfo, naquele momento, era um homem das ciências e um tanto quanto cético, inserido numa vila ainda devota de São Sebastião, que, após a peste, fora entronado como co-padroeiro, a quem o médico, mesmo no seu ceticismo, ainda chamava de padrinho. A vila é repleta de rostos familiares, mas que não o reconhecem. A ida de Rodolfo até Maranguape tinha um intuito: ouvir a história de um homem que ele tinha visto aos prantos no consultório de seu pai e cuja história Rodolfo fora proibido de ouvir, pois, segundo o Dr. Marcos, era por demais cruel para os seus ouvidos inocentes. Somente ao tornar-se homem poderia ouvi-la. Tendo o Dr. Marcos morrido precocemente, em virtude do escorbuto, Rodolfo teve de saciar sua curiosidade a partir da própria fonte, o homem que chorava.

Ao encontrar com o rapaz, o sujeito narra-lhe os tristes eventos vividos por ele e seus familiares, em especial por sua noiva. Mas, como estamos tentando compreender a forma como a peste se inseria no imaginário religioso dos habitantes da vila, atentemos para a conversa do homem triste com sua mãe, mais precisamente quando ele conta o porquê de ter ficado na vila:

Fiquei porque minha mãe, que já não tinha marido, e de quem eu era o único filho, não quis sair. Ela, coitada, acreditava, como a maioria dos fanáticos, ser a peste uma manifestação da cólera de Deus, um castigo de nossos crimes e que deveríamos recebê-lo de cabeça baixa e não procurarmos fugir dele.

[...]

Um dia mostrei a minha mãe a padiola cheia de cadáveres de crianças, e ela achando o fato muito natural, me disse que Deus castigava os pais matando os filhos.²³⁸

A fala da mãe segue plenamente a lógica punitiva bíblica. Recordemos que, no livro do Êxodo, narra-se que uma das pragas enviadas por Iahweh para forçar o faraó a libertar o povo de Israel fora o assassinato dos primogênitos. Matar crianças já era prática comum e aceitável para os crédulos, uma vez que os pequenos, segundo a crença, por não terem pecado iriam para o céu. A

²³⁸ TEÓFILO, 1986, p. 11.

punição e o aprendizado ficavam para os pais, pecadores, que, por isso, deveriam entender a consequência de seus atos.

Caminham juntos nas passagens bíblicas “a fome, a espada e a peste”²³⁹ em referência às formas como Deus agia para castigar os desvios de seu povo, pois, se era anunciado no Novo Testamento como um Deus de amor e de perdão, no Velho Testamento Ele se apresenta como justiça, realizada com sangue. A peste também possui um caráter educativo, pois a provação vem como forma de educar até mesmo aqueles que estão fazendo tudo certo, mas que podem melhorar, como foi o caso da narrativa de Jó, na qual se afirma que, mesmo honrado aos olhos de Deus em todas as coisas, o Senhor permitiu que o seu servo fosse acometido por inúmeras intempéries de forma a provar ao diabo que Jó não lhe era solícito apenas por ser abençoado em todas as coisas.

“O senhor disse a Satanás: ‘Pois bem, ele está em teu poder, poupa-lhe apenas a vida’. Satanás retirou-se da presença do Senhor e feriu Jó coma a lepra maligna desde a planta dos pés até o alto da cabeça.”²⁴⁰. A doença chegou a Jó, e, após inúmeras tribulações, ficou a lição dada por Deus, reafirmada no livro do Apocalipse, em que são João escreve que, em sua visão, Deus afirmara que: “Eu repreendo e educo os que eu amo. Esforça-te, pois, e converte-te.”²⁴¹. Em suma, por toda a bíblia encontram-se momentos em que a peste, mesmo não se tornando central na narrativa, aparece com elemento de fundo de horas de fúria e de zelo de Deus por aqueles que seriam seus servos.

Essa tradição de percepção do que é a doença pode ser vista em algumas outras obras literárias que fazem referência à religião e no próprio Catecismo da Igreja Católica (CIC).

²³⁹ Algumas passagens onde se encontra esta relação: Ap. 6, 8: “E vi aparecer um cavalo esverdeado. Seu cavaleiro tinha por nome Morte; e a região dos mortos o seguia. Foi-lhe dado o poder sobre a quarta parte da terra, para matar pela espada, pela fome, pela peste e pelas feras.”. Na referência, explica-se: “Esverdeado: sobre um cavalo esverdeado – cor da decomposição – cavalga a Morte, com doenças contagiosas agrupadas sob o nome de Peste.” *Bíblia Sagrada*. 6. ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 1996. p. 1562. Am. 4, 10.; Ez. 14,21. (e muitas outras passagens de Ezequiel); Jr. 42, 17 (e muitas outras passagens de Jeremias); II Cor. 20, 9.

²⁴⁰ Jo. 2, 6-7. *Bíblia Sagrada*, 1996. p. 614.

²⁴¹ Ap. 3, 19. *Bíblia Sagrada – versão da CNBB*. Disponível em: <<http://www.bibliacatolica.com.br/02/73/3.php#ixzz1I7SR7gGj>>. Acesso em: 30/05/2011. Grifo nosso. Acesso em: 30/05/2011.

No Catecismo católico, percebe-se claramente a dubiedade da doença como algo que provém de Deus e que por isso requer resignação e arrependimento, mas que também é curado por Ele, uma vez que Cristo é apresentado como o médico dos médicos²⁴². A orientação para a cura dos enfermos no Catecismo vem da citação bíblica em que São Tiago, apóstolo, convoca:

Alguém dentre vós está doente? Mande chamar os presbíteros da Igreja, para que orem sobre ele, unguindo-o com o óleo em nome do Senhor. A oração da fé salvará o doente e o Senhor o aliviará; e, se tiver cometido pecados, estes lhe serão perdoados. (Tg. 5,14-15)²⁴³

Nesta mesma passagem, o Catecismo baseia o sacramento da extrema-unção. Lembremos que a Igreja Católica possui sete sacramentos distribuídos ao longo da vida do homem: batismo, confissão, primeira eucaristia, crisma (confirmação), matrimônio e ordenação (teoricamente deve-se escolher um dos dois, sendo o primeiro para aqueles que quiserem constituir família e o segundo para os que quiserem dedicar-se ao ofício sacerdotal) e, por fim, a extrema-unção.

Este último sacramento passou por um processo histórico de transição no que diz respeito à função e à forma de aplicação, já que, desde os tempos bíblicos, como visto na citação, referia-se à cura de doenças, e, já ao ser intitulado extrema-unção, fica clara a carga mortífera que o acompanha, pois passa a ser administrado somente em casos de quase morte, uma preparação para o momento final da vida muito mais do que uma forma de restabelecimento da saúde. Administrar a extrema-unção era uma das funções mais importantes do pároco de uma freguesia. A peste de cólera de 1862 deu espaço para que se passasse a questionar muitas das divisões eclesiais de então, condenando-se o tamanho das freguesias. No caso da de Maranguape, consta em *O Cearense* que esta rivalizava com a de muitos Estados soberanos europeus. A amplitude excessiva da freguesia em um momento calamitoso

²⁴² *Catecismo da Igreja Católica*. São Paulo: Edições Loyola, 1999. p. 413. Parágrafo 1503-1505.

²⁴³ *Ibid.*, p. 414-415. Parágrafo 150.

como foi a peste colérica de 1862 impedia que se cumprissem preceitos como os previstos pelas constituições eclesiásticas, que são citadas por João José Reis:

As Constituições (c. 812/843) obrigavam a participação dos párocos – ou, em seu impedimento, de outros padres – na encomendação, acompanhamento e sepultamento de seus paroquianos. Estes deviam ser assistidos na morte pelo mesmo sacerdote que os havia assistido na vida.²⁴⁴

Além do tamanho das freguesias, outro detalhe que não nos pode passar despercebido na análise das questões que levaram ao impedimento do socorro espiritual por parte dos sacerdotes aos fiéis residentes na vila é o fato de serem eles, os párocos, seres humanos e, como tal, passíveis de dois dos infortúnios comuns à época: o medo e a doença.

Durante o período em que a epidemia fez suas vítimas em Maranguape, três párocos atuaram na freguesia, mas dois merecem atenção especial.

O primeiro deles foi o padre Pedro Antunes de Alencar Rodovalho, que ocupava o cargo de pároco desde a fundação da freguesia em 1849 – apesar de, na verdade, ele já ter sido o pároco da antiga sede da freguesia, em Messejana. O Pe. Rodovalho era um homem com laços políticos, uma vez que não só era da família dos Alencar, mas também já havia exercido o cargo de deputado provincial na primeira legislatura da Assembleia da Província. Rodovalho, assim como seu primo, o nobre senador Martiniano de Alencar, não fora muito atento ao voto de celibato e teve quatro filhos: os doutores Rufino Antunes de Alencar (de quem tratamos no tópico anterior), João Antunes de Alencar e seus irmãos Tristão Antunes de Alencar e Trajano Antunes de Alencar.

Padre Rodovalho acabou tendo pouco espaço em todas as fontes que dizem respeito à epidemia de 1862, pois logo no início da doença se viu acometido pelo mal colérico, chegando a óbito, o que provoca uma onda de temor e de desânimo na população, uma vez que até mesmo o “funcionário” de Deus estava sendo vitimado pela peste.

²⁴⁴ REIS, 1991, p. 142

Desperta-se o medo e este, segundo a lógica médica alardeada pelo Dr. José Lourenço, era um dos maiores perigos para a saúde dos sujeitos que se viam às voltas com uma peste. Sobre isso, orientava:

Apenas ele apareça, deve-se encarar-o com o animo forte, primeira e mais eficaz condição do bom êxito de uma luta prompta e decisiva. A pusilanimidade ocasiona a prostacção do corpo, que sem vigor da alma não pode resistir aos accommetimentos de um tal inimigo.

O temor do contágio tem causado o excesso de mortandade, por ficarem os doentes ao desamparo.²⁴⁵

Como dito anteriormente, *Violação* conta as reminiscências de Rodolfo Teófilo sobre o desânimo da população maranguapense e o medo generalizado a que “Os enfermos foram abandonados, não só na choupana do desvalido, como na casa do abastado.”²⁴⁶. O resultado era que, para os poucos que podiam ainda sustentar-se sobre as pernas, haviam apenas duas soluções: fugir ou ficar e rezar.

A fuga foi uma das saídas não apenas de leigos e cidadãos, mas também autoridades eclesiásticas foram acusadas de fugir, abandonando a população de sua freguesia à própria sorte. Fora o caso de Padre Miguel da Frota, de Icó, e seu coadjutor Padre José Joaquim Pereira de Sousa. A comissão de socorros de Icó afirma que apenas doze dias depois retornou o padre Miguel à vila de Iço, e encontrou mais de cem pessoas atulhadas na Matriz, às quais o padre confessou, cuidou e até conseguiu alimento²⁴⁷.

Mas esse pequeno momento de fraqueza de padre Miguel não parece ter sido o suficiente para manchar sua reputação, visto que seu nome aparece entre aqueles que foram elencados pelo Presidente de Província como dignos de honrarias em documento enviado ao Marquês de Olinda. Consta no documento:

²⁴⁵ *O Cearense*. 11/02/1862. Receita do Dr. José Lourenço.

²⁴⁶ TEÓFILO, 1986, p. 02.

²⁴⁷ *O Cearense*. 22/07/1862.

Padre Miguel Francisco da Frota – vigário collado da parochia do Icó – É sacerdote idoso, de bons costumes, e respeitável por muitos títulos. Prestou grandes serviços na administração dos sacramentos em sua Freguesia dia e noite; e quando passou a tormenta no Icó e rebentou na vila da Telha distante 10 léguas e abandonada do Vigario e Coadjutor, o padre Frota correu voluntariamente a socorrer os habitantes daquela Freguezia, que estavam morrendo sem os recursos espirituaes. A comissão de Telha em officio ao governo e ao Bispo Diocesano tecem elogios ao zelo e dedicação do Vigario Frota. Merece a insígnia de Cavalleiro de Christo eou de Official da Rosa, se já tiver aquella condecoração.²⁴⁸

Não nos cabe aqui julgar o que seja verdadeiro ou falso, mas não podemos deixar de destacar a distância das informações constantes no jornal *O Cearense* e no documento de José Bento Júnior. O que só nos leva a supor que ou há equívocos em um dos dois documentos ou o cabedal político de padre Frota era suficiente para acobertar sua pequena escapada.

Voltemos, contudo, à vila de Maranguape, o alvo central de nossa ação. O documento acima citado, escrito por José Bento Júnior, também cita um sacerdote que atuou na vila de Maranguape. Era ele Padre Galindo Firmo da Silveira Cavalcante, que assume o posto de pároco de Maranguape de forma interina durante o ciclo epidêmico, uma vez que o titular Pe. Rodovalho havia sido vitimado fatalmente pelo cólera.

Padre Galindo possui um papel central na narrativa de Rodolfo Teófilo. O escritor, após mostrar todo o desânimo decorrente do adoecimento de seu pai – médico Marcos Teófilo –, da chegada e da morte fulminante de outro médico e, por fim, da morte do pároco, expressa a alegria da população com a chegada de Galindo.

Não apenas Rodolfo ressalta a alegria da chegada de um sacerdote para assistir os empestados nos serviços religiosos. A comissão de socorros públicos enviou carta ao presidente de província com os seguintes dizeres:

²⁴⁸ VASCONCELOS, 10/12/1908, p. 93.

Esta comissão fica entregue do officio de V. Exc. Datado de 30 de junho findo, no qual nos comunica que V. Exc. Reverendíssima Bispo offereceu para nos auxiliar na nossa árdua tarefa como seu sagrado Mistério, o presado padre Galindo Firmo da Silva Cavalcanti, o qual esperamos aqui com grande praser e alegria, pois temos visto por mais d'uma vez o nome desse prelado publico aplaudido pelos seus serviços prestados a pobres, tanto nessa capital como fora d'ella.

Quero pois V. Exc. participante desta comissão de nos fazer a honra de agradecer a S. Exc. Reverendíssimo Bispo a lembrança que teve de nos auxiliar com tão grande serviço.²⁴⁹

Percebe-se de forma clara que, independentemente da formação acadêmica dos sujeitos, a religiosidade parece ser um fator importante para se conseguir sobreviver às agruras impostas pela epidemia.

A chegada de Galindo deu um novo ânimo a muitos dentro da vila. Segundo Rodolfo Teófilo, ele era um homem incansável e, acima de tudo, um prático. Tomou a frente dos enterramentos, indo ele pessoalmente, junto com outros fiéis que ainda permaneciam com saúde, fazer os enterros, uma vez que os adoentados morriam numa proporção diária grande (dependendo da fonte, afirma-se que se chegou à marca de 60 ou 70 mortos diários), além de, por ser também enfermeiro, tomar medidas que eram comuns em períodos de epidemia, como acender fogueiras nas ruas para desinfetar a atmosfera. Este fato nos demonstra como as teorias humorais estavam presentes nas ações dos sujeitos, não necessariamente dos médicos. A fogueira, aliás, era das imagens da peste, segundo Delumeau: “O sentimento de ser confrontado a um incêndio era talvez reforçado pela freqüente relação entre o verão e a epidemia e pelo habito de acender nas encruzilhadas fogos purificadores.”²⁵⁰. O historiador francês, neste outro momento, trata também do fogo ao falar dos poucos recursos que se tinha para combater as epidemias:

Até o final do século XIX, ignoravam-se as causas da peste que a ciência de outrora atribuía à poluição do ar, ela própria

²⁴⁹ Cartas enviadas pelas comissões médicas. 03/06/1862.

²⁵⁰ DELUMEAU, 1989, p. 162.

ocasionada seja por funestas conjunções astrais, seja por emanações pútridas vindas do solo ou subsolo. Daí as precauções, aos nossos olhos inúteis, quando se aspergia com vinagre cartas e moedas, quando se acendia fogueiras purificadoras nas encruzilhadas de uma cidade contaminada, quando se desinfetavam indivíduos roupas velhas e casas por meio de perfumes violentos e de enxofre, quando se saía para a rua em período de contágio com uma máscara em forma de cabeça de pássaro cujo bico era preenchido com substâncias odoríferas.²⁵¹

O ânimo de padre Galindo parece ter realmente conseguido contagiar a população da vila, visto que ele conseguiu tirar tanto os convalescentes como os poucos sujeitos não vitimados pela doença e os levar para dentro da igreja, para rezar a Deus que lhes livrasse daquela maldição. Segundo Rodolfo:

O padre cheio de abnegação e caridade, porém sem a menor noção de higiene pública em tempo de epidemia, reunia ali (na Matriz) a população para ouvir a palavra de Deus e assim aplacar a cólera do Céu. Bemfazejo era o seu intento, e ele, com a alma ungida do amor do próximo, não tinha consciência do mal que fazia aqueles infelizes, aglomerando-os em não saneado recinto e ainda mais abatendo- lhes o ânimo com aquelas cenas deprimentes.²⁵²

Continua seu relato das impressões de criança sobre os cantares de *Christe Eleyson* e ladainhas feitas como apelo a Deus e seus santos para que amainassem sua cólera. Rodolfo fala que infelizmente sua casa era edificada na mesma praça da matriz, tendo então de ouvir constantemente o som das ladainhas cantadas pelos adoentados, a súplica que Rodolfo dizia que “por si só mais aterradora do que a mais tenebrosa idéia dos castigos do inferno.”²⁵³.

²⁵¹ DELUMEAU, 1989, p. 159, grifo nosso.

²⁵² TEÓFILO, 1986, p. 8.

²⁵³ Súplicas semelhantes também ocorreram em Baturité, segundo o relato de Barão de Studart: “Mas nada tão impressionador como as procissões de penitência: na frente uma grande cruz cingida com uma toalha branca, uma matraca a soar, o padre de alva e estola preta a entoar em voz cavernosa e soturna o *Paenitet* e após a multidão de fiéis, uns com grandes pedras sobre a cabeça, outros com barricas ou pesados madeiros, descalços todos a

E deste som corria, tentando esconder-se, mas era muito próximo. Teve ele que suportá-lo enquanto durou a doença.

Padre Galindo, como dissemos há pouco, é ainda citado no mesmo documento que destaca os dignos de honraria segundo os critérios do presidente de província José Bento Júnior. Listando-o entre os cidadãos fortalezenses, diz o Presidente da Província:

Depois de ter prestado muitos bons serviços nesta cidade tratando dos doentes pobres, offereceu-se voluntariamente para ir a povoação de Pacatuba, um dos logares que a epidemia acommetteu com mais força. Como Padre, e como enfermeiro, prestou os mais importantes serviços gratuitos com toda a dedicação,

De volta e Pacatuba, onde estava o mal quase extinto, eu e o Bispo Diocesano o convidamos para ir ao Municipio de Maranguape onde a morte fazia de 50 a 60 vitimas por dia. Elle correu para alli com a maior abnegação, e prestou relevantíssimos serviços, socorrendo os pobres com gêneros, medicamentos e dinheiro mandados pelo governo, assim como esmolos que obteve.

Ainda alli está esse prestimoniosos sacerdote, exercendo interinamente as funções de Parocho, em consequência da morte do effectivo, e procedendo com o mesmo zelo e caridade durante a epidemia que alli tem reaparecido duas vezes com mau character.

Elle é digno da insígnia de Cavaleiro de Christo.²⁵⁴

percutirem o peito a clamar a misericórdia o a verter o sangue a mercê dos azorragues; as casas de portas e janellas fechadas, ninguem ousando olhar os penitentes porque então sobrecarregaria, a consciência com os peccados delles; ao chegar ao templo, mal allumiado, ao clarão dubio de poucas velas, muitos se atiravam no chão para que a multidão lhes passasse por cima, outros permaneciam immoveis de braços abertos, e a cada canto gemidos e o tilintar das disciplinas a cortarem as carnes sem piedade.” (STUDART, 1997, p. 55-56).

²⁵⁴ VASCONCELOS, 10/12/1908, p. 87.

Sobre a Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo, constam as seguintes informações do Banco Central do Brasil: “Sua origem data do século XIV, como continuidade da Ordem dos Cavaleiros Templários. No entanto, somente a partir do século XV é que o seu grão-mestrado passou ao poder dos reis de Portugal. Foi a organização da Ordem de Cristo que incentivou a navegação e a expansão do Império Português, e os seus vastos recursos custearam as fabulosas despesas desses empreendimentos. Assim, as terras conquistadas tiveram assegurado o domínio espiritual cristão, enquanto seu domínio temporal pertencia ao Rei. O símbolo da Ordem aparecia gravado nas caravelas e nos marcos de posse da nova terra. Essa

A imagem do padre Galindo passada pelo texto de Rodolfo Teófilo em muito faz lembrar a do padre Paneloux do premiado *A peste*, de A. Camus. Nessa narrativa, percebe-se como a doença modifica as relações humanas e entra em um jogo de multiplicidade de significados. Essa obra recebeu reconhecimento internacional por conseguir pôr no papel experiências de vida em meio a uma cidade tomada por uma epidemia (a qual não fica clara durante o texto, mas supomos ser cólera-morbus pela narrativa das evacuações e vômitos, além das afirmativas do processo de degradação dos corpos pela perda de líquido até a proximidade com cadáveres que ainda respiravam). O texto se divide entre os momentos que antecedem a chegada da doença, a chegada e os primeiros mortos, a decisão de trancar a cidade para quarentena e pôr fim, a “vitória”. Dentro dessa divisão, Camus conseguiu brilhantemente retratar as ações e os sentimentos humanos em meio a uma peste tão grave e mortífera. Saliente-se que mesmo tendo um personagem principal, a obra consegue destacar as sensações de vários outros sujeitos, que têm as mais diversas experiências de vida e que, por isso, lidam das formas mais distintas possíveis com a moléstia. Enumeremos, aqui, o médico Tarrou e o padre Paneloux, além de momentos que não muito dificilmente encontramos na pesquisa empírica em muitas situações epidêmicas, como o caso do comerciante que escondia víveres a fim de conseguir maiores lucros, mesmo sabendo que isso mataria outras pessoas, os saques às casas dos recém-padecidos e o discurso inflamado de sacerdotes mais dogmáticos acompanhado de espetáculos públicos de súplicas a Deus e flagelos expiatórios.

É neste último aspecto que percebemos a proximidade entre a imagem construída por Rodolfo Teófilo sobre o padre Galindo e o padre Paneloux de Camus. Os dois são homens convictos de sua fé, e pregam fervorosamente

organicidade era sustentada, inclusive, pelo privilégio, dado aos cavaleiros da Ordem (administradores das terras conquistadas), de receber o dízimo – imposto correspondente à décima parte dos produtos da terra – não só para atender às despesas da Ordem, como também, propagação da fé e do culto cristão.

Com o tempo, a Ordem passou a ter as características que hoje existem, sendo que atualmente, em Portugal, a Ordem de Cristo é utilizada para premiar cidadãos nacionais e estrangeiros que tenham prestado relevantes serviços à pátria e à humanidade.”. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?ORDMILJC>>. Acesso em: 15/05/2010. Esta ordem tem cinco graus: cavaleiro ou dama, oficial, comendador, grande-oficial e grã-cruz.

sobre como a peste se relaciona com o castigo, mas os dois também arregaçam suas batinas para agir em prol do povo, ao lado dos médicos.

Outra figura que aparece como provocadora de medo em meio à cidade empestuada são os carregadores de defuntos. *Violação*, de Rodolfo Teófilo, tem também um espaço importantíssimo reservado a esses homens, pois o título da obra refere-se à nefasta e doente ação de dois destes carregadores que jogam a sorte para ver qual deles teria o direito de possuir primeiro o corpo da noiva do narrador – o homem que chora – enquanto este, que se encontrava na mesma padiola que ela, era tido como morto, mas, na verdade, estava em um estado de letargia, e teve que assistir-lhes o ato imoral sem nada poder fazer.

Não podemos afirmar que tais atos não poderiam ter acontecido, da mesma forma que não poderíamos fazer o contrário, mas uma coisa podemos: é perceber que o modo como eram conduzidos os cadáveres foi apresentado em outras oportunidades como algo a ser visto com atenção pelo poder público:

Causa compaixão, ver a miséria com q' são conduzidos os cadáveres p^a o simitério, todos com a roupa com q' acabão de espirar, sem a menos serem envoltas em um lençol, e neste no as pobres donzellas, q' vão ser expostas as vistas dos coveiros.²⁵⁵

Essas cenas de desleixo com os pudores das recém-finadas donzelas, bem como com o dos transeuntes que tinham que se deparar com tal visão, foi endossado pelo Cirurgião Américo Fabiano, que, um mês depois, denuncia a mesma prática, o que demonstra a sua recorrência. Disse o cirurgião:

É pena ver de o cadáver d'uma donzela exposto as vistas profanas d'almas vis e corrompidas pelo vicio e devassidão d'estes coveiros – ao passo que com uma pobre mortalha se

²⁵⁵ Cartas enviadas pelas comissões médicas – Joaquim Francisco da Costa. 12/06/1862.

evitaria semelhante escândalo que repugna e causa indignação ao gênero humano.²⁵⁶

Para a atividade de carregadores de mortos eram designados, presos condenados a trabalhos forçados perpétuos nas galés, que receberam a possibilidade de escolher entre carregar os corpos marcados pelo beijo gélido da morte e jogar sua sorte com a promessa de que, findados os trabalhos, a liberdade lhes seria dada, ou continuar sua labuta inglória nas galés. Consta, neste mesmo livro, que de doze chegaram à vila de Maranguape e que nenhum retornou.²⁵⁷ A bebida alcoólica era-lhes companheira, entorpecia o corpo e adormecia a mente para tão arriscado ofício, que lidava com a vida e com a morte, melhor dizendo, bem mais com a morte do que com a vida. Assim são descritos por Rodolfo:

E a padiola ia e vinha, rangendo lugubrememente, cantando a tristonha melopéia da morte, e eu a ouvia aterrado porque o seu ruído trazia a idéia dos defuntos.

A figura de um deles, um cabra de bigodes retorcidos e cabelos crespos caídos sobre a testa, me causou tão má impressão que até hoje conservo na minha memória as feições de sua carantonha. Vinham todos eles embriagados. Caminhavam aos tombos, mal equilibrados, e, as passadas em falso, traziam a padiola numa incessante sacudidela, e faziam mais intenso o seu lúgubre e áspero ranger.²⁵⁸

Para além das questões lombrosianas inseridas nas palavras de Teófilo, sobre as quais não iremos nos debruçar no momento, mas cremos ser importante pelo menos pontuá-las, não podemos deixar de ver que estes homens, assim como carregavam ebriamente os mortos, são um símbolo da caminhada da sociedade diante da peste. Arrisca-se tudo à espera da

²⁵⁶ Cartas enviadas pelas comissões médicas – Cirurgião Américo Fabiano Barreto Nobre. 11/07/1862.

²⁵⁷ Também relata este fenômeno o Barão de Studart quando afirma: “o panico produzido em Maranguape pela epidemia tocou a seu auge; muitas pessoas foram sepultadas vivas; o serviço dos enterramentos era feito por presos a quem se havia prometido o perdão das penas, que estavam cumprindo.” (STUDART, 1997, p. 55).

²⁵⁸ TEÓFILO, 1986, p. 6.

sobrevivência, caminha-se porque se tem que caminhar, e os passos são construídos sob a marca de entorpecentes.

Em meados de 1863, a padiola parou de ranger pelas ruas de Maranguape.

Começava um novo mundo, sem muitos queridos. Com o enterro não só de cadáveres, mas de muitas verdades. Era hora de retomar a vida.

3.2 – Uma pausa para as eleições

“As notícias de todos os pontos afetados dão a epidemia como extinta, ou apenas grassando fracamente em alguns pontos mais remotos .”²⁵⁹

“Rendamos mil graças a divina providencia que nos poupou. Mas também agradecemos aos que se deve ao governo”²⁶⁰

Essas afirmações estão registradas entre o final de agosto e o início de setembro de 1862, período em que a epidemia começava a cessar seu furor mortífero, que levava a falsa esperança de que se findaria antes da chegada de 1863, o que se mostrou falso. O cólera-morbo adentrara no Ceará no mês de março de 1862, primeiramente na cidade de Icó, mais precisamente na localidade de Souza²⁶¹ e, após dois meses, começou a fazer vítimas fatais em Maranguape. De maio ao final de agosto, foram quatro meses difíceis. Cantava-se a vitória sobre a peste, e era necessário começar a reorganizar a vida. Sem muitos que antes caminhavam lado-a-lado, que trabalhavam diuturnamente. Era hora de recomeçar.

Aos finais de agosto, contavam-se em torno de 1.960 mortos. Famílias de prestígio econômico e político perderam membros, dois ou três por casa. Contudo, o grosso das vítimas eram os mais pobres. Mesmo sabendo que o vibrião colérico não faz distinção entre pessoas de acordo com sua renda, este foi um fator limítrofe entre a vida e morte. Em uma epidemia em que o atendimento deveria ser feito de forma emergencial, utilizando-se medicamentos que, se possível, segundo a orientação dos médicos deveriam ser mantidos estocados, a fim de dar um pronto-socorro ao aparecimento do menor dos sintomas, como ficavam aqueles que pouco ou nada tinham? A quem apenas a caridade, o poder público e a fé poderiam socorrer?

Em comentários embasados nas cartas enviadas pelo delegado licenciado da vila, Joaquim Felício, datadas dos finais de julho, narrando a

²⁵⁹ O Cearense. 26/08/1862.

²⁶⁰ O Cearense. 02/09/1862.

²⁶¹ O Cearense. 08/04/1862.

situação desta, *O Cearense* nos dá elementos para ver a disparidade na mortandade de acordo com o grupo social.

Consta-nos que os socorros que o governo para alli tem fornecido não andam por menos de 40 contos! E há quem diga que o governo abandonou aquela infeliz villa! Curvemo-nos aos decretos da Providencia; mas nem blasfememos e nem sejamos injustos com o governo. O Dr. Rufino é médico distinto, e dedicado, veio do Icó pelo amor da família só para cuidar dos seos. Lá esteve com sua família, empregou os esforços que humanamente podia fazer, e todavia em sua casa morrerão 14 pessoas, inclusive irmão, sobrinhos e escravos. Isto prova que não é por falta de remédios, e outros socorros, que se morre, mas por que o mal zomba muitas vezes de tudo.²⁶²

A casa do vigário Pe. Rodovalho tornara-se um misto de clínica médica e funerária. Além do próprio pároco que estava acamado, motivo este pelo qual o Dr. Rufino aceitou o contrato de médico da pobreza na comissão sanitária de Maranguape, o delegado internara-se lá. Assim como em muitas outras casas, das quais não podemos conhecer o interior pela ausência de fontes, na casa paroquial o médico passava de quarto em quarto cuidando dos adoentados, receitando-lhes fricções e chás. Contudo, na mesma casa, as senzalas estavam cheias de escravos evacuando ininterruptamente, recebendo pouca ou nenhuma assistência. Gastar-se-ia os caros remédios com os escravos ao invés de com os senhores da casa?

Como vimos, na casa do Pe. Rodovalho morreram 14 pessoas, mas apenas dois eram da “casa grande” e o restante era composto por escravos. 12 ao todo, em uma única casa. Não se tem em Maranguape nenhum relato de uma revolta dos escravos como aconteceu em Pernambuco na epidemia de cólera em 1855, mas nem por isso podemos dizer que estes foram mais bem cuidados nas terras cearenses do que no Recife.

²⁶² *O Cearense*. 22/07/1862. Grifos nossos.

Do dia 22 de agosto, temos o relato de que outro morador da cidade dera seu último suspiro, mas sem antes ter que assistir à tortura de perder grande parte da sua casa, mais precisamente cinco filhos.

No dia 19 o nosso estimável, e infeliz amigo Manoel Francisco de Paula Barros, morador de Maranguape, depois de todas as torturas morais, vendo morrer sucessivamente cinco filhos da epidemia, sucumbiu à tamanha dor com a morte da quinta filha, quando ele mesmo já se achava em convalescência. Uma lágrima de saudade sobre as cinzas de um pai infeliz. Deus queira dar-lhe descanso, resignação e conforto ao resto de sua dizimada família.²⁶³

Vê-se aqui que, mesmo sendo alguém de prestígio, uma vez que nem todos os cidadãos eram alvos da atenção da mídia política da época, Manuel de Paula Barros tem sua casa dizimada pela peste, pois, além do próprio progenitor, mais quatro filhos homens sucumbem, sendo seguidos pela filha, o que, segundo o autor da matéria, foi o golpe final, pois, com o desgosto provocado pela morte da jovem, Manuel de Paula Barros teria desistido de lutar contra a doença, o que os médicos acreditavam ter sido fatal, uma vez que, com vimos no capítulo anterior, o papel da coragem e da fé era considerado fundamental pelos médicos na luta entre o enfermo e a peste.

Sournia e Ruffie nos apresentam uma percepção semelhante acerca da disparidade social entre os vitimados pelo cólera na cidade de Paris. Eles apresentam dados de pesquisas feitas logo após a epidemia que demonstram uma aproximação entre o mal colérico e a pobreza. A diferença entre o índice de mortos de áreas nobres para áreas menos abastadas era gritante. Enquanto bairros nobres tinham em média 8% de mortos, os outros bairros contavam com ululantes 53%, o que levou os historiadores a concluírem que, com esses dados, “verificou-se com exactidão que a gravidade do contágio estava directamente ligada ao meio social, ao nível dos salários e à higiene da habitação”²⁶⁴.

²⁶³ Falecimento. *O Cearense*. 22/07/1862.

²⁶⁴ SOURNIA, Jean-Charles & RUFFIE, Jacques. *As epidemias na história do homem / Tradução: Joel Góes*. Lisboa: Edições 70, 1986. p.122.

Para nós, dois fatores são palpáveis na construção dessa diferença entre ricos e pobres. O primeiro diz respeito à condição de salubridade do ambiente em que vivia cada um. Enquanto os bairros mais ricos eram mais favorecidos por serviços públicos, além de casas mais amplas que permitiam certo nível de isolamento do doente, criando uma espécie de quarentena, os bairros mais pobres eram atulhados de pessoas que muitas vezes tinham que partilhar um único cômodo; sendo assim, a doença tinha como se espalhar de forma mais rápida, vitimando todos os residentes. Não esqueçamos que durante muito tempo a teoria miasmática via nas grandes aglomerações um fator de risco, muito do que pode ter sido desenvolvido pela interpretação desta relação que acabamos de apresentar. Era o que se tinha no horizonte de explicações, percepção esta que posteriormente mostrou-se apenas parcialmente justificável, pois a aglomeração propicia o contágio e não o surgimento do mal²⁶⁵.

Para nós, outro fator foi fundamental na disparidade entre o índice de mortos de um grupo para o outro: o dinheiro. Como já assinalamos acima, ter uma ambulância (o conjunto de remédios listados para combater a enfermidade) ou alimentos próprios para a dieta prescrita pelos médicos era caro, mas, com o decorrer da epidemia, a tendência foi de subida dos preços. Medicamentos simples eram comercializados a preços de iguarias importadas. Para se ter uma idéia, no dia 19 de agosto de 1862 acusa-se o governo de comprar um purgante R\$2.000, sendo o preço real R\$800 e podendo ser substituído por purgante de sal de 80 réis²⁶⁶.

A ganância serviu de parâmetro para muitos comerciantes que, na hora da necessidade, aproveitam-se do desespero, da necessidade popular e da pouca fiscalização do poder público (uma vez que este também era refém dos preços, pois tinha necessidade de adquirir os medicamentos) para subir seus preços de modo a lucrar o máximo possível, retirando de seu horizonte qualquer noção de humanidade ou caridade.

É perceptível como o receio público em admitir a presença da epidemia em determinado local relaciona-se diretamente com a certeza de que os preços

²⁶⁵ Jucieldo Alexandre faz um bom debate a partir de uma leitura de outros autores sobre como muitas vezes as teorias médicas se aproximavam e a relação destas com o controle social. Vide ALEXANDRE, 2010, p. 28-29.

²⁶⁶ *O Cearense*. 19/08/1862.

dos produtos, por mais comuns que eles sejam, teriam uma ascensão vertiginosa. Como foi o caso da Bahia durante a epidemia de 1855, João José Reis afirma que a confirmação da doença levou a um aumento excessivo no preço dos alimentos causado pela recusa dos donos de fazenda do interior em ir até as cidades adoentadas comercializar seus produtos²⁶⁷.

Como vimos, o próprio governo provincial foi vítima de tais especuladores, fossem eles formados em faculdades de medicina ou donos de boticas. Pululam os relatos de como superfaturaram valores de modo a tornarem a hora difícil um momento de regozijo financeiro. Um desses relatos podemos ver a seguir. O mote central dele parece ser a veiculação de críticas ao presidente da província, mas, acima de tudo, aqueles que tentam tirar partido do momento calamitoso para aumentarem o volume de seus cofres.

O senhor presidente depois, ou porque se convencesse da necessidade ou porque visse que não podia resistir as reclamações, e temesse immensa responsabilidade moral, que lhe caberia desse modo de proceder, tomou e tem tomado todas as medidas, que humanamente pôde fazê-lo.

Diremos mais, teria caído no excesso oposto; e esse excesso é filho da primeira falta.

Se há alguma coisa a censurar a administração hoje é a facilidade, com que tem aceitado contrato de médicos e curandeiros por quantias fabulosas para acudir aos pontos invadidos, esse excesso porém é desculpável hoje, visto como a administração acha-se quase coagida entre as pretenções as mais exageradas, e os clamores da população acometida.

Se o Dr. Figueiredo tivesse seguido a marcha do seu antecessor, teria acudido mais a tempo as localidades, e poupado mais despesas ao tesouro: porque o vice-presidente havia mandado contratar por todas as pontas da província os médicos por uma quantia não excedente a 20\$000, no caso da invasão do cólera e mandava com antecipação ambulâncias.²⁶⁸

²⁶⁷ REIS, 1991, p. 338, grifos nossos.

²⁶⁸ O Cearense. 17/06/1862.

Vê-se nesta citação como as críticas à administração do presidente José Bento Jr. eram feitas de forma a demonstrar que este não era o real culpado. A principal culpa colocada sobre os ombros do mandatário provincial é a de ter interrompido o ciclo de contratos adotados pelo seu antecessor, e, com isso, ao retomá-los, ter encontrado médicos dispostos a ganhar muito mais dinheiro. Enquanto as contratações de Antônio Machado, giravam em torno de vinte mil réis diários, o jornal afirma que nos novos contratos feitos por José Bento Júnior, o médico recebe entre quarenta e cinquenta mil réis e o curandeiro vinte e cinco mil réis ao dia. Tal excesso de honorários levou o editor d'*O Cearense* a sugerir (em outro momento – abril de 1863 – em que a epidemia já estava quase controlada)²⁶⁹ que José Bento Júnior se preocupasse em conseguir os remédios, mas que deixasse a sua administração aos cuidados de “curiosos” que sempre se prestavam a ajudar o poder público.

Perceba-se como em todos os momentos em que a crítica é dirigida ao presidente ela vem antecedida ou procedida de termos de escusas para se justificar os gastos do presidente da província, sempre se dando a entender que a culpa é da circunstância calamitosa em que se encontravam e dos médicos que passaram a cobrar taxas maiores.

Em uma província assolada pelo cólera em todas as fronteiras, ser médico era um caminho aberto para excelentes honorários.

A urgência do governo provincial na contratação de médicos e compra de medicamentos era enorme, tanto por uma questão sanitária como porque o cólera possuía um fator simbólico que o tornava singularmente assustador para a população: destruía o corpo. Não era uma doença simplesmente interna. As evacuações e vômitos deixavam marcas no olfato e mais ainda na visão; pouco a pouco se assistia ao definhamento do corpo, que, após curto período, tornava-se uma caricatura cadavérica daquilo que um dia havia sido o corpo do adoentado. Tal questão foi analisada por Juciêdo Alexandre a partir do texto de Susan Sontag nos seguintes termos:

[...] o temor socialmente construído em torno de uma doença não corresponde somente ao caráter fatal da mesma. As moléstias mais temidas seriam as que atingem fortemente a

²⁶⁹ *O Cearense*. 24/04/1863.

aparência física das pessoas, transformando o corpo em algo repulsivo. Nestes termos, quanto maior for o caráter *desumanizador* de uma enfermidade, maior será a chance de ser apresentada como *peste*, metáfora para a visão mais pessimista de uma epidemia. O cólera foi uma das doenças elevadas a tal categoria metafórica:

[...] embora matasse menos pessoas do que a varíola, na Europa ocidental do século XIX, era mais temida, porque surgia subitamente e seus sintomas eram degradantes: diarréia e vômitos incontroláveis, provocando o espetáculo horrível da decomposição do corpo. Em algumas horas, a desidratação radical encolhia o paciente e o transformava numa caricatura enrugada de si próprio; a pele ficava azulada (até hoje, em francês, um medo paralisante é *une peur bleue*); o corpo esfriava; a morte ocorria no mesmo dia ou pouco depois.²⁷⁰

A ilustração a seguir, retirada do site da Biblioteca Nacional de História da Medicina dos EUA, nos permite vislumbrar a representação do corpo acometido pelo mal colérico:



Esboço de uma menina que morreu de cólera, em Sunderland, em novembro de 1831 / artista desconhecido Disponível em: <<http://www.nlm.nih.gov/exhibition/cholera/images/a012673.jpg>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2011.

²⁷⁰ SONTAG, Susan. *Doença como metáfora: AIDS e suas metáforas / Tradução: Rubens Figueiredo / Paulo Henriques Brito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 108. apud ALEXANDRE, 2001, p. 19.

A imagem demonstra justamente a deterioração do corpo da vítima diante da ação morféctica do cólera. Os doentes jogados em camas imundas, pois nem sempre se conseguia quem servisse ao papel de enfermeiro, ou até mesmo quem se prestasse a lavar os panos das camas²⁷¹. Assim a doença atacou e modificou a rotina da vila, dia após dia, morte após morte.

E assim pereceram até o fim de agosto de 1862 quase duas mil pessoas, apenas na vila de Maranguape.

Contudo, iniciamos este tópico falando justamente da alegria propagada nos jornais pelo anúncio feito pelos médicos de que a doença se fora, silenciosamente, assim como chegou.

Em uma semana, causava estragos de dezenas de mortos, e na seguinte, mais nenhum. Começava o lento processo de reconstrução da vida. Com o cemitério cheio, as casas mais vazias. Mas era um recomeço.

Durante duas semanas, *O Cearense* pouco falou da doença. Mesmo ainda tentando contabilizar os gastos, e o número total de vítimas, mesmo sem dados oficiais, avalia que a quantidade destas tenha sido algo em torno de 10 mil, e, no que diz respeito às despesas, “segundo o honrado inspector da thesouraria geral”, não ficaram aquém de 250 contos²⁷². A peste pouco aparecia ou, se isso acontecia nos textos do jornal, era como mote para novos debates como gastos públicos e necessidade de reordenação das freguesias. Outros problemas parecem tomar a atenção dos redatores e leitores do jornal – talvez como uma forma de exorcismo, resolveram seguir adiante. Ainda mais quando uma notícia estrondosa chegou do Rio de Janeiro: no dia 06 de agosto de 1862, morreu o senador Miguel Fernandes Vieira.

Em meio às confusões políticas sobre “heróis” e “vilões” que permeavam a troca de farpas entre o partido conservador e o liberal, agora se tinha no horizonte uma vaga vitalícia no senado do império. A doença que ficasse em seu lugar, esquecida junto com o luto de mortalhas e missas de sétimo dia. A eleição urgia, era hora de articulações.

A doença não provocou uma mudança na direção política da vila de Maranguape, mesmo com todos os problemas enfrentados, os conservadores permaneceram à frente da política na vila, e muitas águas ainda rolariam até

²⁷¹ Cartas enviadas pelas comissões médicas – Dr. Rufino de Alencar. 08/07/1862.

²⁷² *O Cearense*. 26/08/1862.

que perdessem espaço em Maranguape, mas a forma como a doença foi veiculada e as articulações que os partidos tentaram constituir nos dão o mote para vermos como a doença, foi interpretada distintamente pelos dois grupos políticos. Vale ressaltar também que, mesmo sendo capitaneada pelo partido conservador, na vila de Maranguape, os conservadores não se furtavam de fazer valer seus votos de amizade, compadrio e aliança com pessoas de outra facção política. Tenhamos em vista que, em muitas das vezes, os adeptos de um ou outro partido não o escolhiam por convicção ideológica; existem diversos fatores que devem ser analisados. Contudo, para não nos alongarmos em demasia nesta questão, basta-nos lembrar da assertiva de Holanda Cavalcanti²⁷³ (político pernambucano do segundo império) analisada por Sérgio Buarque de Holanda, que afirmou:

"Nada há mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder": o dito celebre de Holanda Cavalcanti reflete a verdade, de todos sabida, acerca da semelhança fundamental entre os dois grandes partidos do tempo da monarquia. Efetivamente quase nada os distinguiu, salvo os rótulos, que tinham apenas o valor de bandeiras de combate.²⁷⁴

Enquanto, no Crato, o partido saquarema atacava o presidente da província, os liberais, principalmente de Fortaleza, faziam a corte para atrair a atenção e os cuidados do mandatário provincial.

Todas as edições do jornal *O Cearense* que se seguem até a data do resultado das eleições passam a ter como grande tema central a exaltação dos candidatos do partido e as críticas aos adversários.

Nosso olhar para a imprensa e para a veiculação dos dados referentes à peste não pode ser feito de forma inocente. É necessário perceber as intencionalidades que se inserem no modo como a informação era passada, e até quais assuntos eram abordados. Jucieldo Alexandre teve como fonte principal de sua dissertação o jornal *O Araripe*, o corresponde liberal do Cariri.

²⁷³ <http://www.fazenda.gov.br/portugues/institucional/ministros/dom_pedro1012.asp>. Acesso em 20/05/2011.

²⁷⁴ HOLANDA, 2008. p. 182.

Sobre o uso deste tipo de fonte para a compreensão dos usos políticos das matérias expostas, ele afirma que:

Dar ou não publicidade a um assunto passa por motivações identitárias, sociais e políticas, implícitas aos sujeitos históricos por trás por cada órgão de imprensa. Discorrendo sobre os temas saúde e doença nos jornais fortalezenses do século XIX, Francisco Carlos Jacinto Barbosa também apontou para como a veiculação dos mesmos esteve sempre vinculada aos princípios partidários e ao contexto vivenciado por seus autores em uma dada ocasião.²⁷⁵

Como nos dizem os historiadores citados, é possível compreendermos as notícias acerca da peste dentro de um contexto, e este tendia a atender a interesses de grupos políticos. Ainda mais em um momento como o que estamos analisando, no qual uma vaga para o senado vitalício estava em aberta.

Teoricamente o presidente de província deveria ser neutro em relação aos partidos políticos para que pudesse ser um braço do monarca na dada localidade. Contudo, podemos ver as constantes investidas do partido liberal em conseguir do mandatário provincial os favores e benefícios oriundos de uma aproximação. Não percamos de vista que as eleições tinham o intuito de preencher uma lista tríplice que seria levada ao monarca, que dela escolheria o indicado ao cargo em disputa. Sendo assim, cremos que o presidente da província era um personagem que influía nesta escolha, pois era ele o funcionário do governo mais próximo dos candidatos, podendo assim dar uma contribuição ao julgamento do imperador.

Também ressaltamos que a aproximação entre liberais e José Bento Júnior aconteceu antes das eleições se aproximarem.

Vejamos como no dia 02 de setembro se retrata um “balanço” sobre o cólera na província no periódico liberal:

²⁷⁵ ALEXANDRE, 2001, p. 176.

O cholera

A epidemia felizmente passou; restam apenas casos isolados em lugares diversos que forão affectados.

Rendamos mil graças a divina providência que nos poupou.

Mas também agradecemos ao que se deve ao governo.

[...]

Se infelizmente, em algum lugar, médico ou ambulância chegou tarde, não foi por culpa do administrador, que nem a principio teve médicos bastantes, nem estava em seo poder fazer transportar n'um momento a desenas de légoas todos os socorros, mas assim mesmo não haverá talvez um lugar, que seriamente se possa queixar de faltas de medicamentos ou médicos.

Acabamos de receber do Crato de pessoas mais importantes dos dois lados políticos protestos particulares e públicos contra as acusações feitas pelo Pedro II com relação aquella commarca.

E o Sr. Dr. Sotto, juiz de direito, o Sr. Dr. Nascimento e o Sr. João Brígido, que protestam em testemunho da verdade e da justiça.

Não há muito publicamos cousa igual do Exc. Sr. Cônego Pinto (de Quixeramobim) de vários cidadãos de Baturité, e do periódico Aracaty.

Esse testemunho importante de todas as partes, e todas as cores políticas compensa bem as apaixonadas acusações dictadas pelo disposto.²⁷⁶

Deixa-se claro que a província passou por dificuldades. Ressalta-se a ação de Deus como o principal responsável pela extinção da epidemia; contudo, o grande centro da narração é a defesa do Presidente da Província. Admite-se que houve demoras em alguns socorros, que no início eles não foram suficientes – o que é inegável, haja vista os textos escritos no próprio jornal. Entretanto, os elogios se somam. Percebe-se também uma atenção a elogios vindos do Crato, pois era de lá que vinham as maiores críticas, as quais versavam justamente sobre a escassez de medicamentos e descaso do poder

²⁷⁶ O Cearense. 02/09/1862.

público com aquela região da província. Outro dado importante dessa citação é a afirmação de que os dois lados políticos estavam uníssomos no agradecimento ao mandatário provincial.

Assim, passo a passo a eleição toma o centro das atenções do jornal que tem na pessoa de seu editor – Thomaz Pompeu – o protótipo de candidato ideal para representar a província. Uma transcrição do jornal *Aracaty* tece a Pompeu os seguintes elogios:

Nossa província é fértil em talentos e ilustrações, conta no número de seus filhos muitos cavalheiros distintos que a podem digna e vantajosamente representar no senado. Entre estes orgulhamo-nos em proferir o nome do Ilm. Sr. Dr. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, apresentado-o aos senhores eleitores como um dos mais dignos de ser honrado com os seus significativos sufrágios; e nutrimos a bem fundada esperança, de que este distinto cearense será acceito como um dos trez cidadãos que devem ser apresentados a escolha do monarca²⁷⁷

Esses elogios dão a tônica da ação do jornal durante o escrutínio, pois sempre de forma elogiosa a todos os que colocaram seus nomes em votação²⁷⁸, não deixa de ressaltar as qualidades de Pompeu. Com a morte do até então líder do partido liberal cearense Miguel Fernandes Vieira, parece que Pompeu logo despontou como seu sucessor, de autoridade partidária e de cargo político.

Enquanto isso, os conservadores não deixaram de levantar críticas ao presidente, acusando-o de ter sido relapso e de não ter auxiliado a província. Na vila de Maranguape também se produziram cartas rumo aos jornais criticando José Bento Júnior, e, mesmo não tendo tido acesso a nenhuma delas, sabemos que existiram, pois quando foi criticar as cartas mandadas por

²⁷⁷ *O Cearense*. 02/09/1862.

²⁷⁸ No dia 09/09/1862, *O Cearense* apresenta uma lista com todos os candidatos. “Candidatos a Senadoria – O Ceará não soffre míngua de pessoas distintas que espirão a honra de uma eleição senatorial. Os candidatos apresentados pela imprensa e por cartas, de que temos notícia são os seguintes: Desembargador Figueira, Desembargador Graça, Dr. Raimundo, Dr. Manoel, Dr. Fernandes, Dr. Jaguaribe, Dr. Domingos, Dr. Franco, Dr. Tristão, Dr. Aleoforado, Dr. Gonçalo Batista, Dr. Hipolyto, Padre Pinto, Padre Carlos, Padre Pompeo, Conselheiro Piragibe. É pena que espaço seja tão estreito.”

políticos do Crato contra o presidente, *O Cearense* fala que “suponho que foi fornicada na mesma safra em que são feitas aquellas de Maranguape”²⁷⁹. O que não é de se estranhar, uma vez que o partido conservador era o principal na vila de Maranguape.

Ao mesmo tempo em que os políticos liberais cearenses demonstravam adesão à campanha de Thomaz Pompeu, uma carta assinada por membros da cúpula liberal nas pessoas do Barão de Moritiba, Visconde de Itaboray, Visconde do Uruguay, Euzébio de Queiroz C. M. Câmara e M. F. de Sousa Mello, no Rio de Janeiro pareciam ter outros planos para a vaga do senado. Indicaram: o desembargador José Martiniano Figueira de Mello, o Dr. Raymundo Ferreira de Araújo e o Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe²⁸⁰.

O apelo destes distintos membros liberais não surtiu efeito. O período de campanha correu e, ao fim, a lista tríplice foi divulgada no dia 27 de fevereiro de 1863. Assim foi noticiado o resultado a da eleição:

A eleição de um senador

O corpo eleitoral da província chamado as urnas para a eleição de três cidadãos que devem ser apresentados a escolha do monarca, para prehencher a vaga de um senador por esta província, acaba de satisfazer este preceito no dia 8 corrente.

O processo eleitoral correu regularmente, sem o menor incidente, que nos conste.

Seis eram os candidatos, cinco do lado conservador, e um do lado liberal, mas todos cearenses.

O candidato liberal dispunha de menos elementos, pois só contava com um terço do corpo eleitoral; mas era único, e seus amigos no interesse de apoiar sua candidatura aceitavam transação com qualquer outro, com tanto, que lhe augmentassem os votos: além disso teve o concurso desinteressado, e generosos de muitos conservadores distinctos n`esta capital, Baturité, Russas, Maranguape, Sobral & que apoiaram francamente sua candidatura.

²⁷⁹ *O Cearense*. 02/09/1862.

²⁸⁰ *O Cearense*. 09/09/1862.

O resultado da eleição foi um brilhante triunfo para este candidato, o Dr. Pompeu, que a 14 annos tem sido julgado impossível as urnas eleitoraes de sua província.

Ele assim o considera, e cheio do mais sincero reconhecimento agradece á todos os eleitores que o honraram com sua confiança, e notadamente aquelles de seus amigos, que tanto interesse, e verdadeira dedicação dedicaram por sua causa.

Aceitem pois os senhores eleitores o protesto de sua profunda gratidão.

Thomaz P. de S. Brasil.²⁸¹

A lista tríplice estava montada com o Desembargador Figueira, o Padre Pompeu e o Dr. Jaguaribe, mas o maior vitorioso deste processo foi o político liberal Thomaz Pompeu, uma vez que o partido conservador era grande detentor de força na província cearense, bem com em todo o império. Por fim, em 1864, o monarca Pedro II escolheu o liberal Thomaz Pompeu para o cargo de senador²⁸².

A participação do presidente da província durante o processo eleitoral foi alvo da atenção dos dois lados políticos. No dia 04 de abril, o Diário do Rio de Janeiro, ao exaltar a vitoria de Thomaz Pompeu, afirmou que “O Sr. Dr. Pompeu teve de lutar na sua candidatura contra a influencia do presidente da província, que sustentava abertamente a candidatura do Sr. desembargador Figueira de Mello e contra o chefe de polícia que advogava a do Sr. Dr. Jaguaribe.”²⁸³.

O que de pronto foi respondido pelo candidato citado, o Dr. Jaguaribe, que escreveu ao Jornal do Comércio, correspondente conservador no Rio de Janeiro, dizendo:

Senhores editores do Jornal do Comércio – Deixo ao seu correspondente no Ceará o doce engano e declarar que eu obtive do digno presidente da minha província o Sr. Dr. Figueiredo Júnior *todos os favores que os homens influentes*

²⁸¹ O Cearense. 27/02/1863. Grifos nossos.

²⁸² Disponível no site do Senado Federal do Brasil: <<http://bit.ly/mrIRLE>>. Acesso em 20/05/2011.

²⁸³ O Cearense. 04/04/1863.

*ou não influentes do partido conservador não tinham podido obter por intermédios dos seus procuradores naturais na capital, quando desse senhor nada consegui senão a continuação de sua honrosa e velha amizade para comigo [...] Deixo também ao mesmo correspondente o prazer de assoalhar, que o Sr. Padre Pompeu exerce ascendência sobre a administração (provincial), [...]*²⁸⁴

O Desembargador Jerônimo Mariano Figueira de Mello (conservador) não deixa de demonstrar sua insatisfação com a atuação presidencial, que, ao que se podia acreditar, devido à proximidade que tinha com o citado desembargador, ocuparia um lugar importante de apoio a sua candidatura, o que não veio a acontecer, tendo sido José Bento Júnior um entusiasta da campanha de Thomaz Pompeu. E esta escolha pessoal de Bento Júnior foi tão clara que chegou a ser alvo de debates na assembleia imperial no Rio de Janeiro. Juciêdo Alexandre, ao tratar das disputas políticas no Ceará nos dá elementos para pensar esta relação entre liberais e José Bento Júnior ao falar de uma campanha contrária a este levada a cabo por políticos conservadores. Diz ele que:

Por traz de toda essa história estava uma campanha do Partido Conservador cearense para derrubar José Bento da Cunha, que era conhecido por sua ligação com o Partido liberal. Essa vinculação de José Bento com os liberais foi assunto, até mesmo, de um debate no Rio de Janeiro em 1864, na Câmara dos Deputados, durante a apreciação dos resultados de uma eleição realizada no Ceará. Segundo as palavras do deputado pernambucano Saldanha Marinho, ouvia-se constantemente que “o Sr. Bento da Cunha Figueiredo Júnior protegeu aos liberais e hostilizou aos conservadores” durante o dito pleito - *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Camara dos Srs. deputados. Primeiro anno da duodecima legislatura, sessão de 1864.

²⁸⁴ O Cearense. 17/04/1863.

Tomo I. Rio de Janeiro. Typographia Imperial Constitucional de J. C. Villeneuve. Rua do Ouvidor, 1864, p. 255.²⁸⁵

A dita eleição é a de Thomaz Pompeu para a vaga do Senado, e ninguém melhor para elevar estas críticas do que um pernambucano que era conterrâneo de Bento Júnior.

Permeando todo essa história, como plano de fundo e demonstrativo da aproximação entre o presidente da província cearense Bento Júnior e o liberal Thomaz Pompeu, estava o cólera. Não necessariamente a doença, mas a forma como ela foi abordada pelos jornais. A doença não foi única. Ganhava contornos distintos de acordo com o grupo que a retratava e os interesses que estes tinham. O cólera foi, em determinado momento, um instrumento político.

Entretanto, mesmo tendo sido utilizada politicamente, a doença nada tinha com a política, não escolhia partidos ou aliados e mesmo enquanto as eleições estavam ocorrendo apareceu mais uma vez. Havia mais vidas a ceifar. A epidemia voltava outra vez.

²⁸⁵ ALEXANDRE, 2001, p. 178.

3.3 – O último suspiro

“A morte é um problema dos vivos.”²⁸⁶

Durante o período em que se acreditou que o cólera havia cessado sua incursão pelo território cearense, várias questões se apresentaram como urgentes para os debates feitos nas câmaras, nos átrios e nas casas.

Alvo de questionamentos desde o início do ano de 1862, o tamanho da freguesia de Maranguape foi novamente ponto de debates quando da epidemia de cólera uma vez que o seu tamanho excessivo impossibilitou o atendimento aos moribundos por parte do vigário, bem como de seus sucessores, o interino Padre Galindo e o pároco Padre Guerra. Lembremos que a orientação oficial era pra que o pároco acompanhasse seus fiéis durante a passagem destes para a outra vida.

O que se viu durante a peste foi justamente o oposto às orientações das Constituições. Os sacerdotes não conseguiam de modo algum dar aos empesteados o acompanhamento ritual durante a passagem entre a vida e a morte. Vários doentes faleceram sem a devida assistência, arriscando, assim, dentro da concepção religiosa da época, o destino de suas almas.

Aproveitando-se do mote da doença, os liberais levantam mais uma vez a bandeira da melhor distribuição do território eclesiástico. Logo que se acreditaram livres da peste, trataram de apresentar as críticas. Devido à decaída no número de mortos, cria-se que ao final de agosto a peste cessaria. Um longo artigo do dia 26 de agosto de 1862, intitulado “Devizão eclesiástica”²⁸⁷, tratou dessa questão. Nele se apontam dados relativos à extensão territorial da freguesia, assim como um balanço acerca do número de fiéis existentes no termo paroquial.

O contemporâneo Sol me fez echo de uma necessidade palpitante com relação a estensa freguesia de Maranguape. É ocasião muito oportuna para dar á essa freguesia uma circunscrição mais rasoável, conforme as prescrições canônicas, e compatível as forças de um parocho.

²⁸⁶ ELIAS, 2001. p. 10.

²⁸⁷ *O Cearense*. 20/08/1863.

Esta freguesia absorveo parte da antiga de Mecejana, da capital, do Arronche, e de Soure, compreendendo as duas ricas e povoadas serras de Maranguape, e Aratanha, e os povoados de Tabatinga, Tucunduba, Pitaguary, Jubaia, Guaiuba, Pavuna, além das grandes povoações de Pacatuba, e Mecejana e estende-se por mais de 13 légoas de lesta a noroeste d'esde o riacho Tamantanduba a fazenda Cruz na estrada de Canindé, e por mais de 8 de norte a sul d'esde a Crassunga á Palmeira, com uma superfície aproximada de 80 légoas quadradas.

Não é certo lá grande extensão em comparação a freguesia da Capital, maior não só que todos os bispados da Europa, como até, que muitos estados soberanos; porém attendo-se accidentalidade do terreno cortado por duas importantes serras e de fortes ribeiros, a sua crescida população, e núcleos diversos, torna-se de maior necessidade sua divisão, pelo menos em duas do melhor modo, que for compatível a cudir a necessidade de seus habitantes.

A população da freguesia era em 1860 de 19.832 almas, sendo

	Homens	Mulheres	Total
Livres	8161	8028	17389
Escravos	1505	938	2443
	9666	9866	19832

Hoje, depois do assoite do cólera calculando com o aumento de 1860 para cá, e descontando a mortandade da epidemia, não poderá ter menos de 18100.

O termo médio de batisados nos 6 anos anteriores até 1860 foi de 790, e dos casamentos de 94 annuaes.

Contra novas divisões parochiaes está não só o governo, por causa do aumento de despesas que ao thesouro acarretão novas fregusias, como enteresses espirituais representados, e protegidos pela voz poderosa e imparcial do prelado, estamos persuadidos que quaesquer outros desaparecerão.

Não é só Maranguape, que carece de divizão, a capital, Baturité, Quixeramobim reclamão com toda razão.

Não há freguesia, já não dizemos na Europa onde a condensação da população em pequenos espaços torna necessária circunscrição de pequenas dimensões; mas mesmo no Brasil, duvidamos que haja freguesia, á não ser no Pará, Amazonas, Mato Grsso e Goiaz, quase desertas para seo vasto território, com as dimensões, e populações das freguesias de Fortaleza, Quixeramobim, Russas e Baturité.

É impossível que um parochó, ainda ajudado de um deligente coadjuntor, possa satisfazer completamente as necessidades espirituas de seos freguezes tão numerosos, e em tão vasta extensão.

Esperamos pois que na próxima reunião desta assembléia o nosso digno prelado fará sentir a necessidade de uma melhor devisão em nossa desarrosada circunscrição eclesiástica.²⁸⁸

Alguns pontos abordados pelo jornal do partido liberal *O Cearense* devem ser olhados com atenção. Como apontamos várias vezes no primeiro capítulo, a freguesia tinha uma função importantíssima para o sistema eleitoral durante o império, e, por isso, era importante para os grupos políticos poder ter acesso ao controle das regiões circunvizinhas a uma igreja onde ocorressem eleições.

Tais interesses políticos ganharam força a tal ponto que Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda – então ministro dos negócios do império – exorta aos presidentes de província e deputados que evitem ceder às constantes pressões por maiores divisões. Em relatório de sua pasta, apresentado no ano de 1863 – que fazia um balanço do ano anterior –, Marquês de Olinda sintetiza suas exortações. O ministro começou tratando justamente da execução das eleições para o cargo de senador que ocorreram em duas províncias – Mato Grosso, por ocasião da morte do senador João Antônio de Miranda, e Ceará, com a já referida morte de Miguel Fernandes Viera²⁸⁹.

Contudo, na p. 20 é que o ministro tratou da questão que estamos abordando. Araújo Lima apresentou a constante subdivisão da freguesias como uma criadora de problemas. Escreveu ele que:

²⁸⁸ *O Cearense*. 20/08/1863.

²⁸⁹ OLINDA, 1862, p. 23. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1735/000006.html>>. Acesso em 10/02/2011.

A repetida subdivisão das freguezias, muitas vezes dictada por interesses estranhos a religião, traz dois sensíveis inconvenientes – dificultar em alguns, por falta de sufficiente rendimento, a permanência dos sacerdotes incumbidos das funções paroquiais, e augmentar, por outra parte, consideravelmente a despesa pública. [...] O Governo tem chamado para este objetivo a atenção de Bispos, e dos Presidentes de Províncias, recommendando-lhes que não prestem o seo accordo a taes creações se não no caso de reconhecida e absoluta necessidade.²⁹⁰

A função política das freguesias era tão evidente que quem era responsável pelas criações de novas sedes paroquiais eram os deputados das assembleias provinciais. Ao bispo, como funcionário do império, cabia fazer todo o possível para que a demanda fosse atendida à altura.

A reivindicação que pretendia diminuir a circunscrição da vila de Maranguape não era nova. No ano anterior à eclosão da doença epidêmica, em 1861, o padre Rodovalho já respondia ao bispo quanto a esta interpelação. Ao reportar-se ao representante do bispo, o então pároco de Maranguape demonstra-nos como a opinião do Marquês de Olinda tinha aceitação entre parte do clero, uma vez que um dos motivos apresentados por Rodovalho para a não criação de uma freguesia no povoado de Soure (atual Caucaia) era justamente o problema financeiro que tal decisão provocaria para os cofres públicos e ao próprio pároco, uma vez que cria ser difícil conseguir o sustento pessoal e da paróquia. Vejamos a seguir alguns trechos da carta enviada pelo padre Rodovalho para o padre Antônio Pinto de Mendonça – “visitador e governador do bispado do Ceará.”²⁹¹.

Excm. Senhor, a estenção de minha freguesia, não chegava dez léguas, no comprimento, e não chega a oito de largura, esse pequeno terreno, é ocupado por uma população tão pobre, que com poucas excepções não podem pagar os

²⁹⁰ OLINDA, 1862, p. 20. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1735/000022.html>>. Acesso em: 10/02/2011.

²⁹¹ Carta de padre Rodovalho. 29/06/1861.

direitos parochiais, e como é que se poderá com justiça desmembrar de uma tal freguesia, uma parte para outra freguesia; será este facto, deixar os novos párochos da nova freguesia e desta reduzidos a maior miséria, e contando somente com a Congrua, que não pode chegar para sua decente sustentação. Contudo V.Exc. mandará o que for servido.²⁹²

O ponto defendido por Rodovalho servia aos interesses dos párocos que não se sentiam confortáveis comandando paróquias que pouco pudessem sustentar economicamente a si e aos seus párocos. E este era o caso de praticamente todas as freguesias cearenses. Não apenas este sacerdote tinha essa opinião. No ano de 1864, o relatório do presidente de província Lafayette Rodrigues Pereira (que posteriormente ficou conhecido como conselheiro Lafayette) comenta sobre a criação de novas freguesias com a habilidade retórica que lhe era peculiar, dizendo que foi um ato interessante do ponto de vista religioso, uma vez que aproximou os fiéis dos sacerdotes, permitindo que esses fossem atendidos de forma mais atenta pelos curas. Isto na teoria, pois, na prática, o presidente Lafayette fala que estas novas freguesias ficaram vagas, pois, segundo ele, “a primeira dificuldade que resulta da impensada multiplicidade de paróquias é a de provê-las.”²⁹³. Este problema era oriundo de duas questões: a primeira dizia respeito à quantidade de sacerdotes, que era pequena – problema que o Bispo e o poder provincial acreditavam que seria minorado com a construção do seminário, o que estava em andamento –; mas a principal questão era convencer os padres que já havia a aceitarem ir para as paróquias menores pois, como disse Lafayette, “Os sacerdotes rara vez se prestam a reger freguesias pobres, cujos rendimentos não bastam para a sua sobrevivência.”²⁹⁴.

Mais adiante em seu relatório, o presidente provincial nos fornece elementos para pensar a situação financeira da freguesia de Maranguape, que

²⁹² Carta de padre Rodovalho. 29/06/1861.

²⁹³ PEREIRA, Lafayette Rodrigues. *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor dr. Lafayette Rodrigues Pereira, por ocasião da instalação da mesma Assembléa no 1º de outubro de 1864*. [n.p.] Typ. Brasileira de Paiva & Comp., 1864. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/191/000014.html>>. Acesso em: 30/05/2011. p. 16.

²⁹⁴ Ibid..

se em algum momento esteve boa, devido o sucesso da exportação de gêneros agrícolas, nos anos que se seguiram diretamente ao cólera, não estava nem de longe saudável. Lafayette, ao fazer o balancete, diz que a Matriz de Maranguape ainda não estava completa, faltando ainda construir as torres, terminar dois corredores laterais e o douramento do altar principal. E, o mais importante, atesta que “o rendimento da fabrica com o auxilio que da o cofre provincial, difficilmente faz face as despesas a que é destinado.”²⁹⁵.

A dificuldade econômica acompanhou a vila, como uma sequela da epidemia nos anos que se seguiram. Ao tratar dos impostos arrecadados os membros da câmara municipal, mandam ofício para o presidente da província no dia 22 de janeiro de 1863 dizendo que conseguiram arrecadar 4:886.000 de réis, que dizem ser o “preço máximo que se pode obter, e que excedeu a sua expectativa, em vista do estado nada lisongeiro a que se acha reduzido este município.”²⁹⁶.

O contexto em que se deu a expedição deste documento era crítico não apenas como consequência do mal colérico que assolara a vila no ano de 1862. A peste não havia ido embora como preconizaram as notícias que destacamos no tópico anterior. Ela permaneceu, arrefecera sua violência mortífera, mas era apenas uma pausa. O cólera ainda estava em Maranguape.

Enquanto cessaram por alguns poucos dias os Christe Eleyson e se cria que Deus havia retirado sua mão de cima da pobre vila, eis que logo no início do mês de outubro de 1862 ela retornou. Seu retorno se deu durante as mobilizações dos partidos por ocasião da eleição para o senado que trabalhamos no tópico anterior. Talvez por isso a epidemia tenha recebido bem menos atenção dos jornalistas do que na primeira incursão. O problema central a ser tratado era a eleição.

A menor exposição na mídia não foi ocasionada por ter sido este novo surto mais brando que o primeiro. Se numericamente ele mostrou, posteriormente, menor índice de vítimas, quando apareceu, foi rápido e cruel com aqueles que caíram em suas garras.

²⁹⁵ PEREIRA, 1864, p. 18. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/191/000016.html>>. Acesso em: 30/05/2011.

²⁹⁶ Carta remetida ao presidente da província. 22/01/1863.

Todas as referências a “Carta remetida ao presidente da província” locam-se em: APEC. Fundo Câmaras Municipais: Documentos Expedidos. Maranguape 1861-1908. Caixa 56.

Diz *O Cearense* do dia 10 de outubro de 1862:

Quando já nos dávamos livres d'este cruel flagelo, eis que reaparece em diversos pontos e com terrível carácter!

Na comarca dos Inhamuns já tinha feito aproximadamente mais de 10 vitimas.

Na de Quixeramobim, no distrito de Quixadá mais de 20 vitimas.

No Acarape algumas, e continuava.

Na serra da Tucumduba freguesia de Maranguape fez ultimamente umas 12 vitimas.

Em Maranguape há coisa de 4 dias reapareceu, dizem uns porque algumas sepulturas tem se fendido, dizem outros porque abriram-se casas não desinfectadas, e removeram-se objetos da casa que servia de hospital. Seja qual fosse a causa, o que é infelizmente certo é que até ontem já tina feito 15 vitimas, e tem atacado com tanta malignidade que não dá tempo a aplicação de remédios.

Ontem ali morreu o escrvão Gervasio de Sousa Raposo, bom cidadão, honrado, e laborioso, pai de família que durante a invasão da epidemia havia emigrado para aqui e sofrido o mal ligeiramente.

Ontem um homem que passou por Maranguape chegando aqui, sentiu-se doente, e recolhido ao hospital, expirou a tarde.

Deus queira lembrar-se de nós, e livrar-nos da repetição de tal peste.²⁹⁷

A volta da peste traz junto com ela o retorno das incertezas. Diante do tamanho da virulência com que doença retornara, não se podia pensar em socorros públicos, o único elencado como capaz de auxiliar o povo cearense era Deus.

A medicina mais uma vez se via diante de um problema para o qual não possuía solução completa. Havia algumas explicações aventadas para justificar o retorno do mal colérico, e estas se inseriam dentro do norte explicativo da teoria humoral. Cria-se, como primeira opção, que a culpa era da reabertura da

²⁹⁷ *O Cearense*. 14/10/1862. Grifo nosso.

Casa de Câmara e Cadeia que fora transformada em enfermaria durante a primeira incursão do cólera (já falamos sobre este ponto anteriormente), E a segunda opção dos homens da ciência era de que algumas covas rasas teriam se rachado devido à putrefação dos corpos cadavéricos marcados pelo cólera que haviam sido enterrados no primeiro surto. Relembremos que Rodolfo Teófilo, em *Violação*, dizia terem ficados muitos corpos jogados no meio das ruas por falta de quem os enterrasse, e esse realmente foi um problema com que a vila teve que conviver. Durante e depois das crises coléricas, como veremos logo adiante, não faltam registros para nos mostrar como o cemitério foi um espaço problemático.

Ainda durante a primeira crise (que durou de maio a agosto de 1862), o cemitério já apresentava o problema de superlotação, tendo sido necessário que um médico ligado ao presidente de província e o chefe de polícia – a quem competia a saúde pública na época – fossem a Maranguape de forma a verem de perto o problema e buscar soluções. No dia 15 de julho, deu-se a seguinte notícia:

O senhor Dr. Lemos foi na semana passada, na força da epidemia a Maranguape, examinar por si mesmo o doloroso estado daquela vila, consta-nos que deu as providencias que pôde, e voltando fez contratar aqui mais pessoas para o serviço da enfermaria e do cemitério. Dez presos ofereceram-se para prestar este serviço mediante uma retribuição, e lá forma com escolta. Deus queira recompensar sua dedicação.²⁹⁸

Foi a partir da ida do Dr. Lemos, que era Chefe de Polícia da capital, que foram enviados os presos que serviram de coveiros e que posteriormente tornaram-se os personagens centrais da mórbida narrativa de Rodolfo Teófilo a que nos referimos.

Nesse momento, a peste era de tal violência que os dois agentes públicos caíram adoentados ao voltarem para Fortaleza²⁹⁹.

²⁹⁸ O Cearense. 15/07/1862.

²⁹⁹ Ibid.. “Consta-nos que o dr. Chefe de policia caira doente depois de sua viagem a Maranguape, mas que se restabelecera logo; e que o dr. Carvalho, medico, que o acompanhou, também caira, mas que se acha reestabelecido.”.

Esta imagem, digna de filmes de terror, com as covas rasas fendendo-se diante do poder dos gases oriundos da degeneração dos corpos enterrados, não foi apenas um recurso linguístico que tinha o objetivo de aterrorizar e mobilizar os poderes para fins políticos. O cemitério de Maranguape, que ficava por volta de uma légua de distância da Matriz da vila³⁰⁰, ficou abarrotado de corpos beijados pela moléstia. O grande número de mortos e a intensidade com que estes surgiam dia após dia durante o primeiro surto da peste fizeram com que os buracos já abertos pelas famílias não fossem nem de longe suficientes para atender a demanda. Como solução, os coveiros abriram valas grandes, mas rasas, onde jogavam os corpos sem o mesmo cuidado ritual, típico dos tempos comuns. Não havia familiares para acompanhar os enterramentos, e os poucos coveiros que restavam iam dia a dia, ao compasso da aguardente, se livrando dos cadáveres da forma mais rápida possível. Em um segundo momento, quando os coveiros já estavam todos fazendo companhia aos que outrora enterraram, a missão de livrar-se dos cadáveres foi tomada aos cuidados de Padre Galindo e de alguns fiéis que se prontificaram³⁰¹. Porém, mesmo que tivessem boa vontade, muito possivelmente não tinham condições de cavar valas mais profundas devido o excesso de defuntos.

Como vimos, em outubro a epidemia voltou, e um dos pontos considerados como irradiadores da doença era justamente o cemitério.

Este mesmo foi alvo da atenção do poder público durante pelo menos um semestre. O segundo surto levou as autoridades locais a conseguirem convencer seus colegas provinciais a decidirem que seria necessário fazer intervenções a fim de sanar o problema do cemitério em Maranguape.

Em carta enviada no mês de setembro, a Câmara da vila de Maranguape leva ao conhecimento do presidente da província cearense sua preocupação com a necessidade de serem efetuados reparos no cemitério por

³⁰⁰ TEÓFILO, 1986, p. 05.

³⁰¹ Teófilo conta que: “Quando lhe disseram que os cadáveres apodreciam em cima da terra por não haver quem os sepultasse, não se limitou a exortar do pulpito os fiéis àquela obra de misericórdia, foi ele próprio ao cemitério, abriu a vala com as próprias mãos e enterrou os mortos [...] desde aquele dia não ficaram mais apodrecendo sobre a terra os corpos dos pesteados, embora repetidos fossem os casos de cólera fulimante na ocasião dos enterramentos.” (ibid., p. 09).

reconhecerem as péssimas condições em que os enterramentos foram feitos. Assim consta na carta enviada pela Câmara:

Tendo-se nesta Villa feito o interramento dos cholericos com sofriguidão pela razão de serem os mortos diariamente em numero (ilegível), succedeo que algumas das sepulturas ficassem mal socadas, e assim não sendo conveniente conservar-se, tomou esta Câmara a deliberação de mandar aterrar e (ilegível) cimitério; e para mandar fazer este serviço, que foi orçado na quantia de 1:963\$500= vai pedir a VExc. a autorização para dispender dessa quantia, visto não haver verba em seu orçamento consignado.³⁰²

Tal apelo nos mostra como o poder local já havia percebido a importância de fazer frente aos reparos do cemitério; contudo, os recursos da própria vila já há muito estavam exauridos devido aos gastos provocados pela epidemia, sem contar com as contas já contratadas em tempos normais como é o caso do aluguel do prédio onde funcionava a Casa de Câmara. A necessidade de recursos de ordem provincial fez com que, mesmo detectado o problema, ele não fosse solucionado em pouco tempo. Não por falta de empenho do Presidente da Província, mas porque esta também estava com dificuldades de fazer frente aos gastos que o cólera impunha, além de que era necessário que se cumprissem algumas burocracias, como veremos a seguir.

Apenas no mês de maio de 1863 é que as obras foram contratadas e levadas adiante. Somente após o falecimento de mais algumas centenas de almas é que se pôde concluir a obra.

No dia 15 de maio de 1863, membros da Câmara da vila enviaram cartas ao presidente da província dando a conhecer o andamento das obras. Diz a correspondência que após todos os estudos necessários, no dia 22 de abril, a verba pública foi liberada “cobrindo o ofício, e o orçamento do engenheiro da Província.”³⁰³, sendo possível, então, a realização “das obras

³⁰² Carta remetida ao presidente da província. 29/09/1862.

³⁰³ Carta remetida ao presidente da província. 15/05/1863.

precisas no cimitério dos choléricos”³⁰⁴. Para a execução da obra, foi contratado o senhor José de Pontes Fernandes Vieira.

As incumbências de José Pontes ficam mais claras no ofício colado ao anterior, que dava ao presidente da província o conhecimento acerca do andamento das obras. Está escrito que:

Comunico a V.Excia. que o Sr. José de Pontes Fernandes Vieira assinante das obras do cimitério dos choléricos já concluiu as primeiras obras do contrato, que são o aprofundamento do terreno, e plantio de capim. Preciso dizer a V.Excia que mande que lhe pague a quantia de tezentos e trinta mil, importância de seu pagamento.³⁰⁵

Este “aprofundamento do terreno” talvez seja o responsável por não haver nos dias de hoje, no cemitério de Maranguape, nenhuma referência à epidemia de cólera, seja em túmulos de famílias mais abastadas, que costumam colocar dados sobre os dias de nascimento e falecimento dos cadáveres que neles constam, seja por meio de qualquer placa ou tradição espacial alusiva³⁰⁶.

Entre a primeira carta em que se sinalizava a necessidade de uma reforma no cemitério e a execução da obra, se passou nove meses, o que, infelizmente, para muitas pessoas que ainda habitavam a vila de Maranguape, foi o suficiente para novas eclosões da epidemia e a ceifa de mais algumas centenas de vidas.

Os meses iniciais de 1863, se, por um lado, são de jubilo para os correspondentes d’O *Cearense* devido à eleição de Thomaz Pompeu, por outro, vêm sempre marcados por notícias tristes referentes ao cólera. Não apenas em Maranguape, mas em várias outras vilas e povoações da província a peste de cólera resolveu atacar mais uma vez³⁰⁷. O ano de 1863 começou assim como terminou o ano anterior, sob o signo da peste.

³⁰⁴ Ibid..

³⁰⁵ Carta remetida ao presidente da província. 15/05/1863.

³⁰⁶ Em nossa última visita, datada de 02/11/2010 (dia de finados), não encontrei nenhum túmulo que fizesse referência ao período citado.

³⁰⁷ O *Cearense*. 30/01/1863: “Cólera – No quarteirão do Tapiry perto de Arronches tem feito várias vítimas. No dia 28 consta que morreram 8 pessoas. Na Munguba distrito de Pacatuba

No dia 20 de fevereiro de 1863, a epidemia completava quase um ano em que aportara no Ceará, e mesmo assim ainda reinava forte. Com um menor número de vítimas, mas nem por isso deixava de fazer suas vítimas, o que rendeu uma matéria bastante extensa por parte d' *O Cearense*. Nesta, podemos notar como Maranguape ainda era um lugar de medo para os que nela habitavam e para os vizinhos da província.

Como de praxe, durante este período a nota vinha precedida do título “O cólera”, e ao leitor que já se habituara em quase um ano a ler estas palavras antes de ter, quase sempre, más notícias, o texto que se seguiu só compunha mais um ponto para a regra.

O cólera

Esta terrível moléstia parece querer ficar entre nós endêmica; é preciso pois combatê-la rigorosamente para destruí-la. A infeliz vila de Maranguape tão horrivelmente assolada continua, e parece que continuará a ser o foco do mal, em quanto se derem ali as condições anormais, em que se acha. Desde princípio que se clamou contra os enterramentos, que foram feitos na vila em um péssimo lugar, onde valas não profundas acumularam muitos cadáveres. Algumas (ilegível) de terra mal posta depois por cima foram levadas pelas chuvas. As águas desnudaram os aterros, abriram as sepulturas, e o cemitério onde se acham acumulados 1500 cadáveres, exala terrível fedentina.

Não é só na vila, por todos os povoados, e quarteirões de fora, se enterram a flor da terra os cadáveres, que em estado de putrefação levantam a terra, e rompem em fendas. São por tanto outros tantos focos de miasmas coléricos em atividade para derramarem a epidemia no lugar, e exportarem por toda parte.

De 8 de outubro para cá, após novo reaparecimento do cólera já tem feito na freguesia de Maranguape mais de 500

também tem morrido algumas.No Mundumbim, caminho de Maranguape tem feito várias vítimas. Na Torre, distrito de Maranguape tem assolado. Contam mais de 30 vítimas. Em Soure, povoação e arredores tem morrido 20 ou mais pessoas.”.

vítimas, o que reuniu a umas 2 mil da primeira invasão, vai com um sétimo da população.³⁰⁸

Como já havíamos assinalado, a epidemia voltara, e perceba-se como dois pontos se entrecruzam. Se, por um lado, médicos e administradores públicos criam que a doença retornara devido à reabertura das valas que eram rasas e superlotadas, o agente causador desse rompimento foi a chuva que veio forte no final de 1862 e no início de 1863, como ocorre em todos os anos de boas cheias³⁰⁹.

As covas em que os 1500 mortos foram depositados de forma superficial no campo santo foram revolvidas pelas chuvas, fazendo com que os cadáveres fossem novamente expostos à luz e tornando urgente o serviço, que, como vimos, só foi executado no mês de maio.

A preocupação com a situação calamitosa da vila de Maranguape tinha dois motivos. O primeiro, o fato em si. O número de mortos na vila só aumentava, tornando-a um arremedo da população pujante de pouco atrás. No momento da matéria que estamos comentando, a epidemia já fizera 2.500 vítimas em um universo de 20.000 habitantes, dando uma média de 12,5% de vítimas entre a população total, o que tornava Maranguape, de longe, a vila mais violentamente acometida pela peste. E o segundo motivo era o fato de que a vila representava um risco para a província. Deixar Maranguape sem cuidados especiais seria condenar o restante do estado a uma nova cadeia de mortes provocadas pela epidemia. Tal como vemos adiante:

De Maranguape foi levado a Pacatuba, onde 8 dias já tem feito 60 vítimas, e também ao distrito de Soure, de Arronches e da capital, e quiçá de toda a província.

É preciso que o governo tome na mais séria atenção este estado quase endêmico do cólera naquela freguesia, e dê

³⁰⁸ O *Cearense* 20/02/1863. Grifos nossos.

³⁰⁹ Os dias em que a prática levou aos homens e mulheres do sertão a observarem o regime de chuvas para saber se teriam ou não um bom inverno até hoje permanecem inalterados e se ligam a santos. A tradição popular estabelece três datas para o acontecimento de chuvas indicando um inverno farto: 13 de dezembro (Santa Luzia), 2 de fevereiro (Nossa senhora das Candeias) e 19 de março (dia de São José). Vide FOLHES, Marcelo Theophilo & DONALD, Nelson. "Previsões tradicionais de tempo e clima no Ceará: O conhecimento popular à serviço da ciência". *Sociedade & Natureza*. Uberlândia: 19 (2): p. 19-31, dez. 2007. Disponível em: <<http://bit.ly/fzr9cl>>. Acesso em: 30/05/2011. p. 28.

providencia sobre os cemitérios, a fim de que os mortos não estejam elaborando o veneno para os vivos.³¹⁰

A ação do governo demorou, mas, como vimos, aconteceu. O cemitério foi refeito a fim de pôr um ponto final às constantes idas e vindas do cólera. Exatamente um mês depois dessa matéria, *O Cearense* fez outro balanço sobre a epidemia, que completava um ano em terras cearenses. Ironicamente, a epidemia que fora responsável pelo fim da comemoração do aniversário de milhares de cearenses agora completava o seu – em nada festejado – próprio aniversário.

Ao todo, o jornal dizia que “24 freguezias tem sido accommettidas, [...] Nas 24 freguezias accommetidas a mortandade tem sido a seguinte, segundo as informações particulares e algumas (poucas) officiaes.”. Ao que se seguia a seguinte tabela³¹¹:

Cidade ou Município	População	Mortandade do cólera
Capital	35.780	744
Maranguape	20.000	2.850
Aquiraz	8.600	320
Cascavel	15.000	450
Aracaty	19.700	1.000
Russas	19.200	510
Pereiro	9.010	4
Icó	11.450	700
Lavras	27.800	570
Telha	19.500	459
Crato	18.230	760
Barbalha	12.000	167
Missão Velha	13.000	36
Jardim	25.640	550
Milagres	10.000	180
Saboeiro	5.510	64
S. Matheus	11.630	350
Assaré	8.800	284
Tahuá	14.000	216
Arneiroz	6.240	29
Maria Pereira	11.650	68
Quixeramobim	15.000	230
Caxoeira	9.000	103
Baturité	25.360	2.000
	367.100	12.584

Tabela extraída do jornal *O Cearense*. 20/031863.

³¹⁰ *O Cearense*. 20/02/1863.

³¹¹ *O Cearense*. 20/03/1863.

Nesta, temos o triste dado: a mortandade subira para exorbitantes 2.850 em uma população arredondada de 20.000 pessoas, tendo como única companheira com mais de 2 milhares de vítimas a cidade de Baturité, mas que contava com um numero maior de habitantes: 25.360; todas as outras estando bem abaixo destas cifras mortuárias.

A peste ia deixando cada vez mais vítimas. A economia sentia os impactos provocados pela peste. A falar sobre as exportações de açúcar no Ceará, Denise Takeya afirma que “na década de 1850, o açúcar já era exportado, observando-se um crescimento até 1862. A partir daí, com a febre do algodão, as atenções se voltaram para aquele outro gênero.”³¹².

Pouco a pouco as notícias sobre a epidemia vão cessando. A última citação sobre a epidemia de cólera em Maranguape no jornal *O Cearense* é de 27 de março de 1863, e não por causa de mortos, mas dentro de uma relação sobre as paróquias que estavam sem pároco ou sem coadjutor: “freguezias vagas ou sem párocos colados – 13, a saber: Jardim, Barbalha, São Matheus, Tauhá, Lavras, Riacho do Sangue, Canindé, Tamboril, Cascavel, Maranguape, Arneiroz, Parazinho, Boa Viagem.”³¹³.

Desta data em diante, a epidemia aparece por mais quatro oportunidades, até o mês de junho, mas apenas na Capital, sendo notícia nos dados lançados acerca dos enterramentos.

Cai o silêncio sobre o assunto. Diferentemente das outras duas vezes em que anunciavam com alegria o fim do mal, a queda da peste, o adeus do anjo do extermínio, desta vez os jornais resolveram guardar-se através do silêncio. E assim a peste se foi.

Mas a vila de Maranguape já não era mais a mesma. Estava mais vazia.

Anos após a epidemia, Rodolfo Teófilo, na novela *Violação*, contando de sua volta a cidade, por volta do ano de 1882³¹⁴, mesmo se definindo como um homem da ciência, não tem pudor algum em narrar que assim que chegou à cidade foi visitar a Matriz, e, diz ele:

³¹² TAKEYA, 1995, p. 107.

³¹³ *O Cearense*. 27/03/1863.

³¹⁴ Rodolfo Teófilo escreveu que “Os anos se passaram , mais de vinte talvez, quando voltei à minha antiga vila, cidade hoje.” (1986, p. 08).

Lá fui visitar meu antigo padroeiro e advogado da peste, São Sebastião: era o mesmo; nada o tempo tinha alterado nele, lá estavam a mesma laranjeira verde e o vivo sangue a lhe gotejar do lado. Olhei-o com afeto, como um amigo que se vê depois de prolongada ausência, e ele me fitou, como costumava fitar os que o olhavam, lançou-me o seu mesmo olhar morto de imagem. Senti, vendo o santo, um vazio na alma que havia deixado a fé da infância. Quantas saudades tive então das minhas crenças, daquele tempo em que, com toda a inocência de minha idade, com todo o meu coração de simples e com um fervor que já não existe, me prostrava e pedia a São Sebastião para livrar da peste a mim e aos meus, prometendo-lhe uma vela de cera branca. Como era inocente e feliz, muito mais feliz do que sou hoje, que não tenho medo das almas! E no entanto eu amava o santo, respeitava o mártir e me alegrava vendo-o.³¹⁵

Mesmo se definindo como cético, Rodolfo deixa claro o amor que passara a ter pelo santo a quem recorrera no momento da dor. E não apenas ele carregava dentro do peito a gratidão.

Em meio às súplicas populares, erguera-se novamente São Sebastião. Se não era mais o padroeiro de papel passado, era-o por via popular. Estabelecera-se o santo como co-padroeiro da freguesia. A doença se fora, mas o misto de medo e de gratidão fazia emanar continuamente o som de “Livra-nos da peste, da fome, da guerra, da morte repentina e do mal contagioso. Amém”.

³¹⁵ TEÓFILO, 1986, p. 09.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na igreja matriz, recém reformada, com pinturas novas, iluminação agradável, vê-se de pronto a imagem de Nossa Senhora da Penha. Com lugar de destaque a imagem da padroeira, do alto do altar–mor é uma lembrança constante para todos os fiéis de que a igreja e a paróquia são dedicadas a mãe de Jesus Cristo.

Cada dia mais de lado a imagem de São Sebastião, que até pouco tempo atrás dividia o altar principal com a padroeira, fica nas portas da igreja em um pedestal semelhante ao de inúmeros outros santos que recebem as orações quase que diariamente dos membros da comunidade que lá vão para participar dos ofícios religiosos. São Sebastião é agora mais um no meio de vários.

Mas como vimos nessa dissertação a invocação popular ao santo guerreiro anti-pestilento em determinados momentos foi tão fervorosa que a súplica popular o colocou na categoria de co-padroeiro, se não oficialmente, era-o no lugar que realmente importa, no coração e na lembrança dos fiéis. Carregavam no peito o agradecimento ao santo que os protegera durante a epidemia de cólera no ano de 1862. Hoje (2011), as portas do sesquicentenário deste momento crítico para a saúde e economia maranguapense pouco se fala ou se lembra do santo mártir.

Não queremos apresentar um memorial de devoção a São Sebastião, mas em meio às histórias de vida que enxergamos durante esta pesquisa, ele estava lá. Norbert Elias disse que

[...] Quando a cadeia da recordação é rompida, quando a continuidade de uma sociedade particular ou da própria sociedade humana termina, então o sentido de tudo que seu povo fez durante milênios e de tudo que era significativo para ele também se extingue.³¹⁶

Não nos propusemos a trazer à tona a recordação do momento crítico imposto pela epidemia a homens e mulheres que viviam na vila de

³¹⁶ ELIAS, 2001. p. 41.

Maranguape, mas sim analisar as relações simbólicas e sociais desta sociedade que tinha sua forma própria de lidar com a doença. Fosse através de ervas, unguentos ou rezas, havia uma cura, e ela só pode ser compreendida se entendermos o contexto cultural e simbólico dos sujeitos analisados.

O objetivo inicial desta pesquisa era conhecer mais sobre a epidemia de cólera morbo na vila de Maranguape em 1862. Tínhamos como foco central a questão médica, buscar compreender as ações dos doutores, quais receitas eram indicadas para combater o mal colérico e quais as estruturas que haviam sido montadas para dar atendimento aos empesteados. Mas o processo de pesquisa acabou levando a uma ampliação de nossas aspirações.

Nosso foco central permaneceu, mas percebemos que era importante conhecer os sujeitos médicos, não suas ações apenas, mas quem eles eram e por isso resolvemos apresentá-los individualmente. Percebemos que seria importante a pesquisa aprofundar o debate sobre as diversas teorias que norteavam o pensamento científico de modo que pudéssemos vislumbrar quais possibilidades se apresentavam a estes sujeitos. Também tivemos que aprofundar o nosso conhecimento sobre a etiologia da doença, pois a entendendo buscávamos entender as representações que dela foram feitas.

Foi justamente quando buscamos olhar para as representações que esta pesquisa teve uma ampliação em seu foco. Acreditamos que para compreender as representações é fundamental a análise da cultura circundante ao objeto representado e a representação produzida.³¹⁷

Esta busca pela compreensão das representações nos levou a ver como a doença foi pluralizada de acordo com os múltiplos olhares que a apreenderam dentro de sua ordem explicativa e a interpretaram.

A doença não podia mais ser vista somente como um dado científico, como uma moléstia causada pelo vibrião colérico, contraído através de água contaminada e que provocava uma série de sintomas dos quais se destacam os vômitos e evacuações que desidratavam os enfermos ao ponto de levá-los a óbito. A doença deveria ser vista como um fenômeno cultural. Uso a expressão fenômeno para deixar claro que creio ser a doença um momento de fratura, de

³¹⁷ CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estud. av. vol.5 no.11 São Paulo Jan./Apr. 1991. Texto publicado com permissão da revista Annales (NOV-DEZ. 1989, Nº 6, pp. 1505-1520). Disponível em < <http://bit.ly/lIaBSa> > Acesso em 30/05/2011.

exceção, um apartamento na normalidade e que, portanto, deixa evidente relações sociais, permitindo ao pesquisador vislumbrar a partir do extraordinário questões que via de regra passam silenciosas.

Sendo assim observamos a constituição da vila, o que a tornava específica, quais os porquês de pesquisar a epidemia na vila de Maranguape e não em qualquer outra das vilas da província cearense que foram acometidas em 1862. Tal inquietação nos revelou uma vila cheia de questões, que, quando da chegada da epidemia estava experimentando um grande crescimento econômico devido a agroexportação da cana-de-açúcar, do café e de frutas que eram enviadas para o porto de Fortaleza.

Acreditamos que trabalhos futuros possam clarificar mais dados acerca da relação entre estas duas cidades que nesta obra apresentamos de forma inicial, demonstrando a preocupação das autoridades públicas fortalezenses em ligar as duas vilas através de vias melhor preparadas para dar fluidez ao escoamento de gêneros. Contudo, pesquisas futuras poderiam clarificar melhor as relações políticas entre Fortaleza e Maranguape, como se deu a relação entre os membros do partido conservador maranguapense, responsável pela administração pública desta vila durante boa parte do século XIX e as autoridades províncias e da capital.

Outro ponto que tornava a vila de Maranguape específica era a questão dos santos padroeiros. Como vimos, dentro das ações de reestruturação pelas quais a vila passou esteve o erguimento de uma igreja que desse conta da função de matriz de uma nova e ampla freguesia que se estendia da divisa com Fortaleza aos sertões de Canindé. E neste contexto de remodelação da freguesia de Maranguape a matriz foi erguida em um local oposto ao que anteriormente abrigava a capela da povoação.

Em meio a essas mudanças na freguesia, alterou-se também o padroeiro, São Sebastião fora deixado de lado em favor de Nossa Senhora da Penha que tinha uma relação direta com os morros. Nada mais lógico uma vez que Maranguape é circundada por serras. Contudo, quando a epidemia atacou a vila, a população voltou sua atenção e suas orações para São Sebastião e, ao final da epidemia, este santo foi elevado a condição de co-padroeiro na súplica popular.

Nos últimos anos a historiografia das ciências e da saúde tem ganhando espaço na produção cearense com autores como Carlos Jacinto Barbosa³¹⁸ e Zilda Maria Menezes³¹⁹. Especificamente a epidemia de cólera no Ceará, além dessa obra que apresentamos, recebeu a recente atenção de Juciello Alexandre³²⁰, contudo acreditamos que a epidemia ainda possui diversos nuances a serem trabalhados, inúmeros contextos sociais e simbólicos a serem analisados.

Temos ciência das limitações deste trabalho e de que muito mais poderia ser dito, estamos abertos para as críticas e esperamos que elas sejam propulsoras para novas pesquisas. Esperamos também, que a partir deste pontapé inicial por nós dado, outras obras que tenham como foco central cidades que compõem a região metropolitana de Fortaleza apareçam, muito ainda precisa ser feito.

É preciso por um ponto final. Não na história, esta sempre estará acontecendo, no gerúndio e com reticências. Contudo esta obra chegou ao fim.

³¹⁸ LIMA, Zilda Maria Menezes. O grande polvo de mil tentáculos: a lepra em Fortaleza, 1920-1942. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

³¹⁹ BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. Caminhos da Cura: A Experiência dos Moradores de Fortaleza com a Saúde e a Doença (1850 - 1880), Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

³²⁰ ALEXANDRE, Juciello. Quando o “anjo do extermínio” se aproxima de nós: representações sobre o cólera no semanário cratense O Araripe (1855-1864). Orientador: Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2010.

BIBLIOGRAFIA

Bíblia Sagrada. 6. ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 1996.

Bíblia de Jerusalém. Nova edição revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.

Catecismo da Igreja Católica. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza-Crato. 1859*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do estado do Ceará, 2006.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 3. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, São Paulo: Cortez, 2006.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo Companhia das Letras, 2000.

ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. *Quando o “anjo do extermínio” se aproxima de nós: representações sobre o cólera no semanário cratense O Araripe (1855-1864)*. Orientador: Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2010.

ÁRIES, Philippe. *História da Morte no Ocidente*. / Tradução: Priscilla Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. *Caminhos da Cura: A Experiência dos Moradores de Fortaleza com a Saúde e a Doença (1850 - 1880)*, Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar incomum. O sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, 2000.

BARBOSA, José Policarpo de Araújo. *História da saúde pública do Ceará da Colônia a Vargas*. Fortaleza: UFC, 1994.

BARROSO, Francisco de Andrade. *Igrejas do Ceará: crônicas histórico-descritivas*. Fortaleza: [s.n.], 1997.

BERLIN, Isaiah. *Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio na França e Inglaterra*. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico / Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal)* 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL, Tomás Pompeu de Sousa. *Ensaio estatístico da Província do Ceará*. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997. Tomos I e II.

BRASIL, Tomás Pompeu de Sousa; Academia cearense de medicina. *Salubridade*. [Fortaleza]: Academia Cearense de Medicina, [1990?]. (Documentos para a historia da medicina cearense. Coleção Antônio Justa ;3).

CAMUS, Albert. *A peste / Tradução: Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Editora Opera Mundi, 1973.

CARNEIRO, Henrique. *Comida e sociedade. Uma história da alimentação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 2.ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1962.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. Tradução: Ligia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras 1989.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300 – 1800, uma cidade sitiada / Tradução: Maria Lúcia Machado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DINIZ, Ariosvaldo. “Artes e ofícios de curar nos tempos do cólera”. In: CHALHOUB, Sidney et al. (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

_____. *Cólera: representações de uma angústia coletiva (A doença e o imaginário social no século XIX no Brasil)*. Campinas: 1997. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de Campinas.

DUBY, George. *Ano 1000, ano 2000: na pista dos nossos medos / Tradução: Eugênio Michel da Silva, Maria Regina Lucena Borges-Osório*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos, seguido de, Envelhecer e morrer / Tradução Plínio Dentzien*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FOCAULT, Michel. *Micro-física do poder*. Rio de Janeiro: Editora GRAAL, 1979.

FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, 1790-1840*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001

FREYRE, Gilberto. *Nordeste: Aspectos da Influência da Cana sobre a vida e paisagem do Nordeste do Brasil*. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

GADELHA, Georgina da Silva. Os saberes do corpo : a "medicina caseira" e as práticas populares de cura no Ceará (1860-1919). Orientadora: Ivone Cordeiro Barbosa. 2007. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Fortaleza-CE, 2007.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1993.

_____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história / Tradução: Federico Carotti*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição / Tradução: Maria Betânia Amoroso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIRÃO, Raimundo. *História econômica do Ceará*. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2000.

_____. *Pequena história do Ceará*. 3. ed. Fortaleza: Imp. Universitária, 1971.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

JOFFRE M. de Rezende. *Linguagem médica*. Goiânia, GO: AB - Editora, 2004.

LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (org.). *História: novos objetos. / Tradução Teresinha Marinho*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1995.

_____. *As doenças tem história*. Lisboa: Terramar, 1985.

LEMENHE, M. A. *Às razões de uma cidade: conflito e hegemonias*. Fortaleza: Stylus comunicações, 1991.

LIMA, Zilda Maria Menezes. *O grande polvo de mil tentáculos: a lepra em Fortaleza, 1920-1942*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MARQUES, Alfredo. *Maranguape: sua gente sua história, uma cronologia*. Fortaleza: Expressão gráfica e Editora Ltda., 2006.

MARX, Murilo. *Cidade no Brasil. Terra de quem?*. São Paulo: EdUsp – Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

MATOS, Pedro Gomes de. *Maranguape, aspectos histórico-geográficos*. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1966.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do, CARVALHO, Diana Maul de, & MARQUES, Rita de Cássia (org.). *Uma história brasileira das doenças*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

NETO, Amâncio Cardoso dos Santos. *Sob o signo da peste: Sergipe no tempo do cholera (1855-1856)*. Pós-Graduação em História. Unicamp. 2001.

NETO, Lira. *O poder e a peste: vida e obra de Rodolfo Teófilo*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

NEVES, F. C. “Memórias, Culturas, Nordeste: reflexões sobre o regionalismo e o conservadorismo”. In: *História: memórias no plural / Frederico de Castro Neves, Telma Bessa Sales, Georgina da Silva Gadelha (org.)*. Fortaleza: Vênus Gráfica e editora, 2008.

OLIVEIRA, Carla Silvino. *Cidade (in)salubre: idéias e práticas médicas em Fortaleza (1838 -1853)*. Mestrado em História Social UFC. 2007. Orientador: Dr. Frederico de Castro Neves.

PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estritamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PESAVENTO, Sandra. “Lugares malditos: a cidade do ‘outro’ no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX)”. *Revista Brasileira de História*, 1999, v. 19, n. 37.

PESSIS-PASTERNAK, Guitta. “Edgar Morin”. In: *Entrevistas do Le Monde: idéias contemporâneas*. São Paulo. Editora Ática, 1989.

PIMENTA, T. S. *Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade dos oitocentos*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 11 (suplemento 1), p. 67-92, 2004.

_____. “Doses infinitesimais contra a epidemia de cólera em 1855”. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do & CARVALHO, Diana Maul de (org.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

PINHEIRO, Francisco José. “O Processo de romanização no Ceará.”. In: SOUZA, Simone de (org.). *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha / Universidade Federal do Ceará, 1989.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social. 1860-1930*. 3. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2001.

PORTER, Roy. *Das tripas coração: uma breve história da medicina*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. *O corpo*. In: BURKE, Peter (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992 p. 291-326.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *Museu, ensino de história e sociedade de consumo*. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2004.

RATZINGER, Joseph (papa Bento XVI). *Jesus de Nazaré*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. 3ª edição. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972

REIS, João José. *A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REVEL, Jacques & PETER, Jean-Pierre. "O corpo: o homem doente e sua história". In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novos objetos / Tradução: Teresinha Marinho*. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

ROMAIN, Anne de Saint. "Pauster: as verdadeiras razões de uma glória". In: LE GOFF, Jacques (et. al). *As doenças têm história / Tradução: Laurinda Bom*. Lisboa: Terramar, 1991.

- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, Ifch, 2001.
- SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. Coleção Tudo é História 89. Editora Brasiliense, 1984.
- SIAL, Vanessa Viviane de Castro. *Das igrejas aos cemitérios: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.
- SILVA FILHO, Antônio Luiz de Macêdo e. *Fortaleza: imagens da cidade*. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2004.
- SILVEIRA, Anny Jackeline Torres e NASCIMENTO, Dilene Raimundo. *A doença revelando a História: uma historiografia das doenças*. In NASCIMENTO, Dilene Raimundo do & CARVALHO, Diana Maul de (org.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.
- SNOW, John. *Sobre a maneira da transmissão do cólera*. Rio de Janeiro: USAID, 1967.
- SONTAG, Susan. *Doença como metáfora: AIDS e suas metáforas / Tradução: Rubens Figueiredo / Paulo Henriques Brito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SOURNIA, Jean-Charles. "O homem e a doença". In: LE GOFF, Jacques (et. al). *As doenças têm história / Tradução: Laurinda Bom*. Lisboa: Terramar, 1991.
- SOURNIA, Jean-Charles & RUFFIE, Jacques. *As epidemias na história do homem / Tradução: Joel Góes*. Lisboa: Edições 70, 1986.

SOUSA, Simone de. *História do Ceará*. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1995.

STUDART, Guilherme. *Climatologia, epidemias e endemias do Ceará*. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997.

_____. *Datas e factos para a história do Ceará*. ed.fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. 3v. (Biblioteca Básica Cearense).

_____. *Diccionario bio-bibliographico cearense*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1980. Tomo II.

TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Natal: Ed. UFRN, 1995.

TEÓFILO, Rodolfo. *Violação*. Ed. fac-sim. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1986.

_____. *Scenas e typos*. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara: 2009.

THOMPSON, E. P; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

VELHO, Gilberto. *Projeto Metamorfose*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

WITTER, Nikelen Acosta. "Curar como arte e ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura". *Revista tempo*. Niterói: v. 10. n. 19, jul./dez. 2005.

ARQUIVOS ELETRÔNICOS

Bíblia Sagrada – versão da CNBB. Disponível em: <<http://bit.ly/ejDpfG>>.

Lei no. 231 de 14 de janeiro de 1841. In: *Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861). Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os anos e 1835 a 1861 / Dr. José Liberato Barroso / Almir Leal de Oliveira, Ivone Cordeiro Barbosa (org).* Ed. Fac-sim. Fortaleza: INESP, 2009. p. 310 e 311. Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br/unipace/tomo.pdf>>.

Relatório do Presidente de Província Silveira Mota em 07 de julho de 1851. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2343/000007.html>>.

“São Sebastião”. Editora Paulinas. Disponível em: <<http://bit.ly/dKlbn9>>.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. “Palavras que dominam, palavras que calcinam: a invenção do Nordeste”. Disponível em: <<http://bit.ly/fSB8B2>>.

ALENCAR, Álvaro de. *Revista do Instituto do Ceará*. p. 35-38. 1943. Disponível em: <http://www.institutodoceara.org.br/Rev-apresentacao/RevPorAno/1943/1943-O_colera-morbus_no_Ceara.pdf>.

BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Orientador: Sidney Chalhoub. Tese (Doutorado) – Unicamp. Defendida em: 13 de julho de 1999. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000175786>>.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da história”. Disponível em: <<http://rae.com.pt/wb2.pdf>>.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estud. av.* vol.5 no.11 São Paulo Jan./Apr. 1991. Texto publicado com permissão da revista *Annales* (NOV-DEZ. 1989, Nº 6, pp. 1505-1520). Disponível em <<

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci_arttext>> Acesso em 30/05/2011.

FOLHES, Marcelo Theophilo & DONALD, Nelson. “Previsões tradicionais de tempo e clima no Ceará: O conhecimento popular à serviço da ciência”. *Sociedade & Natureza*. Uberlândia: 19 (2), p. 19-31, dez. 2007. Disponível em: <<http://bit.ly/fzr9cl>>.

FIGUEIREDO JUNIOR, José Bento da Cunha. *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, por ocasião da instalação da mesma Assembléa no dia 1o de outubro de 1862*. San' Luiz, Typ. de B. de Mattos, 1863. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/189/000020.html>>.

LIMA, Tânia Andrade de. *Humores e Odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX*. In: *Revista História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, II (3): 44-96, Nov. 1995 – Fev . 1996 Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v2n3/a04v2n3.pdf>>.

OLINDA, Marquês de. *Relatório do ministro e secretário de estado dos negócios do império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1863. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1735/000025.html>>.

PEREIRA, Lafayette Rodrigues. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor dr. Lafayette Rodrigues Pereira, por ocasião da instalação da mesma Assembléa no 1º de outubro de 1864*. [n.p.] Typ. Brasileira de Paiva & Comp., 1864. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/191/000014.html>>.

PORTELLI, Alessandro. “A Filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro: v. 1, n. 2, p. 59 -72, 1996. Disponível em: <<http://bit.ly/ehT6ef>>.

REIS, Ivoni Freitas. *Um mapa da medicina antiga: entre a cura através dos contrários e a cura através dos semelhantes*. Disponível em: <<http://bit.ly/mUmicZ>>.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. “O Relatório Provincial de 1863: um documento, muitas leituras”. Trabalho apresentado pela autora no XXV Simpósio Nacional de História, Simpósio Temático 36: Os Índios na História, de 13/07/2009 a 17/07/2009. Disponível em: <<http://bit.ly/fNRiKI>>.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. “A medicina e a influenza espanhola de 1918”. *Tempo*. Rio de Janeiro: n. 19, p. 91-105. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v10n19/v10n19a07.pdf>>.

SOUSA, Rainer. “Revolução Pernambucana”. Disponível em: <<http://bit.ly/eUBA6R>>.

VASCONCELOS, Barão de (por ele transcrito) “Um documento oficial relativo ao Cholera-morbus no Ceará em 1862”. *Revista do IHGC*. n. 358-63, p. 79-99, 10/12/1908. Disponível em: <<http://www.ceara.pro.br/Instituto-site/Rev-apresentacao/RevPorAno/1910/1910-UmdocumentooficialrelativoaoCholeramorbusnoCearaem1862.pdf>>.

WITTER, Nikellen Acosta. Bem antes da dengue. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. n. 32. Disponível em: <<http://bit.ly/esKKKk>>.

CENTROS DE PESQUISA CONSULTADOS

Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

Acervo eletrônico do Instituto Histórico do Ceará.

Banco Central do Brasil. <<http://www.bcb.gov.br/?CONDECORA>>.

Biblioteca pública Governador Menezes Pimentel – Setor de microfilmagens.

Biblioteca do Centro de Humanidades – UFC.

Biblioteca do Curso de Arquitetura – UFC.

Biblioteca Central – Unifor.

Biblioteca Digital da Unicamp. <<http://cutter.unicamp.br/>>.

Center of Research Library. <<http://www.crl.edu/>>.

Portal de História do Ceará. <<http://www.ceara.pro.br> >.

Images from the History of Medicine (IHM). <<http://1.usa.gov/goT2bY>>.

Sala de História – Seminário da Prainha – Arquidiocese de Fortaleza.

Solar Bonifácio Câmara – Sala Alfredo Marques.

Scientify Eletronic Library Online. <<http://www.scielo.org/php/index.php>>.

United States Holocaust Memorian Museum. <<http://www.ushmm.org/>>